

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Bruno Vieira dos Santos

ATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS
O caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte

Belo Horizonte
2018

Bruno Vieira

ATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS
O caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, requisito parcial para a obtenção do título em Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Andrea Mayorga Borges

Belo Horizonte
2018

150 Vieira, Bruno
V658a Ativismo juvenil e políticas públicas [manuscrito]: o caso
2018 do Centro de Referência da Juventude de Belo
 Horizonte/MG / Bruno Vieira dos Santos. - 2018.
 119 f.
 Orientadora: Claudia Mayorga.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia

 1. Psicologia – Teses. 2. Juventude - Teses. 3. Políticas
 públicas - Teses. I. Mayorga, Claudia. II. Universidade
 Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
 Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ativismo Juvenil e Políticas Públicas: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG

BRUNO VIEIRA DOS SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). CLAUDIA ANDREA MAYORGA BORGES - Orientador
UFMG


Prof(a). Lisandra Espindula Moreira
UFMG

Prof(a). JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES
Universidade Federal de Pernambuco

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

Agradecimentos

Aos Orixás que me guiam, me regem e me protegem, a bênção e o reconhecimento da força que me orienta. Por me darem a mão para me ajudar na caminhada. Por me orientarem qual caminho seguir. Pela força que me colocam para eu seguir de cabeça erguida.

Aos meus pais, Nilson Vieira e Vera Lúcia, que abriram o caminho para eu poder passar. Sem o apoio e a guarida deles, não sei se estaria onde aqui estou hoje. Provavelmente não.

Ao Conexões de Saberes UFMG, pelas trocas, conversas e experiências que, de alguma forma, me transformaram. Agradeço a todas na figura da minha orientadora, Cláudia Mayorga, que muito me apoiou nessa trajetória, me ajudando a canalizar as angústias de forma produtiva, aberta e sincera.

Às Pretas em Movimento, por me permitir a uma vivência mais próxima das minhas origens afro-brasileiras. Tornar-se negro não é fácil e vocês me ajudam nessa tarefa.

Ao Instituto DH, por ter permitido conciliar a realização do mestrado com a atuação profissional. Faço menção especial à Renata Vieira e à Maria Emília da Silva, pessoas a quem sou muito grato.

Ao Conexão Periférica, primeiro coletivo onde atuei e que, com certeza, tem bastante influência neste trabalho e na minha vida como um todo. Os seis anos de militância jornalística e convivência foram importantes não apenas profissionalmente, mas emocionalmente.

Ao Fórum das Juventudes, pela partilha nos momentos de embate e construção política. Aprendi muito fazendo parte dessa rede, que desde sua retomada em 2011 anda fazendo um trabalho deveras importante nessa Grande BH.

Às entrevistadas – Áurea Carolina, Fernanda Godinho, Luísa Nascimento, Milena Badu, Paola Abreu, Sâmia Bechelane e Stefani Stradioto. Considero-as coautoras deste trabalho, não haveria esta pesquisa se também não fosse por vocês.

À Vanessa Beco, que topou encarar o desafio de ser arguidora por notório saber e que, além disso, se tornou uma pessoa parceira em diversas situações da minha vida. Uma das pessoas mais sábias dessa encarnação e com quem tenho o privilégio de conviver.

À Ana Maria, pela franca companhia nessa caminhada que não foi nada fácil. Pela insistência em me pautar, em me ajudar, em contribuir para uma jornada diferente. Pelo dengo e carinho nas horas de crise, fritaço e desespero. Por estar. Por permanecer. Pela sua “estranha mania de ter fê na vida”. Obrigado por estar ao lado.

Ao Luciano Jorge, a quem sou infinitamente grato por todos, inequivocamente todos, os momentos de dificuldade, aperreios e apertos. Se eu não tenho irmãos, ele se tornou um. Que força esse negão tem, gente. E que privilégio é poder conviver com um cara desse quilate.

A todos/as que contribuíram para a minha trajetória. Muito obrigado.

RESUMO

A despeito de estudos e pesquisas que dicotomizam a participação política juvenil em dois polos opostos – ora participação plena e “cidadã”, ora apatia e alheamento –, o que podemos enxergar além dessa polarização a respeito da participação política juvenil? Uma questão que tem sido colocada em segundo plano no que tange à ação política no campo da juventude é a reflexão da possibilidade do próprio jovem ser caracterizado como sujeito da ação política. A experiência da participação representa, sem dúvidas, uma forma na qual os jovens podem vivenciar a construção de pautas, agendas e ações coletivas. Dentro dessa perspectiva não binária / não dicotômica de percepção do ativismo juvenil, analisamos o processo de implementação do Centro de Referência da Juventude (CRJ) em Belo Horizonte, uma política pública cuja formulação se inicia formalmente em 2006 e ainda se encontra em andamento. A pesquisa segue o caminho de tentar entender as tensões e articulações promovidas por grupos juvenis no âmbito do que se chama controle social de políticas públicas, a “fiscalização” e o monitoramento das ações do poder público. Dentro desse conceito, tento apontar elementos dessa “fiscalização” que motivam a articulação política dos coletivos de juventude para o acompanhamento da execução da política pública. Este trabalho tem por objetivo geral compreender a relação entre ativismo juvenil e políticas públicas de juventude a partir da análise do processo de implementação do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG, no período de 2006 a 2016. Como objetivos específicos, pretende-se compreender o debate acerca do Centro de Referência da Juventude na construção do ativismo juvenil em Belo Horizonte no período de 2006 a 2016; observar a relação entre movimentos juvenis e a delimitação de políticas públicas de juventude em Belo Horizonte; e analisar a dinâmica da participação juvenil no processo de interlocução com o poder público no que tange à implementação do Centro. Lanço mão da epistemologia feminista para poder compor um escopo metodológico cujos métodos utilizados foram a entrevista semiestruturada, o levantamento documental, diário de campo e observação participante. Compõe o escopo de métodos o uso de um diário de reminiscências, que consiste em um caderno de lembranças sobre a minha participação no contexto de debate acerca do Centro de Referência. Como principais resultados, aponto a intensa presença feminina/feminista nos processos políticos de juventude e destaco a necessidade de compreender as políticas públicas de juventude em um âmbito geracional.

Palavras-chave: Juventude. Políticas públicas. Ativismo juvenil. Epistemologia feminista. Pesquisa situada.

ABSTRACT

Despite the fact about many studies polarize the juvenile political participation – sometimes considering the young people 100% activist, sometimes observing them 100% apathetic – what can we say beyond this polarization? An issue that has been placed in the background regarding political action in the field of youth is the reflection of the possibility of the youth himself being characterized as the subject of political action. Within this non-binary / non-dichotomous perspective of youth activism perception, we report on the implementation process of the Youth Reference Center (Centro de Referência da Juventude, CRJ in portuguese) in Belo Horizonte, a public policy whose formulation began formally in 2006 and is still underway. The study takes into account the tensions, conformations and articulations made by youth groups regarding the political incidence and social control of such equipment and how this in the very activism undertaken by such groups. This work aims to understand the relationship between youth activism and youth public policies from the analysis of the implementation process of the Youth Reference Center of Belo Horizonte / MG, from 2006 to 2016. As specific objectives, we intend to understand the debate about the Youth Reference Center in the construction of youth activism in Belo Horizonte from 2006 to 2016; to observe the relation between youth movements and the delimitation of public policies of youth in Belo Horizonte; and analyze the dynamics of youth participation in the process of dialogue with the public power regarding the implementation of the Center. Feminist epistemology is used to compose a methodological scope whose methods used were semi-structured interview, documentary survey, field diary and participant observation. The scope of methods includes the use of a reminiscence diary, which consists of a notebook of recollections about my participation in the context of debate about the Reference Center. As main results, I point out the intense feminist / feminist presence in the political processes of youth and emphasize the need to understand the public policies of youth in a generational scope.

Key words: Youth. Public policies. Youth activism. Feminist epistemology. Situated research.

RESUMEN

A pesar de estudios e investigaciones que dicotomizan la participación política juvenil en dos polos opuestos -la participación plena y "ciudadana", o apatía y alejamiento-, ¿qué podemos ver más allá de esa polarización respecto a la participación política juvenil? Una cuestión que se ha planteado en segundo plano en lo que se refiere a la acción política en el campo de la juventud es la reflexión de la posibilidad del propio joven ser caracterizado como sujeto de la acción política. La experiencia de la participación representa, sin duda, una forma en la que los jóvenes pueden experimentar la construcción de pautas, agendas y acciones colectivas. En esta perspectiva no binaria / no dicotómica de percepción del activismo juvenil, analizamos el proceso de implementación del Centro de Referencia de la Juventud (CRJ) en Belo Horizonte, una política pública cuya formulación se inicia formalmente en 2006 y aún se encuentra en marcha. La investigación sigue el camino de intentar entender las tensiones y articulaciones promovidas por grupos juveniles en el ámbito de lo que se llama control social de políticas públicas, la "fiscalización" y el monitoreo de las acciones del poder público. Dentro de ese concepto, intento señalar elementos de esa "fiscalización" que motivan la articulación política de los colectivos de juventud para el seguimiento de la ejecución de la política pública. Este trabajo tiene por objetivo general comprender la relación entre activismo juvenil y políticas públicas de juventud a partir del análisis del proceso de implementación del Centro de Referencia de la Juventud de Belo Horizonte / MG, en el período de 2006 a 2016. Como objetivos específicos, se pretende comprender el debate acerca del Centro de Referencia de la Juventud en la construcción del activismo juvenil en Belo Horizonte en el período de 2006 a 2016; observar la relación entre movimientos juveniles y la delimitación de políticas públicas de juventud en Belo Horizonte y analizar la dinámica de la participación juvenil en el proceso de interlocución con el poder público en lo que se refiere a la implementación del Centro. Se utiliza una epistemología feminista para componer un ámbito de trabajo cuyos métodos fueron la entrevista semiestructurada, la encuesta de documentos, el diario de campo y la observación participante. Compone el alcance de métodos el uso de un diario de reminiscencias, que consiste en un cuaderno de recuerdos sobre mi participación en el contexto de debate acerca del Centro de Referencia. Como principales resultados, apunta la intensa presencia femenina / feminista en los procesos políticos de juventud y destaco la necesidad de comprender las políticas públicas de juventud en un ámbito generacional.

Palabras-clave: Juventud. Políticas públicas. Activismo juvenil. Epistemología feminista. Pensamiento situado.

o futuro está no saco
o futuro está nas trompas
o futuro no entanto já está nas ruas
o futuro das ruas é imediato
sente fome e sede
frio e falta de afeto e vive no asfalto
o futuro das ruas vende amendoim pede esmolas
toma conta de automóveis mas não toma leite
o futuro das ruas anda descalço e vira malandro
o futuro das ruas apanha dos policiais se revolta é preso e morto
o futuro das ruas se deteriora aos nossos olhos passivos
e cegos no futuro do saco no futuro das trompas.

(Cutí, “O futuro”.)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS PALAVRAS PARA ENTENDER O ROLÊ.....	10
1. JUVENTUDE, ATIVISMO POLÍTICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONFUSÃO QUE É ARTICULAR ISSO TUDO	18
1.1 Diz aí, o que é juventude?	18
1.2 Fazendo política além do(s) limite(s).....	25
1.3 Mas, afinal, o que são essas tais “políticas públicas”?.....	37
2. “CRJ SEM JUVENTUDE NÃO ROLA!”: O HISTÓRICO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE DE BELO HORIZONTE	46
2.1 Recusar neutralidade e praticar reflexividade: como essa pesquisa foi feita	47
2.2 Momento 1, em 2006: a hora da proposição.....	59
2.3 Momento 2, em 2011: “vamos pelas vias institucionais”.....	63
2.4 Momento 3, em 2016: “a gente chegou na tampa!”	70
2.5 O pós-ocupa: nada seria como antes.....	76
3. RESISTÊNCIAS, EXISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS: CORPOS JUVENIS NA PRÁTICA POLÍTICA	85
3.1 Ocupar e Resistir: subjetividade ativa como parte do rolê.....	86
3.2 As insistências (das) feministas na ocupação da política	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS?	100
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXOS.....	117

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS PALAVRAS PARA ENTENDER O ROLÊ

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa sobre juventude e política. Sobre como as movimentações políticas juvenis interferem na construção de políticas públicas (no caso, de juventude). O cenário analisado é Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, cidade com aproximadamente 2,4 milhões de habitantes segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010). A partir da constituição de um equipamento público, elenco elementos de análise de parte do percurso político juvenil da cidade. O contexto analisado localmente possui aspectos comuns com outros contextos de lutas juvenis no Brasil e na América Latina.

Este trabalho é também fruto de um acúmulo. De uma trajetória pessoal que de alguma forma contribuiu para o debate sobre políticas públicas de juventude em Belo Horizonte. Mais adiante eu traço os caminhos que trilhei para chegar onde estou – os coletivos por que passei, as pautas que defendi. Não é, nem de perto, um autorretrato, uma autobiografia ou algo parecido. É um trabalho que se frutifica a partir das minhas experiências pessoais (e políticas), que se apresenta como uma tentativa de contribuir (teórica e epistemologicamente) com um debate sobre participação juvenil e incidência política. Enquanto sujeito político, minhas ações têm repercussões no âmbito público, e o âmbito público, certamente, conduz ou orienta as minhas ações na dimensão pessoal. Para além do pensamento de Antonio Gramsci do intelectual orgânico, do pensador que milita / do militante que pensa mirando uma nova forma de direção política (Martins, 2011; Vieira, 2012), é necessário incorporar a noção feminista de que “o pessoal é político”: o que acontece na dimensão doméstica não é imune às relações de poder instituídas no âmbito público (Okin, 2008). Foi uma das percepções que tive com o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente no momento no qual discorro sobre como os coletivos juvenis agiram em defesa de uma política pública que se dirigia a eles. Essas percepções serão elencadas mais à frente.

O problema que abordo nesta pesquisa é a relação entre juventude e política e como isso se relaciona com o processo de construção de políticas públicas de juventude. Como estudo de caso, tomo a construção de um equipamento público em Belo Horizonte cuja trajetória possui tensões, dissensos e controvérsias: o Centro de Referência da Juventude. Segundo o portal da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur s/d, *online*), o Centro (que daqui em diante chamarei de CRJ) é um equipamento direcionado especificamente para o segmento jovem, de 15 a 29 anos, que objetiva promover atividades de cultura, lazer, esporte, educação, formação profissional além de se constituir como um espaço de formação, oportunidades e articulação de políticas de/para juventude, sendo também apoio

para iniciativas locais (Belotur, s/d, *online*). A Prefeitura de Belo Horizonte anuncia a construção do aparelho público como o resultado de um interesse comum entre este órgão e o Governo de Minas Gerais. Menciona, também, haver feito uma pesquisa sobre outros Centros de Referência para inspirar a construção do CRJ belorizontino e que os objetivos são:

i) construir o primeiro aparelho público direcionado especificamente para o segmento jovem em Minas Gerais; ii) promover atividades de cultura, lazer, esporte, educação, formação profissional, dentre outras, voltados para o público de 15 a 29 anos; iii) produzir e divulgar informações de interesse dos jovens; iv) ampliar a formação, o conhecimento, as oportunidades e as habilidades que auxiliem na inserção social dos jovens; v) articular-se com entidades e instituições ligadas ao universo da juventude, bem como integrar e apoiar iniciativas locais. (Portal PBH, sem data, *online*.)

No entanto, a abordagem institucional que identificamos na internet pouco menciona acerca de como o Centro de Referência surgiu enquanto política pública. Parece, a partir da “versão oficial dos fatos”, que se tratava de uma ideia mágica, mirabolante, que o poder público teve e que colocou em ação. Pode até parecer assim, mas não é dessa maneira que as políticas públicas funcionam. O que essa versão não conta é que a idealização do CRJ se deu a partir de processos de participação social nos quais uma parcela da juventude estava implicada. Na história oficial – posteriormente retificada –, o Centro surge em 2011, de uma forma pouco transparente. Há outra história, que conto aqui, que mostra que tanto a concepção do CRJ não é uma ideia de gabinetes institucionais como remonta a datas anteriores a 2011 – nesse ano eu tive acesso a esse debate por meio dos coletivos que participava. E tomar o Centro de Referência da Juventude como epicentro desta pesquisa é pertinente porque esse equipamento apresenta elementos de análise sobre políticas públicas e participação política que repercutem em âmbitos distintos da atuação política juvenil belorizontina.

Mencionei acima que meu primeiro contato com o assunto CRJ se deu em 2011, mas minha inserção política é anterior. No último período do meu curso de Comunicação Social (que cursei de 2005 a 2009 na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), fui me conectando a algumas lutas políticas da cidade por meio da produção de reportagens sociais. Foi uma aposta da Coordenação de Produção da Rádio UFMG Educativa, onde eu era estagiário: realizar reportagens temáticas que se voltassem para visibilizar estratégias sociais, culturais e políticas possivelmente transformadoras. Essa experiência de seis meses (fevereiro a julho de 2009) me colocou em contato, de maneira inicial, com discussões políticas empreendidas em Belo Horizonte que tangenciavam questões referentes ao Direito à Cidade, à juventude, à cultura e afins. Dessa minha atuação como repórter social deriva a constituição

de um coletivo de jovens jornalistas dedicados a produzir um programa de rádio: o Conexão Periférica. No ar durante seis anos – de 2009 a 2015 –, o Conexão tinha como proposta discutir as periferias urbanas e trazê-las para o centro das atenções, promovendo debates sobre invisibilidades sociais por meio de reportagens, entrevistas e música. Dentro do coletivo, tínhamos a noção de que não existe jornalismo neutro; daí, as reportagens que fazíamos traziam, sempre, um posicionamento situado politicamente. Por meio do Conexão, me aproximei de movimentações e de discussões de cunho mais político, institucionalizado ou não, como a criação de propostas e políticas públicas para cultura e juventude em espaços como conferências, coletivos, fóruns, redes. Essa participação se dava ora pela militância, ora pelo trabalho, pois tive a oportunidade de, em certos empregos, trabalhar militando e militar trabalhando – e, por dois anos não consecutivos (2011 e 2013), o coletivo foi beneficiado pelo edital de incentivo à cultura de Belo Horizonte, recebendo uma remuneração para que mantivesse suas atividades (a principal era a exibição do programa na rádio).

Nesse período enquanto integrante do Conexão Periférica, presenciei a gênese da *Praia da Estação*, uma movimentação que surgiu em janeiro de 2010 com um propósito: derrubar o decreto emitido pelo então prefeito Márcio Lacerda, que proibia “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação, no Centro de Belo Horizonte. O ato consistiu basicamente em ocupar a praça como se fosse uma praia, com direito a sunga, canga, biquíni e caminhão-pipa, protestando de forma irreverente ao decreto e à política lacerdista de privatização da cidade, que menciono mais à frente no texto. A manifestação, encabeçada majoritariamente por um público jovem, atingiu seu objetivo inicial, mas para além do decreto, tornou-se uma antena parabólica ativista (Oliveira, 2012), um para-raios de lutas promovidas por parte da Esquerda belorizontina e por segmentos anarquistas e autonomistas. Até hoje são feitas edições da Praia da Estação, que se inseriu no calendário político da cidade como uma manifestação lúdica pelo Direito à Cidade. Na virada de 2010 para 2011, entro em contato com o *Juventudes Urbanas*, projeto formado por grupos e coletivos jovens cujo nascimento veio da necessidade de trocar experiências e conhecimentos sobre políticas públicas de juventude (as agendas principais eram Direito à Comunicação, Orçamento Público e Políticas de Cultura). Coordenado pela ONG Oficina de Imagens, de Belo Horizonte, eu representava o Conexão Periférica dentro do Juventudes Urbanas, onde permaneço até o final de 2011, quando me conecto com a rede do Fórum das Juventudes da Grande BH, que estava em fase de rearticulação. Criado em 2004, o Fórum é composto por coletivos, grupos e ativistas autônomos que buscam a promoção dos direitos juvenis e o enfrentamento à violação de direitos por meio de ações de comunicação, educação popular,

mobilização social e articulação institucional. Tive duas atuações enquanto integrante do Fórum, de 2011 a 2015: como representante do Conexão Periférica e, durante um ano (de 2014 a 2015), como integrante de sua Secretaria Executiva, atuando como agente de mobilização. Desde 2016 até o presente momento, quando escrevo esta dissertação (em janeiro de 2018), participo do coletivo Pretas em Movimento, que surge em 2015 com a proposta de discutir, viabilizar e fomentar a ocupação de pessoas negras em espaços de poder, tanto no que se refere à política tradicional como em outras formas de se fazer política – por exemplo, incidindo no debate sobre cotas raciais na pós-graduação e promovendo formação de pessoas negras para acessarem o mestrado.

Sim, este trabalho está “contaminado” pelo meu posicionamento político. Não é neutro, não é isento, mas não quer dizer que não tenha uma tessitura ética por trás. Este trabalho vem, menos do que querer impor posições rígidas; menos que querer dizer o que é “certo” ou “errado”; este texto aqui vem contar uma história. Uma história a partir de uma perspectiva. De uma perspectiva que vivenciei e pude refletir sobre; espero poder contribuir de alguma forma para a contação de novas histórias sobre juventude, sobre política, sobre políticas públicas. Tal qual o jornalista faz com sua reportagem, venho eu aqui me pronunciar acerca de um fato, de uma construção social que, sinto eu, necessita ser relatada e contada. Parto de um lugar que não nega a institucionalidade e tampouco menospreza as atividades de campo, de base. Sinto-me numa intensa consciência de fronteira (Anzaldúa, 2005) entre os processos instituintes, as novas práticas de participação e controle social, e as diretrizes instituídas, as instituições supostamente consolidadas como o Estado, a Democracia. Meu lugar não é de negação, mas de crítica – a ambos os lados. Tento fazer uma sempre consciente “hermenêutica da desconfiança”, uma interpretação da interpretação que temos de mundo de forma a ter cuidado para não romantizar nenhum dos dois lados.

Isso me deixa inseguro. Deixa-me plenamente instável essa posição fronteira, de ao mesmo tempo reconhecer e criticar, confiar desconfiando, desconfiar confiando. Numa sociedade ocidental e cartesiana como a nossa, a necessidade por polos opostos, por dicotomias, por “dois lados” faz com que enxerguemos apenas esses dois pontos e não a linha (ou curva) (ou desenho) que possivelmente pode relacioná-los – “entre o sim e o não existe um vão”, como canta Itamar Assumpção¹. Entre um ponto e outro ponto há, possivelmente, uma infinidade de outros pontos que vão (ou não) ser conectados. Entre duas possibilidades há mais possibilidades que podemos perceber. Uma sociedade tão complexa como a nossa,

1 Itamar Assumpção, “Chavão abre porta grande”, do disco “Sampa Midnight” (1986). Recuperado em 07 de novembro de 2017, de <https://www.youtube.com/watch?v=rvDKguSUuHU>

esse Brasil imenso e diverso, não pode ficar sob análise de e reduzida a dicotomias. E talvez seja esse o meu desafio com este trabalho. Parto de um lugar de hibridismo teórico-epistêmico-metodológico, que conversa com várias áreas científicas no âmbito das Ciências Humanas. A Psicologia Social foi o lugar que me acolheu para isso. Apesar de eu ser comunicólogo com habilitação em Jornalismo, considero tal disciplina uma grande e saborosa “salada de frutas”, que permite que eu experimente o gosto ácido das discussões sociais sobre a desigualdade brasileira, o sabor básico do pensamento decolonial latino-americano, o paladar amargo dos questionamentos sobre a posição do pesquisador na pesquisa. A cada momento na minha trajetória sinto um desses gostos, dois juntos, três, e vários outros que não consigo resumir aqui.

Essa transdisciplinaridade que me foi ofertada nesse campo de conhecimento me permite compreender as especificidades de um tema cujo interesse por parte da Academia tem aumentado nos últimos anos: a articulação entre juventude e política (Abramo, 1997; Pereira, 2007; Castro, 2007; Borelli & Oliveira, 2010; Butler & Princeswal, 2012; Mayorga, Castro & Prado, 2012; Cabalin, 2013; Menezes & Rodrigues, 2014; Oliveira & Hermont, 2014; Chacón, 2015; Aguilera Ruiz, 2016; Menezes, Colaço & Adrião, 2018). Conecto a essas categorias um posicionamento epistemológico que não é apenas misturar as diversas categorias sociais para que estas sejam contempladas, mas reconhecer a complexidade dos sistemas de opressão que operam as relações de gênero, raça, faixa etária, orientação sexual (Hirata, 2014). Falo de um posicionamento (mesmo político) de cruzar a minha análise com outras análises que estão sendo feitas no campo social. Se eu vou falar de juventude, de que juventude (ou de quais “juventudes”) estou falando?

É uma tentativa de não repetir essa história de o pesquisador que pesquisa o seu “objeto” sem levar em consideração que esse “objeto” não é uma coisa, mas um sujeito, uma sujeita, dotada de multiplicidades, de facetas, de complexidades. Se analisarmos a juventude como, por exemplo, uma salada de frutas, cada sujeito tem sua característica que é tanto sua (“individual”) como coletiva – qual é o efeito de uma laranja nessa salada estando próxima a uma banana? Ou a uma melancia? Ou a outra laranja? Para cada situação há um efeito, para cada efeito há uma reação. Eis o ponto no qual a Psicologia Social entra, que é a relação e a percepção das dimensões entre sujeito e sociedade, sem que se desconecte um do outro e sem, também, dicotomizar. Tento, assim, buscar pontos de contato e convergência para dizer de uma experiência que presenciei, a minha formação e participação em coletivos juvenis, e que resolvi pesquisar.

Belo Horizonte tem presenciado movimentações e ações políticas protagonizadas pela

parcela jovem da cidade que se utiliza da arte e da cultura para promover debates políticos que atingem o território (Oliveira, 2012; Albuquerque, 2013; Melo, 2014). Trata-se de uma atuação que questiona a institucionalidade ao se articular de maneira autônoma e desvinculada das formas tradicionais de participação tendo a horizontalidade e a autogestão como princípios organizativos não hierárquicos (Oliveira, 2012). Diga-se de passagem, a própria atividade cultural pode ser vista como uma ação política, cujos resultados não são somente estéticos, mas também afetam politicamente a sociedade e constroem novas formas de mobilização e intervenção. O Mapa dos Movimentos da Resistência da Juventude Negra de Belo Horizonte, elaborado pelo Núcleo Conexões de Saberes UFMG, evidencia como a atividade cultural é uma forma de resistência empreendida por grupos e coletivos negros da cidade. Foi fruto da pesquisa realizada pela equipe do Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes (PET Conexões) com 17 coletivos da cidade que têm se organizado em torno de temas como política, cultura e religião, como forma de enfrentamento à violência e ao preconceito. Seu principal objetivo é revelar a diversidade de coletivos juvenis negros da capital e refletir sobre as dinâmicas de desigualdade e resistência vivenciadas por esses grupos, que muitas vezes se utilizam da arte e da cultura como tal.

Um exemplo que pode ser citado é o Sarau de Periferia Coletivoz, que existe na região do Barreiro, em Belo Horizonte, desde 2008. É um encontro de poetas, rappers, moradores/as e ativistas culturais que se constitui como um movimento de resistência cultural na periferia. Indo completar 10 anos de existência, o Sarau Coletivoz é o primeiro do gênero na Grande BH, tendo inspirado diversos coletivos no que tange à criação e à declamação poética. Em seu manifesto, defende a língua portuguesa-brasileira como patrimônio cultural, identitário e popular e o direito à voz como “um conjunto de valores que se estreitam no poder da fala. A voz como agente transformador da sociedade contemporânea; como único meio capaz de dialogar com qualquer discurso hegemônico (...); [que] emerge de um único lugar: da grande periferia das cidades brasileiras” (Coletivoz, 2008). Essa defesa da voz periférica é, senão, um posicionamento político acerca da produção cultural no Brasil e uma valorização dessa produção feita pela galera jovem – público que majoritariamente frequenta esse sarau e os saraus dele decorrentes.

Nesta pesquisa eu proponho uma reconstrução da história de como juventude e política se articulam a partir da construção do Centro de Referência da Juventude. Chamou-me a atenção, em especial, a forma como foram conduzidas as questões relacionadas à implementação do Centro, cuja autoria é reivindicada tanto pelos grupos juvenis, que se mobilizaram pela sua construção desde 2006 a partir de uma conferência municipal de

juventude², quanto pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Tento compreender e perceber as especificidades desse processo que se dá em Belo Horizonte e apontar compreensões para a trajetória da ação política de grupos de juventude na capital mineira. Tomo como referência a proposição e a construção do CRJ, que neste estudo seguirá uma cronologia por mim proposta: a partir das minhas aproximações e diálogos, divido a trajetória de implementação do CRJ em três momentos, que serão desenvolvidos ao longo do texto. São três momentos de diferentes formas de participação juvenil no contexto de elaboração de políticas públicas.

No primeiro, com epicentro em 2006 e continuidade até 2011, percebemos uma participação mais institucionalizada, em um contexto de fomento às conferências e aos conselhos de políticas públicas. No segundo, entre 2011 e 2016, temos um embate político que repercute na cidade, cuja atuação se dá por meio de vias institucionais de participação – audiências, moções e também conferências. No terceiro, de 2016 até os dias atuais, vislumbramos a “radicalização” como uma estratégia necessária para que as vozes dos grupos de juventude possam ser escutadas e reverberadas como pauta pública na cidade. Esta divisão, no entanto, não é estanque nem linear, mas didática para os fins a que se pretende este estudo – o que ficou evidente para mim e que traço neste texto são as formas não fixas de participação, que se misturam entre o institucional e o não institucional. Acontece que há períodos em que um tipo de ação aparece mais do que o outro, o que não significa anulação das outras formas de agir.

O que mostra esta pesquisa é um recorte que tenta apresentar uma mudança nas formas de se compreender a inserção da juventude no espaço público (Mayorga *et al.*, 2010). Essa mudança na forma como se constrói a atuação política juvenil me chama a atenção e me leva a direcionar esforços na compreensão e no entendimento dessas práticas que não são necessariamente novas, mas constantemente ressignificadas de acordo com a época. Aqui reside uma indagação sobre essa ressignificação contínua do ativismo juvenil e de como esse ativismo se articula (e é articulado) na promoção de políticas de juventude. Perpassam por aí noções que desenvolvo ao longo do texto relacionadas à desconsideração do sujeito jovem como ator político central na promoção das políticas de juventude. Cabe ressaltar que não se trata de um estudo que vem romantizar o jovem como potente ator político, mas que tenta enxergar e visualizar para além de uma dicotomia posta nos estudos sociológicos sobre juventude entre apatia completa e participação plena. As contribuições teóricas para este

2 Nos próximos capítulos irei me aprofundar sobre como se dá o processo de uma conferência, seus métodos e efeitos.

entendimento vêm de um grande escopo de autoras e autores da América Latina, que tensionam a quebra de tal polarização. Além disso, venho dialogando os conceitos por elas e eles empreendidos com a realidade focalizada neste estudo para tentar compreender as nuances e especificidades de se fazer política sendo um/a jovem latino-americano/a.

Foi por meio de levantamento documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas que desenvolvi este trabalho. Busquei, na internet e em fontes oficiais, informações relevantes sobre a constituição do Centro de Referência. Realizei a observação participante em dois momentos: o primeiro, em 2016, durante o período da ocupação e seguidamente a ela, acompanhando seus desdobramentos; o segundo, em 2017, durante a execução mesma desta pesquisa. Minha atenção se concentrou no Centro de Referência não no âmbito da gestão e da administração – mas, sim, em como a ocupação (conforme descrevo mais à frente) estimula os/as jovens a frequentarem o Centro. Participei de atividades no local, acompanhei reuniões institucionais e presenciei atividades promovidas por grupos juvenis naquele espaço. Paralelamente ao segundo momento de observação participante, em 2017, entrevistei (de abril a agosto) sete mulheres que participaram da história do CRJ em algum momento. Agregado a esses métodos escrevi, embasado com minha trajetória anterior, um “diário de reminiscências”, um caderno no qual anotei minhas lembranças no período que eu estava mais intensamente envolvido na disputa pelo Centro. Observação, entrevistas e reminiscências formam o triângulo metodológico que apoia esta análise, tendo a pesquisa documental e informacional como procedimento contextual.

O primeiro capítulo desta dissertação é intitulado “*Juventude, Ativismo Político, Políticas Públicas e a confusão que é articular isso tudo*”. Consiste em uma contextualização sobre juventude, ativismo político e políticas públicas, e como esses conceitos são articulados por meio de estudos nas Ciências Sociais, na Psicologia Social e em áreas afins do conhecimento. No segundo capítulo “*CRJ sem Juventude não Rola!: o histórico do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte*”, trago o histórico da constituição do Centro de Referência da Juventude enquanto política pública – neste momento, traço o histórico que envolve a participação de coletivos de juventude na sua implementação. No terceiro capítulo, “*Resistências, Existências e Insistências: corpos juvenis na prática política*”, proponho uma discussão que parte de concepções e epistemologias feministas para determinar como política e juventude podem ser reinterpretadas na contemporaneidade. Como considerações finais (finais?), desenvolvo uma proposta de articulação entre os conceitos mencionados nos capítulos anteriores e proponho uma nova forma de enxergarmos os/as jovens dentro do âmbito do ativismo juvenil. Tenha uma boa leitura!

1. JUVENTUDE, ATIVISMO POLÍTICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONFUSÃO QUE É ARTICULAR ISSO TUDO

Este capítulo tem essencialmente três ideias centrais: apresentar a construção do termo juventude como categoria social, articular esse conceito com as análises sobre política e participação que os/as jovens realizam e repercutir essa forma de ação política na hora de se pensar políticas públicas de juventude. A perspectiva que traço busca se embasar na elaboração de uma sociologia e psicossociologia latino-americana juvenil para compreender como se dão essas articulações que não são simples. Autores e autoras como Ernesto Rodríguez, Oscar Aguilera, Sara Alvarado e Lúcia Rabello de Castro são algumas das fontes que subsidiam a análise.

Pode parecer, mas a relação entre juventude e política não é algo dado: quando se fala de militância juvenil, remete-se a um sujeito historicamente privilegiado nas estruturas sociais. Sujeitos subalternizados não são vistos como politicamente ativos, sendo por diversas vezes relegados ao lugar da vulnerabilidade social. De que juventude estamos falando quando abordamos política? Quem é o ator político jovem? Quando eu faço essas perguntas, qual é a imagem do jovem político que vem na sua cabeça?

Tendo isso em mente, faço uma trajetória que tenta intersectar as características e os elementos que constituem a categoria juventude – elementos que, inclusive, podem dar combustível à luta política. Em articulação com essas análises, enuncio uma possível definição de políticas públicas com foco no lugar (ou não lugar) do/a jovem na sua construção. Isso se refletiu no estudo de caso aqui enveredado e será repercutido nos capítulos posteriores.

1.1 Diz aí, o que é juventude?

Do ponto de vista da conceituação teórica, podemos visualizar a juventude como uma contradição. Ao mesmo tempo em que suas características são louvadas – como energia e estética corporal –, a juventude não é percebida como uma categoria de sujeitos de direitos plenos, mas sim, segundo Juarez Dayrell e Nilma Lino Gomes, como uma “condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (Dayrell & Gomes, s/d, p. 01). Dayrell e Gomes (s/d) ainda afirmam que esse ponto de vista enxerga o jovem em sua negatividade, como o que não chegou a ser – e a principal consequência disso é a negação do momento presente.

Dialoga com essa concepção a visão da “juventude transviada”, vista como problema. Os autores percebem que os aspectos problemáticos juvenis acontecem e são importantes, mas não se pode reduzir o jovem a somente isso. Ações em prol da juventude passariam a ser focadas na busca de superação do suposto “problema juvenil” e, nesse sentido, “voltam-se somente para os setores juvenis considerados pela sociedade, pela escola e pela mídia como ‘em situação de risco’” (Dayrell & Gomes, s/d, p. 02).

A constituição teórica sobre juventude é recente e contemporânea, o que dificulta a análise sobre esse campo de estudo. Lucia Rabello de Castro aponta que a construção histórica da categoria juventude é marcada por sua “posição relacional em comparação à idade adulta”, sendo a consequência dessa posição relacional o fato de se pensar as políticas, análises e debates a partir de uma lente adultocêntrica. Seja em determinados momentos como etapa de vida, seja como fase de transição, Castro (2012) afirma que

a juventude é, frequentemente, representada como falta, ou excesso de alguma coisa relacionada ao seu devir último de adultidade ao qual deve tender. Neste sentido, ser jovem anuncia, por este viés, uma posição de subordinação prospectivamente ao que ele deve deixar para trás no seu processo de desenvolvimento. (p. 67)

Essa posição relacional – melhor dizendo, *em relação à* concepção do que é ser adulto – não é uma posição que sempre existiu na história do termo. A constituição da terminologia “juventude” enquanto categoria social advém de um processo de construção de outras categorias sociais. Pierre Bourdieu, no texto chamado “*A juventude é apenas uma palavra*”, afirma que, assim como a velhice, juventude não é uma categoria dada, mas uma construção empreendida socialmente na luta entre jovens e velhos: as relações entre “idade social” e “idade biológica” seriam por demais complexas (Bourdieu, 1983).

Mario Margulis e Marcelo Urresti respondem de maneira provocativa ao texto de Bourdieu já a partir do título, que é “*A juventude é mais que uma palavra*”. Nessa publicação, os autores realizam uma proposta de superar a noção de juventude apenas pelo fator etário e de maneira uniformizante, convocando para uma reflexão sobre o fato de a condição histórica e cultural da juventude não ser igual a todos os sujeitos jovens (Pereira, 2007). Dessa forma, descrevem a juventude como não apenas uma ocorrência etária, que se dá em faixas delimitadas de acordo com cada sociedade, mas como o que se pode chamar de ocorrência geracional, trazendo-se dessa forma a noção de geração dentro de uma “circunstância cultural que emana de ser socializado com códigos diferentes, de incorporar novos modos de perceber e de apreciar, de ser competente em novos hábitos e destrezas, elementos que distanciam aos recém-chegados do mundo das gerações mais antigas” (Margulis e Urresti, *apud* Pereira,

2007, p. 04).

Oscar Dávila León deixa evidente que o termo é uma construção histórica, e que tal construção deve ser contextualizada no seu momento de constituição. A categoria seria o resultado de tal construção que responderia a condições sociais específicas produzidas a partir de mudanças sociais a partir do capitalismo. Dessa forma, Dávila León (2004) sugere que a juventude como categoria social possa ser vislumbrada como categoria etária/sociodemográfica, como etapa de amadurecimento (sexual, físico, afetivo, intelectual) e como subcultura (a “cultura juvenil”, como é popularmente conhecida).

Dentro desse esteio de considerar juventude como categoria social, empreendo a escolha de me focar no contexto latino-americano dos estudos sobre tal grupo. Justifico tal alternativa por considerar a necessidade de olharmos para nós mesmos, povo americano e latino, a respeito das nossas experiências sem precisar nos respaldar no “eixo teórico-epistemológico”, encabeçado em grande parte por estudos situados nos países do “Norte”. Não significa negar tampouco esquecer que tais estudos existem, mas girar o olhar para o que está sendo produzido, em solo latino-americano, a respeito dos estudos sobre juventude – menciono como exemplo a Red Iberoamericana de Posgrados en Infancia y Juventud (RedINJU), rede de estudiosos/as de juventude que se encontram nos países da América Latina composta por membros do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e que possui representações de países como Brasil, Colômbia, Argentina e Chile. Em território brasileiro, mas em constante articulação com outros países próximos, a cada dois anos é realizado o Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (JUBRA), cujo objetivo é aumentar o fluxo e o intercâmbio de pesquisas relacionadas à juventude. A primeira edição do encontro realizou-se em 2004, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inserindo-se num importante debate sobre a juventude, que tem se destacado “como parte de uma agenda cada vez mais ampla, aglutinando pesquisadores, professores, profissionais, jovens e gestores públicos” (Jubra, 2014). A partir dos encontros, teve origem em 2017 a Rede JUBRA, plataforma que aglutina pesquisadoras/es de/sobre juventude de todo o país, envolvendo também os *hermanos* da América Latina.

Patricia Oliart e Carles Feixa propõem uma divisão, acerca dos estudos latino-americanos sobre juventude, em três vertentes: “jovens como atores políticos”, “jovens como problema social” e “jovens como cidadãos” (Oliart & Feixa, 2012). São noções não excludentes, ainda que possuam origens temporais diferentes. Artigo essas três vertentes com a classificação que Oscar Aguilera empreende para verificar os enfoques sobre

juventude, principalmente a partir dos anos 1990³. Inspiro-me em tais categorizações para poder apresentar a minha leitura.

Na classificação que enxerga os **jovens como atores políticos**, temos como marco zero o movimento pela reforma universitária em Córdoba, Argentina, em 1918, cujo pano de fundo foi um desejo de mudança intelectual e social da elite argentina, que acreditava na possibilidade de as novas gerações varrerem a herança colonial que imperava no país e iniciar e liderar mais novas e mais modernas sociedades (Oliart & Feixa, 2012). O Manifesto de 21 de Junho, data que marca a revolta, elencava diversas prioridades, dentre elas a coparticipação dos/as estudantes na estrutura administrativa, o caráter público das sessões e instâncias administrativas e a extensão da Universidade para além dos seus limites (Freitas Neto, 2011). Esse movimento repercute de maneira intensa na América Latina. Uma forte onda contestatória chega ao Peru em 1919 e, nos anos seguintes, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador Guatemala, Paraguai, Venezuela e Uruguai se tornam palco de conflitos pela reforma no ensino superior (Portantiero, 1978).

A Reforma Universitária de Córdoba gerou ecos sobre os estudos sobre juventude até os anos 1970. Nesse período, a participação política juvenil se dá tanto em estruturas institucionais, como os Diretórios Acadêmicos das faculdades e universidades, como na participação radical em movimentos sociais que abraçam a agenda política marxista e apoiam as rebeliões do/no campo e as demandas de classe (Oliart & Feixa, 2012). Nesse período também assistimos à ascensão dos regimes ditatoriais na América Latina, que promoviam localmente, sob a influência estadunidense, a ampliação da Doutrina da Segurança Nacional⁴. Isso afeta diretamente a atuação política dessa juventude latino-americana, que se encontrava principalmente em organizações de esquerda. Podemos ler também essa vertente de estudos como pesquisas que enfocam a ação juvenil (*acción juvenil*), colocando em evidência se os/as jovens assumem a posição de atores políticos e como assumem (Aguilera, 2009). Uma diferença entre ação e ativismo é que o ativismo traz em seu conceito uma ação de transformação da realidade em lugar da simples argumentação, enquanto que a ação não

3 A categorização que Aguilera realiza se embasa na realidade dos movimentos juvenis chilenos. Dessa forma, a divisão não deve ser aplicada *ipsis literis*, mas levando em consideração outros elementos que contribuem para a análise.

4 A Doutrina de Segurança Nacional, de origem estadunidense, surge em consequência da Guerra Fria (a polarização entre EUA capitalista e União Soviética socialista ocorrida entre o fim da 2ª Guerra Mundial e o ano de 1989). Os Estados Unidos da América do Norte formaram, por meio de suas escolas militares, toda uma geração de oficiais influenciados por uma concepção de “defesa nacional”. É essa noção, contrária e avessa aos ideais de Esquerda, que vai inspirar, no Brasil e em outros países, a ascensão e a manutenção de regimes ditatoriais.

necessariamente pode visar a essa transformação.

Tal qual na América Latina, os primeiros olhares brasileiros sobre juventude também a consideram uma importante peça no cenário político, principalmente no enfrentamento à ditadura civil-militar (Zucchetti & Bergamaschi, 2007; Cassab, 2010). Deixando de lado jovens de classes menos privilegiadas, os estudos sobre participação juvenil no Brasil dos anos 1960 e 1970 focavam numa representação da juventude que era de classe média e majoritariamente branca. Já nessa época empunhava-se a dicotomia entre jovens apáticos e jovens rebeldes, que ou lutavam por mudanças sociais ou se conformavam com a situação.

Uma segunda vertente de estudos é a dos **jovens como problema social**. Essa é uma concepção que se inicia nos anos 1980, em meio a uma grave crise econômica que afeta a população urbana pobre. O quadro de superinflação conjugado com o alto índice de desemprego faz com que crianças e mulheres vão às ruas em busca de trabalhos informais ou improvisados (*make-shift jobs*) como questão de sobrevivência, o que faz com que os jovens abandonem a educação / a escola, a casa e se situem em um quadro de fragilidade social. As principais ações construídas são intervenções que busquem “retirá-los” dessa condição. Atribui-se ao sujeito uma condição de jovem debilitado (*joven dañado*), com pesquisas que visam enfatizar e apresentar “problemas de integração social produto de acidentes biográficos nas suas trajetórias vitais” (Aguilera, 2009, p. 120); ou de jovem violento, com estudos que colocam esforços em investigar os processos de violência nos setores populares e nos espaços escolares. A não integração do jovem à sociedade, segundo tais análises, seria fruto de condições (como a pobreza) que impedem seu desenvolvimento integral. Esses problemas de exclusão, em essência, determinaram a forma como as políticas públicas de juventude se desenvolveriam na América Latina (Abad, 2002; Sposito & Carrano, 2003). No Brasil, essa concepção ganha força a partir dos anos 1990, período no qual mais se falou sobre crianças e jovens no que tange ao conceito de “vulnerabilidade social” ou “situação de risco”, cujo discurso ganhou destaque e recai, especialmente, sobre jovens das classes populares. Há uma presente associação entre pobreza e marginalidade/criminalidade que atinge os jovens periféricos, mesmo eles não tendo praticado nenhum tipo de delinquência (Zucchetti & Bergamaschi, 2007).

Diante tal cenário, cresce a participação da sociedade civil na intervenção social com vistas a enfrentar esse quadro por meio das organizações não governamentais (ONGs), somada à atuação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). As agências e organismos internacionais atuam, nesse contexto, no intuito de canalizar esforços para mudar o cenário de violações de direitos sociais sofridas. No que tange

à juventude, a ONU marca o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, objetivando focar em propostas e ações para as necessidades da população com menos de 24 anos. Uma das instituições mais relevantes nessa história foi a CEPAL - Comissão Econômica Para América Latina e Caribe, uma das cinco comissões regionais criadas pela ONU no mundo, e que produziu informações e relatórios sobre a juventude pobre na América Latina, apresentando dados considerados graves sobre violência, evasão escolar, desemprego e pobreza. A participação do Estado nesse contexto foi de, em articulação com os organismos internacionais, propor programas de contenção da pobreza, em articulação com as Organizações Não Governamentais (ONGs), sem ter um caráter de política pública (Abad, 2002). Somado a isso, as décadas de 1980 e 1990 são palco para a popularização dos Observatórios, instituições que tentam lidar com as múltiplas e diversas questões juvenis e que são fruto de articulações com entes estatais, ONGs, agências multilaterais e/ou universidades⁵. É por meio deles que se tenta vislumbrar a questão da vulnerabilidade de maneira mais ampla, abordando questões como racismo, migração, saúde etc.

Se antes a juventude era um conceito prioritariamente eivado e concebido na elite, a partir dessa concepção passa a abranger toda uma faixa etária específica que, de acordo com seu posicionamento na sociedade, pode ser vista como engajamento (nas classes médias e altas) ou como problema social (nas classes baixas). O que corrobora essa afirmativa é a percepção de que, no Brasil e em outros países da América Latina, boa parte das pesquisas sobre ações juvenis partem da condição estudantil branca e de classe média dos sujeitos pesquisados, e que os jovens de camadas populares aparecem como sujeitos de vulnerabilidades sociais, de violências e violações de direitos, sendo associados ao risco social e potencialmente ao crime (Mayorga *et at*, 2010).

A terceira vertente de estudos que Oliart e Feixa (2012) enumeram percebe os **jovens como cidadãos**. Essa corrente de estudo entra em sintonia com outras vertentes, em especial a dos estudos culturais (*Cultural Studies*), encabeçada pela Universidade de Birmingham, na Inglaterra⁶. Há um aprofundamento nas noções de classe e resistência, com contribuições oriundas do campo da Antropologia por meio da etnografia como proposta epistemo-

5 Um aprofundamento acerca do tema pode ser conferido na dissertação de mestrado “Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações”, de Gustavo Beuttenmiller, apresentada em 2007 à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EA/FGV). Seu completo teor encontra-se neste link: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2434> (recuperado em 05 de dezembro de 2017).

6 Fundado em 1964, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS, na sigla em inglês) atuava como um polo de fomento de pesquisas e de pesquisadores afins à explicação de fenômenos sociais. O mote do Centro era compreender as relações entre sociedade e cultura, as práticas culturais, bem como as mudanças sociais.

metodológica. Nessa vertente, as pesquisas tentam envolver a juventude no processo de produção de conhecimento, valorizando sua subjetividade. Alocam-se nesse esteio as pesquisas sobre juventude e sua potencialidade na criação de “subculturas”, baseadas em maneiras distintivas de se vestir, de se portar e de estar em sociedade⁷. Oliart e Feixa (2012) comentam que um dos motes de tal campo de estudos é a produção cultural de jovens que vivem entre mundos diferentes, buscando sentidos para o lugar onde vivem na sociedade e criando mundos diferentes para eles mesmos. Dentro dessa vertente podemos identificar, a partir da categorização de Aguilera (2009; 2016), pesquisas que visam observar a pluralidade de vozes presentes no mundo juvenil – uma compreensão dos diálogos juvenis (*conversación juvenil*), bem como a compreensão sobre os modos nos quais os/as jovens demonstram as suas vivências, que podemos nomear de sociabilidade e socialização juvenil (*sociabilidad y socialidad juvenil*). Destacam-se estudos sobre as culturas juvenis, mobilização social e participação política, que reconhecem “a energia criativa, as práticas críticas e os estilos de vida alternativos promovidos por jovens na busca de enfoques diferentes para a compreensão das subjetividades juvenis e das culturas” (Feixa, 2014, p. 505). Este é o campo de estudos mais afim a esta pesquisa, que vem discutir as formas de atuação política juvenil face à construção de políticas públicas.

Nas duas primeiras tradições de estudo (jovens como atores políticos e como problema social), é possível se perceber uma “*orientação universalista*”, que se caracteriza por um “padrão unitário” no qual há uma orientação adultocentrada que gera uma percepção homogeneizante da juventude (Aguilera, 2016). Na primeira vertente, essa universalização acontece ao se empacotar os jovens dentro de caixinhas delimitadas pelas concepções de participação política total; presume-se um engajamento a priori desse jovem, como se ele já estivesse “determinado” a cumprir tal função. Na segunda vertente, a tendência à universalização aparece na construção de iniciativas que visem apenas retirar o/a jovem da situação de “risco social”, sem pensar ações a posteriori. Na vertente que concebe o jovem como cidadão, é possível perceber, por outro lado, uma “*orientação relativista*”, que supõe a impossibilidade de uma compreensão total sobre o/a jovem, fazendo com que se detenha nas suas especificidades sem generalizar.

7 A noção de subcultura merece ser problematizada pela sua própria construção vocabular. Por mais que forneça elementos para entender o campo sociológico da juventude, o termo subcultura se remeteria, segundo Aguilera (2016), a uma prática cultural hierarquicamente “abaixo” da Cultura dominante, com C maiúsculo. Nomear também as práticas juvenis como uma subcultura confere um caráter universalizante às diversas formas de manifestações juvenis, provocando uma “etiquetagem e estigmatização”: falamos de subcultura quando nos referimos aos *punks*, aos *rappers*, aos *funkeiros*, aos *roqueiros*, mas o que falamos quando nos referimos aos jovens católicos? Aos estudantes de escolas privadas?

Numa primeira mirada, me parece que estamos falando de polarizações no que tange à orientação dos estudos – haveria, possivelmente, uma oposição entre universal e relativo, entre universal e particular. Entretanto, essa diferenciação, evitada de certa dicotomia, em última instância particulariza ou universaliza as análises. Considerar os estudos por um lado ou por outro lado alimenta uma paradoxal percepção sobre como encarar a juventude – seja teoricamente, seja empiricamente. Enquanto categoria de análise, ela pode ser uma reivindicação necessária no quesito identidade para que sejam possíveis as formulações de políticas públicas, normativas e outros instrumentos por meio dos quais o Estado contempla essa parcela da sociedade. Por outro lado, essa mesma reivindicação precisa ser reconciliada com um debate interno (Butler, 2013) sobre a descrição própria do termo juventude, o que me faz compreender que as análises, ainda que categorizadas entre universal e relativista, podem ser situadas a partir do lugar comum de onde elas partem: a juventude. Em vez de nos orientarmos ou pela universalização ou pelo relativismo, proponho que nos equilibremos numa concepção paradoxal que Joan Scott conceitua como “uma opinião que desafia a ortodoxia prevalente, que é contrária a opiniões preconcebidas” (Scott *et al.*, 2005, p. 14). Dessa forma, oriento esta pesquisa a partir de um lugar, fronteiro, que nem generaliza e nem relativiza, mas se situa num lugar de compreender especificidades.

1.2 Fazendo política além do(s) limite(s)

O fenômeno aqui estudado é o de constituição do Centro de Referência da Juventude enquanto política pública destinada à população jovem de Belo Horizonte e do seu entorno. As políticas públicas são frutos de embates e conflitos entre os movimentos sociais / a sociedade civil e o poder instituído, os governos. Nesta seção faço uma discussão sobre como podemos relacionar o conceito de juventude com a questão dos enfrentamentos políticos. Mais adiante irei me deter na discussão própria sobre políticas públicas, inclusive tentando trazer reflexões mais conceituais.

Se partirmos do princípio de que juventude não é uma categoria social dada, mas uma construção social (Pais, 1990; Zucchetti & Bergamaschi, 2007), podemos dizer que, dessa forma, ela compreende em si mesma dilemas, problemas e questões. A respeito disso, destaco uma das principais controvérsias acerca do tema: a dicotomia “apatia/participação cidadã” das/dos jovens. Se por um lado temos a formulação de uma apatia política que considera os sujeitos como repetidores do individualismo característico das nossas sociedades contemporâneas (Pinzani, 2013) – melhor dizendo, como se nesses sujeitos estivesse ausente

um sentimento de pertença de grupo, que o motivaria a lutar por algo –, por outro lado, temos uma vertente de estudos sobre juventude que a romantiza e que a considera como plena promotora de mudanças sociais – a vertente de estudos que consideram os jovens como atores políticos é um sintoma dessa romantização ao depositar no jovem a crença total pela mudança ou uma fé de que é por meio da ação desse grupo social que a mudança ocorrerá. Ambas as noções são universalizantes e não enxergam as particularidades da vivência juvenil, tampouco a especificidade da participação social e política juvenil que tende a transbordar as supostamente consolidadas práticas institucionais. O que podemos enxergar para além dessa dicotomia? (Abramo, 1997; Cassab, 2010; Mayorga, Castro & Prado, 2012; Mayorga, 2013).

A atuação política desses sujeitos talvez esteja na compreensão de que entre os/as jovens se estabeleceu não uma apatia, mas uma **antipatia** aos modos de fazer política derivados de um modelo hegemônico e, com certeza, adultocêntrico (Alvarado, Gómez & León, 2014). Sob essa análise, compreende-se que a busca dos/as jovens, portanto, é por possibilidades nas quais eles mesmos possam ser sujeitos da ação política (Benedicto, 2016), independentemente do formato. A chave para a compreensão do ativismo juvenil contemporâneo, portanto, está em entender como espaços em contextos urbanos ou rural-campesinos, institucionais ou não, dão conta de expressar e representar os jovens no que tange à participação (Souza *et al.*, 2012; Butler & Princeswal, 2012). Saraus de periferia, coletivos culturais e batalhas de MCs são, sob essa lente, tão importantes e representativos quanto o espaço da escola, o sindicato e o partido político.



Figura 1: Imagem da Mesa Ampla Nacional Estudantil (MANE), movimentação juvenil colombiana.

Fonte: Organización Colombiana de Estudiantes.

É sob esse viés que pode ser possível compreender e analisar como o ativismo juvenil, na contemporaneidade, tem construído a esfera pública e interferido direta ou indiretamente na sua construção/constituição (Mayorga, 2013). Tomo como exemplo disso a *Mesa Ampla Nacional Estudantil* (MANE), articulação realizada por grupos estudantis colombianos, em sua maioria universitários, que contestavam a reforma universitária posta pelo governo. Entre março e novembro de 2011, estudantes de 31 universidades públicas mantiveram uma mobilização que visava rechaçar a reformulação da lei que rege a educação superior na Colômbia e cuja mudança aprofundaria a privatização da educação superior ao se permitir que as instituições educacionais pudessem auferir lucros nas suas atividades (García, 2012; Vommaro, 2013). Estabelecendo laços com outras organizações, como federações de professores, sindicatos e associações comunitárias, a grande expressividade da mesa, a sua repercussão e os debates que se foram construindo acerca da reforma universitária fizeram com que o governo retirasse de pauta a reforma universitária e reconhecesse os estudantes como interlocutores legítimos do processo de reformulação educacional⁸.

É possível percebermos, de maneira reflexiva, uma invenção e uma reinvenção autoconsciente das identidades juvenis (Feixa & Nilan, 2009) em articulação entre o global e

⁸ Ainda que a MANE tenha surgido a partir de uma reivindicação estudantil, suas ações continuariam reverberando pelo país nos anos seguintes – tanto que em março de 2013, segundo Vommaro (2013), a movimentação adere a propostas que extrapolam as questões setoriais (estudantis/universitárias) e se envereda, por exemplo, na discussão do processo de paz iniciado na Colômbia.

o local. Desde os finais dos anos 1990 e inícios dos anos 2000 percebemos a profusão de manifestações que se utilizam da ação direta e do protesto em forma de festa como métodos de atuação. Iniciadas em Seattle, nos Estados Unidos, como manifestações que visavam pôr em xeque o Capitalismo, as Manifestações Anticapitalistas influenciam a forma de atuação de movimentações políticas juvenis na América Latina, cujas características são mais propositivas que somente reativas (Vommaro, 2013). A Revolta dos Pinguins, mobilizada em 2006 por estudantes secundaristas do Chile que deflagraram um movimento nacional de greve e de ocupação das escolas⁹, tinha por principal reivindicação era uma melhora estrutural no ensino chileno. O debate foi, contudo, ampliado: além de tais demandas, foi incluída uma proposta de revisão da jornada estudantil completa (JEC, o que seria no caso do Brasil o ensino em tempo integral) e a revogação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino, instituída pelo governo ditatorial de Augusto Pinochet e que, mesmo tendo essa origem, foi preservada pelos governos eleitos a partir de 1990 (Zibas, 2008, p. 203).



Figura 2: Imagem da Revolta dos Pinguins.
Fonte: Universidad de Chile.

Outro elemento importante das recentes movimentações políticas juvenis é o seu alto poder de capilaridade por meio da internet. O *cyberativismo* se torna uma importante ferramenta, inclusive, de contraposição e confrontação de discursos. Que o diga o *#YoSoy132*, movimento ocorrido no México em 2012 durante as eleições presidenciais que teve como mote principal a luta pela democratização das comunicações.¹⁰ A distorção do discurso

9 O nome da revolta se deu por conta do uniforme preto e branco que os estudantes usavam, que remetia a imagens de pinguins.

10 Até 1993, a Televisa reinava soberanamente nas televisões mexicanas. O monopólio foi quebrado em 1993,

acerca da manifestação contra o candidato à presidência Enrique Peña Nieto, que tinha ido a uma universidade participar de um evento, provocou uma profusão de manifestações por meio da internet. Um vídeo foi publicado¹¹ mostrando a fala do porta-voz do candidato, que dizia haver apenas 20 pessoas, em contraponto com as imagens que mostravam pelo menos 100 jovens; na sequência, o vídeo traz 131 estudantes mostrando suas respectivas carteirinhas e confrontando o discurso do porta-voz. Isso foi o estopim para que, espontaneamente, se começasse a dizer por meio da internet “Yo soy 132”, (“Eu sou 132”, em tradução livre), como se as pessoas estivessem se somando ao movimento (Sancho, 2012; García & Treré, 2014). Num âmbito local, a manifestação protestava contra a distorção do que realmente havia acontecido na “recepção” a Peña Nieto; em uma visão mais global, estamos falando do direito à comunicação como um direito humano e em confronto ao fenômeno global de conglomerações midiáticas em formação.



Figura 3: Registro da marcha do movimento #YoSoy132.
Fonte: jornada.unam.mx (Crédito: Cristina Rodríguez).

com o nascimento da TV Azteca. Esse duopólio seria fissurado em 2016, com a concessão do governo mexicano de Enrique Peña Nieto para a abertura de uma terceira cadeia televisiva, a Imagen TV. Ressalto que é, apenas, mais uma gigante entrando no bolo, e não uma democratização das comunicações de fato.

11 Conforme pode ser visualizado neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=P7XbocXsFkI> (recuperado em 07 de novembro de 2017).



Figura 4: Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte.
Fonte: O Beltrano.

Há que se se perceber, dessa forma, uma “não polarização” entre global e local: uma presente reflexão sobre como os processos globais influenciam localmente e como o local responde a essas ingerências globais. As ações políticas juvenis são manifestações que têm como elementos a ação direta, o protesto em forma de festa, a diversificação das formas de atuação, a militância intensa por meio dos recursos digitais *online* e a desvinculação das formas tradicionais de participação, como sindicatos e partidos (Oliveira, 2012). Um exemplo disso são as (controversas) Jornadas de Junho de 2013, que foram iniciadas a partir das reivindicações do Movimento Passe Livre (MPL) pela redução no preço da passagem de ônibus. As Jornadas se caracterizaram pela rapidez de difusão e capacidade de impacto em âmbito social – muito disso se deve ao uso das tecnologias de informação e comunicação (não somente as mídias sociais) e do uso da ação direta (Barreira, 2014). Os primeiros atos se iniciam em São Paulo no final de maio e se estendem até junho¹², alcançando 388 cidades,

¹² O primeiro ato de repercussão nacional se dá em 06 de junho, com aproximadamente cinco mil pessoas. Os atos seguintes se dão nos dias 08 e 11 de junho. A truculência exercida pela polícia no Quarto Grande Ato do MPL (em 13 de junho), sob o pretexto do direito de ir e vir e da liberação das vias ao trânsito, foi o estopim para que os protestos se espalhassem nacionalmente. Até então, a maior onda de protestos tinha sido em 1992, pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (Medeiros, 2014).

sendo 22 capitais, e angariando mais de um milhão de manifestantes (UOL, 2013). Não foram manifestações de discurso único: as reivindicações foram escritas em cartazes feitos à mão pelos/as manifestantes, o que pode ser considerada uma marca da diversidade de posições e pensamentos sobre a realidade brasileira e também uma forma de dizer que não havia uma direção única, seja de movimentos sociais, seja de partidos. Acredito que essa ausência de direcionamento e/ou de discurso unificado tenha provocado incompreensões que se estendem até hoje.

Os entendimentos do que foi 2013 são difusos e controversos. Havia nas ruas uma inquietação comum ao sistema político vigente (Mayorga & Ribeiro, 2016), mas que se manifestava em espectros políticos distintos. A controvérsia sobre 2013 assola, inclusive, a Esquerda, que possui vertentes que veem 2013 de forma negativa, percebendo em tais movimentações um espaço para a canalização de forças de Direita, insatisfeitas com os governos petistas vigentes desde 2003 no Brasil (Miranda, 2017).

É inegável que movimentos de Direita se inflaram nas manifestações e hoje ganham espaço e poder. Parte da força de mobilização das Jornadas de Junho se converteu para alimentar uma guinada à direita, protagonizada em parte por movimentos liderados por jovens reacionários, como o Movimento Brasil Livre (MBL). No entanto, mesmo sabendo que esse é um movimento liderado por jovens, não cabe a mim e tampouco a este trabalho dissertar sobre um movimento que é contra as cotas raciais, que acredita não existir feminicídio (o assassinato de mulheres apenas pelo fato de elas serem mulheres), que acredita na redução da maioria penal como saída para a violência, que apoiou uma Reforma Trabalhista que destruiu uma das maiores conquistas dos trabalhadores brasileiros (a carteira de trabalho), que acredita que a corrupção e a “bandalheira” são coisa unicamente do Partido dos Trabalhadores, que apoiou o golpe a que chamam de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e que não acredita que a forte desigualdade social que o Brasil vive gera processos profundos de violência e violação de direitos. No entanto, boa parte de 2013 se converteu também em forças de transformação social progressista. Neste trabalho refletirei sobre um dos mais importantes ecos de Junho de 2013: as ocupações estudantis de 2015 e 2016, das quais falarei mais à frente.

Podemos então perceber o ativismo juvenil, em suas variadas formas, como um enfrentamento a relações geracionais, desiguais e subordinadas. Nem todos os jovens, entretanto, vivenciam tais relações da mesma maneira – há recortes de gênero, raça, classe, orientação sexual, nacionalidade que devem ser evidenciados quando se trata do tema – inclusive servindo de substrato, de contexto, para compreender como esses elementos

interferem, contribuem, alimentam as movimentações. Dentro disso, o que consigo visualizar acerca das manifestações juvenis é uma incontestável contestação da “ordem adultocrática”, que

se expressa de forma distinta entre as diferentes classes e grupos sociais mesmo quando atravessa de forma transversal ao conjunto de relações sociais. Por isso, a precarização e a vulnerabilidade juvenil se ampliam com o incremento de repertórios identitários proibidos ou desacreditados como ocorre quando se é jovem, pobre, indígena, afrodescendente, mulher, homossexual, transgênero, marcadores que correspondem a quem temos identificado como grupos estigmatizados ou identidades proibidas. (Valenzuela, Arce, 2015, p. 29. Tradução minha¹³.)

Trata-se de um tipo de exercício de poder realizado por um sujeito que se encontra, na hierarquia social, superior ao jovem. Existe uma relação de poder colocada que, ainda que não se fale de um “adulto universal”, estabelece limites e parâmetros no relacionamento entre o/a sujeito/a jovem e o/a sujeito/a adulto/a. É uma relação permeada por marcadores sociais (de gênero, raça, classe, origem, orientação sexual etc.), e eles adentram no discurso contestatório à ordem adultocrática. Acredito que estamos falando da adultocracia como uma relação estabelecida como um braço prolongado das formas colonialistas por meio das quais nos relacionamos como seres sociais – e que o sujeito adulto que promove, estabelece e garante que essa ordem perpetue é um sujeito que se finca em um tipo de poder enraizado na sociedade (Mendonça, 2016).

O sistema social no qual habitamos é forjado por diversas estruturas: temos a estrutura racial – que discrimina e hierarquiza pessoas de tonalidades de peles e características físicas diferentes ao padrão; a estrutura de gênero – que considera os homens como superiores às mulheres; a estrutura sexual – na qual é tido como inferior quem não é heterossexual ou quem não tem práticas sexuais consideradas “normais”; e, dentro disso, também temos estruturas de idade – que promovem uma diferenciação entre mais jovens e mais velhos (idosos), e ambos são discriminados. As sociedades consideradas modernas pensam a velhice como decadência e a juventude como momento de imaturidade, o que confirma a ideia de que a vida adulta é um momento de plenitude social (Moreira, Rosário & Santos, 2011).

Essas relações (de gênero, de raça, sexuais, de faixa etária), como veremos a seguir, são elementos herdados dos processos colonialistas que a América Latina viveu a partir de 1492, com a chegada do primeiro explorador europeu. A adultocracia, base na qual se ergue o controle simbólico e material dos adultos sobre jovens, pode ser definida como o poder que se

13 No original: “...el orden adultocrático se expresa de forma distinta entre las diferentes clases y grupos sociales, aun cuando atravesase de forma transversal al conjunto de relaciones sociales. Por ello, la precarización y vulnerabilidad juvenil se amplía con el incremento de repertorios identitarios proscritos o desacreditados como ocurre cuando se es joven, pobre, indio, afrodescendiente, mujer, homosexual, transgénero, identificadores que corresponden a quienes hemos identificado como grupos estigmatizados o identidades proscritas.”

exerce pelas pessoas adultas (de faixa etária entre 30 e 59 anos) que se baseia numa estrutura de dominação dos adultos que se encontram “numa relação de superioridade no que se refere a outros grupos sociais e etários, em particular infância, juventude e velhice”, gerando “uma visão simplista e homogênea da juventude”, representada “em termos de carência; de rebeldia ou diversão desenfreada; ou de forma idealizada e romântica” (Aparicio; Barranquero; Gómez & González, 2008, p. 02). Note-se que carência, rebeldia e romantismo são, como foi descrito anteriormente, características atribuídas aos/às jovens nos estudos sobre juventude.

É possível que percebamos, nessa relação entre adulto e jovem, a hierarquização entre um sujeito e outro, no qual, se formos colocar numa pirâmide, o jovem fica abaixo do adulto. Isso é, a meu ver, um desdobramento, uma influência ou uma forma de atuação de como a colonialidade de poder atinge e contribui para a manutenção do adultocentrismo. Tal colonialidade, proposta por Aníbal Quijano, parte de uma análise das relações estabelecidas entre colonizadores europeus e colonizados americanos. A opressão a que os europeus submeteram os povos originários da América Latina (ou *Abya Yala*, conforme perspectivas decoloniais¹⁴) não foi uma opressão apenas da ordem da força física, mas se manifestou também a partir da construção de uma hegemonia cultural imposta pela Europa. Esse processo estabeleceu tentáculos em diversos âmbitos: na produção de conhecimento, temos ainda a tendência de olhar para a Europa como o lugar iluminado de sabedoria; na estética e na cultura, temos em nós incutido o conceito da cultura europeia como a cultura fina, refinada, elegante e “a melhor” cultura; na relação entre sujeitos, que tende a valorizar novamente esse sujeito oriundo de um lugar tido como modelo para o resto do mundo. Um efeito desse processo é o controle de corações e mentes por meio de uma subjetividade forjada pelo colonizador que foi inculcada nas populações não europeias que ou eram originárias da América Latina (como os indígenas) ou vieram trazidos à força (como os negros africanos). Esse controle, perverso do início ao fim, proporciona um efeito homogeneizante, hierarquizado e hierarquizante, que considera o que é “melhor” e o que é “pior”, o “certo” e o “errado”.

Por analogia (ou por alguma figura de linguagem que o valha), podemos aplicar essa reflexão à análise sobre como se dão as relações modernas entre juventude e adultidade. A

14 Na língua do povo Kuna, originário do norte da atual Colômbia, *Abya Yala* quer dizer “terra madura”, “terra viva” ou “terra em florescimento”. É um termo utilizado dentro da concepção decolonial que acaba sendo sinônimo de América Latina. O que essa concepção nos traz é a possibilidade de enxergarmos o descobrimento da América, na verdade, como “o encobrimento dos povos que aqui habitavam”. Mais informações neste link: <https://otrosbicentenarios.blogspot.com.br/2009/01/abya-yala-o-descobrimento-da-america-cw.html> (recuperado em 11 de dezembro de 2017).

partir da ponderação aqui feita, podemos dizer que existe uma *naturalização da superioridade adulta em detrimento da subjetividade juvenil*, que se dá tanto no âmbito temporal quanto no âmbito da sujeitificação: o jovem é “inferior” ao adulto porque se encontra numa condição “anterior”, primitiva, imatura. É desse jeito que pensamos a evolução dos seres humanos: antes de nós houve primatas menos “evoluídos” e que, com o passar dos tempos, foram adquirindo e somando características que os fazem mais “avançados”. Oras, o que seria a juventude como moratória social, como espera de um tempo por vir, senão exatamente essa noção evolucionista¹⁵?

Na trajetória pela implementação do Centro de Referência da Juventude, essa ordem adultocrática é tensionada pelos grupos de juventude que se acercam da pauta desde o momento da proposição da política pública na conferência de 2006, quando jovens de grupos de *hip hop*, de formação de agentes culturais e outros, integrantes da rede do Fórum de Movimentos e Entidades Juvenis da Região Metropolitana de Belo Horizonte (atual Fórum das Juventudes), se organizam para colocar como proposta o Centro enquanto um equipamento de atendimento à galera jovem da Grande BH. O enfrentamento a essa ordem acontece também no ano de 2011, quando a Prefeitura de Belo Horizonte, em articulação com o Governo do Estado de Minas Gerais, resolve apresentar para a comunidade juvenil, sem ter havido um diálogo prévio com os/as jovens, uma proposta de prédio arquitetônico para abrigar o CRJ. Os enfrentamentos que se seguiram durante cinco anos se deram (como irei descrever nas próximas páginas) por meio de incidência política formal, com participação em audiências públicas e formação de grupos de trabalho com a presença do poder público; e por meio da incidência política não formal, com os/as jovens se organizando seja autonomamente, seja ao redor de coletivos como o Fórum das Juventudes, e promovendo ações mais radicais como a ocupação do espaço. Tudo para garantir (ou tentar garantir) que a política pública proposta pelos/as jovens pudesse ser efetivada de acordo com os princípios da galera.

Dentro dos processos de ação política dos/as jovens, Oscar Aguilera identifica três categorias para analisar como irrompem as manifestações juvenis: movimentações (*movidas*), mobilizações e movimentos (Aguilera, 2016). As movimentações têm características mais informais e não estruturadas, com participação escassa de grupos organizados – embutida nesse conceito está a noção de “mover-se” em busca de uma mudança ou a partir de um desejo, e esse sentimento é o que faria os jovens se unirem e agirem coletivamente. As

15 A monografia de João Paulo Pontes e Silva, “‘Se pá, não era!’ : relações geracionais e adultocentrismo no orçamento participativo de Porto Alegre” aprofunda essa discussão: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28468> (recuperado em 11 de dezembro de 2017).

mobilizações são, possivelmente, atos de maior monta que implicam “uma transformação de lugares, uma redefinição dos códigos sociais, uma impugnação das relações sociais e a criação de símbolos que põem em xeque o próprio sistema de representações sociais hegemônicas” (Aguilera, 2016, p. 177). Teriam, talvez, uma construção um pouco mais estruturada, mais coordenada, mas não necessariamente hierarquizada. A terceira categoria é dos movimentos, que se situa no campo propriamente dito dos movimentos sociais / populares e que possui em essência duas vertentes de estudo: a que observa os movimentos a partir das estruturas políticas, enfatizando as práticas coletivas; e a que os determina com destaque nas questões simbólicas existentes na sociedade (repertório) e que motivam a existência dos movimentos sociais¹⁶.

As três categorias de forma alguma são excludentes, mas complementares a um processo político contínuo que requer minúcia na leitura e no entendimento das múltiplas formas de incidência – institucionalizada ou não. Porém, certas formas de participação (dotadas de centralismos, hierarquias e métodos adultocêntricos) são mais valorizadas que outras; a própria ideia de participação política estaria ligada à participação em instituições, mesmo sendo espaços que não harmonizam com a linguagem, o trejeito e/ou o *modus operandi* de como a juventude atua (Mayorga *et al.*, 2010; Butler & Princeswal, 2012; Mayorga, Castro & Prado, 2012). Por exemplo, atuar numa ONG seria “mais importante” ou daria mais status social e político que cantar *rap* ou *funk*. Dentro dessa ideia, há um conceito problemático: o protagonismo juvenil. A emergência desse termo está na concepção social que dissolve as saídas coletivas e foca sobre possibilidades de agência e autonomia no indivíduo¹⁷. Em vez de se pensar saídas coletivas para a mudança social, o neoliberalismo contribui para a individualização da ação, o *Do-It-Yourself* (faça você mesmo). É nesse esteio que se constrói o discurso da meritocracia, do “você consegue se você se esforçar” – ou seja, o discurso do indivíduo como o grande (se pá, o único) responsável por si e pelo seu sucesso e por sua inclusão na sociedade (Souza, 2006). A ação política dentro do esquema do protagonismo é desfigurada, transformada numa política de *fazer* coisas em vez de ser uma política de *propor* coisas (Mayorga *et al.* 2010). Os jovens se tornam objetos e não sujeitos das políticas públicas, a eles não cabe interferir em sua constituição, mas meramente replicar, reproduzir, executar mecanicamente o que entidades governamentais, não governamentais e

16 Mais detalhes sobre a classificação dos estudos sobre movimentos sociais está no livro *Movidas, movilizaciones, y movimientos: cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy*, de Oscar Aguilera Ruiz, que integra a bibliografia desta dissertação.

17 Para aprofundamentos, leia a tese de doutorado “O discurso do protagonismo juvenil”, de Regina Magalhães de Souza, disponível no link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/en.php>

afins já estabeleceram entre si sobre “o que é melhor para o jovem”. O poder real de intervenção dos agentes reduz-se a um simulacro, a uma encenação, na qual o indivíduo supostamente atua em primeiro plano, mas não passa de mero figurante nesse cenário. Quase como a tradicional piada no teatro de “fazer o papel de árvore”, que figurativamente na constituição do cenário é importante, mas não faz porra nenhuma de verdade.

A forma como tal conceito [de protagonismo] tem sido utilizado denuncia um processo de despolitização da ação juvenil, já que os jovens aparecem como objetos das políticas públicas e não como sujeitos, que fazem coisas buscando um consenso e eliminando a dimensão política de suas ações, concepções e visões de sociedade. (...) tal conceito privilegia uma ação individual em detrimento de ações coletivas, apontando, dessa forma, para concepções individualistas do político. (Mayorga *et al.*, 2010, p. 27)

Some-se a isso o fato de ser um conceito pelo qual se pode construir “um ser social responsável, um cidadão da modernidade (liberal)” (Mayorga *et al.*, 2010, p. 30). A cidadania moderna é um conceito hierarquizante e, por conseguinte, excludente. Faz com que o jovem seja visto potencialmente como assujeitado, desprovido dos “benefícios” que é ser “incluído” numa cidadania que é adulta, formal e centrada. O protagonismo juvenil buscaria, assim, essa cidadania, alcançar esse “status” de inclusão, de participação na sociedade. Incluir na sociedade significa fazer com que a pessoa se torne, a partir de então, cidadã.

No entanto, toda noção de cidadania contém uma “negação antropológica” de um outro inqualificado/desqualificado, a partir do qual (ou por meio do qual) são geradas “categorias de presença” daqueles que são descartáveis (Aguilera, 2016). Quero dizer: para que pensemos em quem são as pessoas dignas de serem intituladas como “cidadãs”, temos que pensar também em quem “não deveria” receber esse rótulo. Da necessidade de dizermos quem é cidadão vem a “obrigação” de dizermos quem não é, sob quais critérios, como parâmetro ou limite do conceito.

A construção da cidadania está forjada e calcada, como expus acima na explicação sobre a adultocracia, no sujeito adulto, e daí certas concepções sobre juventude perceberem-na como moratória social, um tempo de espera para se chegar numa condição social ideal. Ao se tomar tal ponto de partida, incute-se de alguma forma um conceito de déficit cívico – ou a noção de que o/a jovem ainda não é “adulto/a o suficiente” para ser considerado cidadão/ã pleno/a. No histórico construído em torno das mobilizações pelo CRJ, é possível perceber formas de atuação que questionam a concepção de protagonismo individualizante: a proposta defendida em 2006 como política pública na Conferência Municipal de Juventude foi elaborada não por uma cabeça apenas, mas por um conjunto de cabeças pensantes e atuantes;

a incidência política promovida na retomada do assunto em 2011 convocou diversas pessoas para ocuparem a Câmara Municipal para fazer valer o direito de lutar por uma política efetivamente condizente com o anseio de uma coletividade, não apenas de um indivíduo. O processo que se desencadeou após a ocupação do espaço em 2016 é, a meu ver, notoriamente coletivo: não foi um ato personificado em um líder, mas sim uma voz polifônica e unificada em torno de uma reivindicação central: de que o prédio, que já estava pronto naquela época, pudesse minimamente servir aos/às jovens da Grande BH. A Prefeitura conduz a política pública “esquecendo-se” de quem a propôs, os/as jovens, mesmo sendo eles/elas os proponentes do CRJ (conforme será relatado nas próximas páginas). A contínua busca que os/as jovens empreenderam para poder fazer com que o assunto chegasse à maior quantidade possível de jovens (divulgando ao máximo os desdobramentos de sua incidência política por meio das redes sociais e por convites presenciais feitos em projetos sociais, outras políticas públicas juvenis e eventos como o *A Juventude oKupa a Cidade*¹⁸) é um dado que, no meu entendimento, põe em xeque a noção de protagonismo nesse âmbito individualizante. Não se fala mais em personagens que despontam na cena pública como salvadores/as da pátria, mas em pessoas, em sujeitos/as que, respaldados/as por uma coletividade anterior e posterior, empreendem ações coletivas visando o bem público. Puro exercício da democracia, que contribui diretamente para a elaboração, execução e acompanhamento das políticas públicas.

1.3 Mas, afinal, o que são essas tais “políticas públicas”?

Dependendo do campo de estudos e pesquisas, as definições variam. Análises sobre o funcionamento do Estado começaram a ser sistematizadas e organizadas a partir do século 19, tomando fôlego e intensidade a partir da primeira metade do século 20 (Costa, 2009). Tal intensificação se dá em um contexto de valorização do Estado e de um otimismo a respeito da sua capacidade de gerir a economia, promover desenvolvimento e combater a pobreza. Posto isso, percebe-se haver concepções várias sobre quais são as formas pelas quais o Estado irá realizar tais ações. Os estudos sobre políticas públicas, enquanto disciplina acadêmica, nascem nos Estados Unidos tendo ênfase em compreender como agem os governos –

18 O oKupa foi idealizado em 2011 pelo Observatório da Juventude da UFMG e desde 2012 conta com o Fórum das Juventudes da Grande BH como correalizador. O evento acolhe, por meio da arte, cultura e debate, discussões ligadas aos direitos juvenis e às políticas públicas de juventude, dando visibilidade a intervenções artístico-culturais e políticas de grupos juvenis, especialmente das periferias da cidade. Até 2017, foram realizadas sete edições do evento, que abordou temas como violência, direito à cidade, política, cultura e genocídio da juventude negra.

diferentemente dos estudos europeus, que tentam compreender como o Estado funciona¹⁹ (Souza, 2002).

Celina Souza, em uma breve revisão da literatura sobre políticas públicas, nos traz algumas conceituações do termo (Souza, 2006, pp. 24-25). Na sua análise, cita vários autores: observa que Mead conceitua política pública como um campo de estudo que analisa o governo a partir de grandes questões públicas; para Lynn, trata-se de um conjunto de ações governamentais que produzirão efeitos específicos; Dye define política pública como o que o governo decide ou não fazer. Para a autora, a definição mais conhecida seria a de Laswell, que observa as políticas públicas como decisões que visam responder às perguntas “quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (Souza, 2006, p. 24)²⁰. Basicamente, podemos conceituar política pública como *o Estado em ação* – ou como “uma resposta da administração pública a um tema do interesse do cidadão” (Costa, 2009, p. 34). Mas que resposta é essa? Como ele age? Para quem – ou contra quem – ele age? Com quem ele age? Que interesses são esses? A quem interessa essa ação? Essa multiplicidade de perguntas se traduz na grande quantidade de abordagens e de teorias. Dependendo do campo de estudos e pesquisas, as definições variam. Nesta pesquisa compreendo o termo como o campo do conhecimento que “busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p. 26). Esse processo é formado essencialmente por quatro “etapas” segundo a proposta de Kingdon (Capella, 2006, p. 25): o estabelecimento de uma agenda; a observação de alternativas para a formulação das políticas; a escolha, realizada dentro de um conjunto possível de alternativas; e a implementação da decisão.

A definição de etapas de Kingdon nos ajuda a perceber, de maneira temporal e didática, a trajetória de constituição do Centro de Referência. A agenda estabelecida em Belo Horizonte por grupos de juventude como Hip Hop Chama e Fórum de Entidades Juvenis (atual Fórum das Juventudes) nos anos 2000 colocava em pauta a defesa dos direitos da parcela jovem da sociedade e buscava mecanismos e políticas para a defesa desses direitos; dentre as alternativas pensadas, a escolha feita por esses coletivos, à época, foi por pensar um

19 Numa analogia meio tosca, mas didática: Estado é como se fosse um avião, e o governo a tripulação. Assim como é necessário um comandante e uma equipe para fazer funcionar um aeroplano, é necessária uma equipe (Governo) para fazer o Estado funcionar.

20 Há que se observar que, a despeito do termo “política” em português ser o mesmo para compreender as tensões do processo de construção política e a própria política em si, em inglês temos duas palavras que realizam tal diferenciação. Em se tratando do conflito de interesses temos *politics*, e no que tange à construção de ações governamentais/estatais a partir de uma demanda nomeia-se como *policy*. Há ainda um terceiro termo, *polity*, que se refere à dimensão estrutural do sistema administrativo-financeiro (Frey, 2000). Falo deles logo abaixo.

equipamento que não fosse somente de lazer ou cultura, mas que pudesse encabeçar estratégias institucionais de promoção e proteção dos direitos juvenis – e, por isso, um Centro de Referência foi pensado como um equipamento que pudesse dar conta dessa demanda. Escolhida a proposta dentro de uma possibilidade de alternativas, esses/as jovens se organizam e propõem o Centro por meio de uma conferência, da qual falo a seguir. Até então temos três etapas do ciclo de Kingdon evidenciadas, faltando a última – a implementação da proposta, que ficaria posteriormente a cargo da Prefeitura. Haveria, depois da implementação da política, o que se chama de monitoramento e avaliação (Lima & D’Ascenzi, 2013; Capella, 2006), momento no qual a ação criada seria avaliada e, a partir dos resultados de tal avaliação, a política receberia aprimoramentos e melhoramentos para que continue funcionando.

A divisão aqui colocada, do “ciclo” de uma política pública, é apenas didática: a sua formulação é uma ação dinâmica que sofre interferências diretas de vários agentes, visíveis ou não visíveis (True, Jones & Baumgartner, 2006; Trevisan & van Bellen, 2008; Lima & D’Ascenzi, 2013). A partir disso, podemos observar três elementos que aparecem de forma inter-relacionada e interdependente no campo de estudos sobre políticas públicas (Frey, 2000; Souza, 2002):

- a) *Politics*: são os conflitos, as lutas e as negociações políticas. É a política propriamente dita, que envolve processos de barganha e disputa;
- b) *Polity*: são as estruturas institucionais, que acabam se resumindo muitas vezes ao Estado propriamente dito. É o âmbito no qual as políticas públicas são executadas. Em essência, é o Estado;
- c) *Policy*: é o “resultado concreto” das negociações políticas que é encaminhado para o Estado executar. As políticas públicas estão mais concentradas nesse âmbito.

Todos os três campos são interdependentes: não é possível haver a construção ou a proposição de uma política pública que contemple a juventude sem que haja negociações e disputas sobre qual ou quais são as políticas mais adequadas a tal público e sem que haja o processo de implementação por parte do Estado, cujos interesses podem se chocar com a sociedade civil. Se o Estado age conforme o interesse do sujeito cidadão, então ele vai criar, promover, implementar, executar e gerir estratégias, ações e projetos que possam ir ao encontro de tal interesse. A construção da relação para a promoção de políticas se dá, dentre outras formas, pelo respeito supostamente mútuo entre grupos constituintes da *policy* e grupos constituintes da *politics* (Frey, 2000) – ou o que podemos chamar de *fricção entre governo e*

sociedade. A concepção sobre juventude, como expus anteriormente, é marcada por disputas: entende-se o jovem como problema social, como ativista pleno, como apático, como cidadão. A questão da participação da juventude na construção de políticas públicas também é um ponto que merece atenção.

Na democracia brasileira, a principal forma de atuação da sociedade civil (onde os/as jovens podem ser enquadrados) para que ela proponha ações para o Estado executar são as conferências temáticas, espaços institucionais que decidem diretrizes gerais de uma determinada política pública (Faria, 2010). São espaços de contato entre sociedade civil e o governo que são feitos com periodicidade específica (podem ser de dois em dois anos, de três em três anos ou em outro intervalo de tempo). As conferências ocorrem nos três níveis federativos – municipal, estadual e federal²¹; parte das propostas escolhidas para as conferências municipais é absorvida pela prefeitura e outra parte vai para o nível estadual; do nível estadual, há uma escolha de propostas que, semelhantemente ao município, “sobem” para o nível federal. A participação de movimentos sociais (e da sociedade civil como um todo) nos processos criativos de políticas públicas é, de fato, um elemento que reforça o caráter democrático da sociedade.

O período de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985 com o fim da Ditadura Militar, se insere em um contexto de consolidação de espaços participativos como os conselhos e as conferências com o gradativo aumento da participação de organizações da sociedade civil em sua constituição. No entanto, existe uma dúvida sobre a qualidade da representação em tais espaços, a sua capacidade de influência e a autonomia dos/as atores/atrizes sociais que deles participam. Existem desníveis entre poder público e sociedade civil que afetam o real poder de deliberação de tais espaços – o que Cláudia Feres chama de “assimetrias organizacionais, informacionais e/ou econômicas entre os atores sociais e políticos” (Faria, 2010, p. 191). Obviamente que essas assimetrias afetam a participação juvenil nas conferências, começando por estas serem feitas em um tipo de formato que apenas pessoas adultas ou jovens já acostumadas com os processos institucionais conseguem participar efetivamente (caso, por exemplo, dos representantes do Fórum das Juventudes). Isso vai com certeza refletir na participação juvenil nas conferências – há diversos textos falando das conferências, dos conselhos²² e das políticas públicas em si (por exemplo, Costa

21 Pode haver uma variação de acordo com as realidades locais. Há situações que, em vez de se fazer conferências municipais, opta-se por vários municípios de uma mesma região se articularem para fazer uma conferência regional; isso implica tanto em redução de custos (para municípios pequenos) quanto em possibilidade de atuação em rede entre as cidades participantes.

22 Os conselhos são órgãos com representações do estado e da sociedade civil que têm por objetivo acompanhar,

(2009)), mas sem aprofundar na dimensão da participação juvenil e nas resistências / enfrentamentos que esses grupos lidam durante tais processos.

A discussão sobre as políticas públicas de juventude (PPJ) é recente no Brasil, ainda mais se for pensar a juventude como incentivadora do debate. Marília Sposito e Paulo Carrano realizam um breve traçado acerca das PPJ estabelecidas em nível federal no período de 1995 a 2002. Segundo os autores, no final dos anos 1980 já havia as primeiras ações governamentais focadas para tal público, se concentrando na área da saúde, com especial atenção à prevenção de DST's, gravidez precoce e acidentes de trânsito. Tal paradigma foi-se deslocando na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso: com o alto índice de mortes violentas provocadas ou protagonizadas por jovens, vigora no âmbito governamental o princípio da segurança pública e do controle de mortalidade letal. Aliada a tal questão, as políticas e as discussões públicas sobre juventude (tanto em nível governamental quanto no terceiro setor) se enveredam em promover projetos que se foquem em duas vertentes: o *protagonismo juvenil* e o *risco social* – concepções ancoradas menos por estudos e diagnósticos da situação juvenil, mas mais pelo apelo social e que representaram “simplificações facilitadoras do entendimento de realidades sociais e culturais complexas e também códigos de acesso para financiamentos públicos orientados por uma tão nova quanto frágil conceituação de proteção social e cidadania participativa” (Sposito & Carrano, 2003, p. 31).

O que se pode dizer das políticas públicas de juventude anteriores a 2003 é que são políticas isoladas, nas quais há a ausência de uma totalidade orgânica, de uma integração entre as políticas dos diversos ministérios que se direcionam aos jovens (Sposito & Carrano, 2003; Barreiro & Malfitano, 2014). Além disso, tais ações tinham foco especial no enfrentamento à violência e no controle dos comportamentos juvenis (Barreiro & Malfitano, 2014), em consonância com a segunda tradição de estudos juvenis na América Latina, a vertente que considera os jovens como problema social, que mencionei anteriormente. Com projetos fragmentados, configura-se, segundo Sposito e Carrano (2003), a então inexistência de um desenho institucional mínimo que pudesse assegurar alguma unidade no que se refere à direção da consolidação de políticas para a juventude e formas democráticas de gestão (p. 31). Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, o direcionamento das PPJ tomou um tom diferente. O governo Lula estimulou a participação social por meio de mecanismos institucionalizados, como conferências e conselhos de políticas públicas. Em

monitorar e propor políticas públicas dentro de uma temática específica. Constituem-se também como fóruns públicos de negociação de demandas e interesses de diversos grupos sociais (Tatagiba *apud* Faria, 2010).

relação às PPJ, destaque-se a criação em 2005 da Política Nacional de Juventude (PNJ) (Brasil, 2005, *online*) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). A secretaria foi criada com o objetivo de potencializar programas e ações para a juventude, com articulação interministerial e diálogo com a sociedade civil (Costa, 2009; Barreiro & Malfitano, 2014).

Podemos então visualizar que, na última década, as ações políticas desenvolvidas à juventude embasavam-se na perspectiva do jovem enquanto sujeito de direitos (Costa, 2009). Cabe ressaltar, entretanto, as especificidades das experiências juvenis quando realizamos recortes sociais a partir de marcadores como gênero e raça. Se chamamos a atenção para os diversos marcadores que servem de subsídio para compreender como o ativismo juvenil se concretiza, esses marcadores também têm que ser vislumbrados quando vamos entender o ativismo por vias institucionalizadas e a própria construção / consolidação das políticas públicas. Os marcadores sociais (de raça, credo, orientação sexual, gênero etc.) geralmente aparecem em estudos e pesquisas que lidam com a participação não institucional, como em coletivos, grupos culturais (Weller, 2005) ou nos movimentos sociais (Giovanni, 2003). Pouco se enveredou em investigar os recortes e marcadores dos/as participantes jovens das conferências e de espaços institucionais semelhantes. Sendo esses marcadores contributos para que identifiquemos as especificidades do ativismo juvenil (para que evitemos cair numa lógica universalizante da juventude), eles também têm que estar evidentes na construção das políticas públicas de juventude, no âmbito institucionalizado. Debates de raça, gênero e afins nesse sentido se constituem não somente como um fazer técnico dentro do Estado e da sociedade, mas como uma ação política que se relaciona com a disputa de um projeto de sociedade não adultocrática. Por exemplo: a complexidade do processo de enfrentamento ao genocídio da população jovem negra – que passa não somente pela redução da letalidade juvenil, mas pela constituição de políticas e ações aos jovens que sobrevivem ao massacre – é um elemento que deve ser inserido no debate aos direitos juvenis e na constituição de políticas para a juventude. A não consideração desse elemento e de outros marcadores faz com que essas “juventudes” sejam invisibilizadas; no que essas “juventudes” são invisibilizadas, elas respondem, utilizando também os espaços institucionalizados, reivindicando um olhar direcionado para a sua condição social específica (Borges & Mayorga, 2012). Dessa forma, exige-se um olhar atento para as interseções: entre juventude e promoção da igualdade racial; entre juventude e enfrentamento ao machismo; entre juventude e combate à lgbtfobia; entre juventude e enfrentamento à pobreza. Como bem pontua Mary Castro, é importante conjugar políticas para a juventude “como um todo, com perspectivas mais refinadas, considerando classe, gênero e etnicidade, em particular quando se focalizam exclusões, reparações e

discriminações históricas” (Castro, 2007, p. 191).

O Centro de Referência é um nítido exemplo do que é uma política pública no sentido formal e institucional: o equipamento foi proposto em uma conferência de juventude e teve a sua implementação concretizada por meio do poder público. No entanto, o processo de concretização merece críticas, que serão evidenciadas com mais detalhes no próximo capítulo – resumidamente, podemos dizer que a maneira como a Prefeitura dirigiu a criação dessa política motivou uma articulação de jovens no que tange a incidir politicamente para uma condução da criação da política mais próxima aos desejos e anseios juvenis. O CRJ enquanto proposta de política pública se converteu em uma ação governamental cuja execução não foi completamente alinhada ao conceito aqui mencionado de política pública: o processo de criação do equipamento é marcado por ações feitas pela Prefeitura que não foram transparentes – o órgão retomou a proposta somente cinco anos após sua propositura, e de uma forma que não condiz com o recomendado pelos estudos de política pública.

As políticas públicas revelam, dessa forma, um pouco da articulação empreendida por grupos de juventude que empreenderam diversos debates sobre a promoção dos seus direitos. Entretanto, cabe pensar aqui a participação juvenil como elemento *sine qua non* da construção de políticas como enfrentamento a uma aceitação “natural” de um adultocentrismo na condução dos processos. Em se tratando de políticas públicas de juventude, o comportamento do jovem no que tange à construção de tais ações é geralmente visto pelos adultos mais com uma deferência do que com uma participação efetiva, uma deferência de mão única que se instala “numa relação de mão única na qual os jovens devem demonstrar respeito (aos adultos), mas cujas obrigações dos adultos para respeitar os jovens são escassamente mencionadas” (Hart, 2009, p. 09, tradução minha²³). Há que se ter uma preocupação para que a participação juvenil na construção de políticas públicas de juventude seja deslocada do paradigma que considera o jovem como “potencial adulto” (“*not-yet-citizen*”, nas palavras de Lister *apud* Hart, 2009) para outro ponto de vista, pois ao se tomar como ponto de partida a noção de juventude como moratória social, incute-se de alguma forma o conceito de déficit cívico anteriormente citado, a noção de que o jovem ainda não é “adulto o suficiente” para ser considerado sujeito pleno de direitos. É aí que se deve ver a atuação juvenil como um processo de conquista de espaços públicos e de implicação participativa, por meio do qual os

23 No original: “In implementing policy to inculcate certain standards of behaviour, the ‘respect’ that Government has attempted to foster amongst young people may be viewed as closer to deference than mutuality, in that what is being imposed is a one-way relationship where young people must demonstrate respect (to adults), but where the obligations of adults to respect young people are barely mentioned.”

jovens deixem de ser entes passivos para se converterem em sujeitos que vão, ativamente, promover sua condição de sujeitos de direitos.

As políticas públicas necessitam exercitar a potencialidade dos/as sujeitos/as jovens na sua construção. Creio ser necessário termos em mente a necessidade de, ao se elaborar políticas de juventude, incluir a participação juvenil não apenas para referendar o que já foi decidido pelo governo, mas trazer a galera para apontar o que seria interessante, o que se quer quando o assunto é política pública de juventude. Cabe dizer que pode até ser necessária uma reflexão para que a gente mude o nome de política pública **de** juventude ou **para** a juventude para política pública **com** a juventude, **a partir** da juventude. As experiências culturais e sociais da juventude devem ser potencializadas de forma que seus marcadores contribuam diretamente na construção das políticas e que essas políticas não se atenham a minimizar as exclusões sociais, por mais importante e necessário que isso seja (Castro, 2007). Ainda que esse seja um ponto a ser explorado mais na frente nesta dissertação, cabe dizer que essas experiências foram importantes para a propositura, por parte dos coletivos juvenis, de um centro de referência que não se focasse apenas no combate às vulnerabilidades, mas na promoção de direitos. A forma como foi se dando a constituição do Centro de Referência, com grupos organizados e ativistas juvenis autônomos atuando de maneira a influenciar diretamente a execução da política por meios institucionais (como audiências públicas) e não institucionais (como a ocupação do espaço que ocorreu no ano de 2016, que detalharei no próximo capítulo) evidencia a necessidade de direcionar esforços, reflexões e ações por uma política pública juvenil que coloque os jovens à frente da sua construção. A possibilidade de os jovens gerirem seus próprios projetos vitais, de assumir responsabilidades sociais e pessoais e de se inserirem na vida pública devem ser “objetivos irrenunciáveis” para qualquer política de juventude (Benedicto, 2016, p. 933). A trajetória de construção e constituição do Centro de Referência da Juventude traz em seu bojo esses elementos de disputa desde a sua idealização até o momento no qual o Centro efetivamente começa a funcionar. É um caminho de dez anos no qual a incidência política ocorre de maneiras diversas. Se em 2006, ano da proposição do CRJ em Conferência Municipal de Juventude, a participação se deu no âmbito mais institucionalizado, o percurso dessa política pública (interrompido entre 2006 e 2011) que se segue apresenta formas complementares de ativismo juvenil que contribuíram fortemente para que a política, enfim, estivesse funcionando. Avalio que, se não fosse a atuação dos/as jovens que interferiram na forma como o CRJ estava sendo levado adiante (narrativa que fica para os próximos capítulos), possivelmente o prédio construído na Praça da Estação se tornaria um grandioso elefante branco: um prédio suntuoso que ficaria ocioso, sem

função definida.

No próximo capítulo, a discussão sobre o Centro ficará mais manifesta e detalhada. Elementos aqui anteriormente citados, como a participação, a incidência, o desejo que mobiliza por alguma pauta e o próprio conceito de política pública ficarão mais evidentes pela minha fala e pela fala das pessoas que entrevistei.

2. “CRJ SEM JUVENTUDE NÃO ROLA!”: O HISTÓRICO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE DE BELO HORIZONTE

Este capítulo se destina a traçar os elementos que constituem a história da construção do Centro de Referência da Juventude, equipamento público direcionado aos/às jovens de Belo Horizonte e da sua Região Metropolitana. Em articulação com a teoria que expus no capítulo anterior, relato como foi o processo da pesquisa – os métodos que usei foram a entrevista com pessoas que em algum momento da história do CRJ estiveram próximas a essa pauta; a análise de tais entrevistas à luz das teorias e perspectivas sobre juventude, política e políticas públicas; e o entrelaçamento de tais métodos com as anotações em um diário de campo que também fez as vezes de um diário de reminiscências, como vou explicar abaixo. Tudo isso tendo a pesquisa documental (a análise de documentos e informações anteriormente disponíveis tanto em órgãos governamentais como na internet, principalmente em sites, mídias sociais e afins) como procedimento contextual dos fatos aqui elencados.

Proponho uma divisão temporal para que possamos entender melhor como que essa história foi se desenvolvendo. Seriam três os momentos de inflexão na construção do CRJ: a proposição do equipamento, em 2006; a retomada do debate, em 2011; e a radicalização do enfrentamento e das resistências, em 2016. Compreendo, no entanto, que a questão relacionada à elaboração de políticas públicas (assim como a própria atuação política juvenil) não é linear nem lineável, não dá para colocar numa linha do tempo estanque e descontextualizada.



**Figura 5: Criação gráfica simulando como ficaria o CRJ depois de pronto.
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte.**

2.1 Recusar neutralidade e praticar reflexividade: como essa pesquisa foi feita

Como nomear e analisar as experiências que são, ao mesmo tempo, cheias de sentido e incompreendidas desse sentido enquanto atuação ativista? Melhor dizendo: como é possível nos deslocar do viés adultocêntrico analisado anteriormente, que rotula o que é e o que não é participação política/social, que afirma que certas formas de ativismo são as mais corretas, que não identifica o que é típico do/a jovem que promove seu rolê? Como praticar um saber científico que reflita sobre a importância deste pesquisador, que já foi militante de alguns coletivos de juventude (como abordei na introdução), em se posicionar diante da pesquisa? Essas perguntas ficam ainda pairando na minha mente enquanto penso nesta investigação. Acredito que eu tenha desempenhado essa tentativa de deslocamento para minimamente evidenciar o reconhecimento de uma voz juvenil sem a necessidade de uma mediação adulta e/ou institucional (Mayorga, 2013).

A metodologia desta pesquisa está inserida no campo interdisciplinar da Psicologia Social, que me deixa à vontade para que eu possa entrecruzar métodos de diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia e até a própria Comunicação, de onde eu venho. A metodologia qualitativa se fez valer dos seguintes métodos: observação participante (May, 2004; Gabarrón & Landa, 2006; Neves, 2006), entrevistas semiestruturadas (Maroy, 1997) e um diário de reminiscências, inspirado no conceito de descrição densa (Geertz, 1989). Ao lado disso, procedi com a pesquisa documental (Le Goff, 1996) dentro de uma proposta de contextualizar o que aqui está sendo dito.

O diário de reminiscências consiste em um caderno de lembranças da época que eu era próximo às questões elencadas aqui neste texto. Mencionei na introdução a minha trajetória em movimentos sociais, em especial de juventude, que hoje me estimulam a escrever esta pesquisa. E é essa trajetória que foi meu ponto de partida para compreender qual seria o objeto de estudo. Encontrei, na escrita do diário de reminiscências, alguns pontos chave que permitiram visualizar quais os caminhos que chegam e quais os que se afastam das minhas inquietações e perguntas internas. Escrevi, redigi algumas páginas, recuperando em princípio somente as memórias, as lembranças da época que atuei e militei em grupos, coletivos e entidades que visavam a defesa dos direitos juvenis. Não foi um trabalho fácil tanto pela questão da distância temporal quanto pelo meu desejo de fidedignidade com tal relato – preocupações de um jornalista que quer contar uma história a partir de um ponto de vista, de um lugar situado e localizado temporalmente, politicamente, geograficamente.

Encontro-me num particular lugar de quem já foi participante de movimentos juvenis e

que hoje empreende um trabalho analítico de compreensão de trajetórias acerca do que viu. Ainda em mim há ecos e ressonâncias dessa minha passagem e, por isso, faço da linguagem escrita como ferramenta para, como jornalista, contar uma vertente desta história. Mais ético do que assumir uma “neutralidade”, mais honesto que promover um distanciamento, localizo-me e reitero a posição “contaminada” deste texto. Há vertentes dos estudos de comunicação (do Jornalismo, especificamente) que também criticam a isenção de uma notícia feita sem o envolvimento do repórter, mas evitada de posicionamentos embutidos. Vejo uma possível contribuição do estilo de Hunter S. Thompson no meu posicionamento enquanto pesquisador em Psicologia Social. Há em Hunter, considerado o pai do “Jornalismo Gonzo”²⁴, uma escolha extrema por um posicionamento que o chega a vincular com o contexto relatado. Evidencie-se, dessa forma, a ausência de um “observador puro”, visto que o pesquisador se une, nesse escopo, a uma práxis pretensamente transformadora da realidade estudada, pois todo conhecimento é subjetivo e objetivo ao mesmo tempo, tanto em relação ao âmbito pessoal como o lócus público. O posicionamento é a “prática chave” do conhecimento que não se pretende totalizante tampouco neutro e distante, como um narrador em terceira pessoa que conta a história “afastado” dela; de outro modo, estaríamos falando de “uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum” (Haraway, 1995, pp. 27-28). O modo científico que aqui estabeleço, que tem aproximações com o Novo Jornalismo de Tom Wolfe, Truman Capote e do próprio Thompson, é situado e busca uma construção que privilegie a contestação, as conexões entre conceitos, termos e entendimentos e a adesão a *posicionamentos móveis*, mas sem relativismos fáceis²⁵. A certeza e as conclusões definitivas são substituídas por um discurso no qual ficam evidentes a dúvida, a polifonia e a reflexividade, uma posição científica na qual se pensa sobre a relação entre o conteúdo de uma investigação e as ações dos investigadores – melhor dizendo: sobre como os/as investigadores/as têm consciência sobre o seu lugar, seu envolvimento pessoal e seu papel na pesquisa (Neves & Nogueira, 2005).

O conhecimento, a produção científica seria, dessa forma, uma práxis costurada com

24 Gonzo é um estilo de narrativa presente no jornalismo ou em qualquer outra produção midiática na qual o narrador abandona qualquer pretensão de isenção / objetividade / neutralidade e se mistura à ação. Na minha concepção, o livro que determina e que revela o que é o Jornalismo Gonzo se chama “Medo e Delírio em Las Vegas”, de Hunter Thompson. No Brasil, o repórter Arthur Veríssimo é considerado um adepto desse estilo de narrativa, conforme esta matéria do site *Catraca Livre*: <https://catracalivre.com.br/geral/tecnologia/indicacao/jornalismo-gonzo-em-30-reportagens-leia-trecho-do-novo-livro-de-arthur-verissimo/> (recuperado em 09 de janeiro de 2018).

25 A monografia de André Czarnobai, “Gonzo – o filho bastardo do New Journalism”, se aprofunda nessa discussão: <http://www.qualquer.org/gonzo/monogonzo/> (recuperado em 22 de janeiro de 2018).

uma meta-práxis (Gabarrón & Landa, 2006). A natureza dos objetos não existe como tal, independente do olhar do pesquisador, que nunca é “conhecedor” totalmente externo e/ou deslocado do seu espaço de análise, pois “as estruturas, as instituições, os grupos sociais, os sistemas de valores não são ‘coisas’, não têm vida própria, mas são constituídos pelos próprios atores no curso das relações quotidianas, estão em interação com outras estruturas e outros atores.” (Rebughini, 2005, pp. 250-251). O uso de um diário pessoal de reminiscências é parte de uma concepção epistemológica que converge conhecimento, sujeito, sociedade e trajetória do pesquisador como amalgamados ao processo de pesquisa. Parto da ideia que não existem teorias em estado puro, mas que se relacionam com o contexto nas quais são enunciadas (Cejas, 2011). Escrevi o diário e fui percebendo como nós, pessoas que atuamos nos movimentos sociais e populares, somos pessoas com muito acúmulo, com muita trajetória – isso não é vanglória pessoal, mas reconhecimento de como essa participação contribui para o repertório subjetivo do fazer político. A Academia, talvez, seja um espaço apenas para recepcionar esses aprendizados; talvez ela tenha que ser um espaço o mais transversal e eclético possível para acolher as histórias de pessoas comuns que vivenciaram processos extraordinários.

Pelo fato de um dos métodos ser o diário de reminiscências, me coloco/coloquei como objeto de reflexão sendo também, de alguma forma, sujeito da pesquisa. Durante sua confecção, as lembranças que me foram surgindo da travessia que percorri me fizeram pensar na riqueza de experiências que tive, que presenciei enquanto militante jovem e militante pela juventude. No momento das ações, era eu ainda jovem – graduei-me com 23 anos, dentro do prazo estipulado de quatro anos para uma formação em Comunicação na UFMG. Dos 23 aos 29 anos atuei como descrevi na introdução deste trabalho, participando de frentes e ações diversas. E uma dessas ações foi pela defesa do Centro de Referência enquanto integrante do Fórum das Juventudes. Pude perceber os privilégios que tive, principalmente entre 2011 e 2015, de poder atuar como militante e ainda trabalhar em organizações afins à minha ideologia e que apoiavam minha participação no circuito pela defesa de direitos juvenis. Nesse sentido, minha trajetória é singular e ímpar, mas também dotada de diversas regalias e vantagens que a grande parte dos/as militantes jovens não possui. Quantos/as deles/as têm a oportunidade de atuar politicamente a partir do trabalho que exercem? Quantos/as podem ser liberados do trabalho para viajar e representar o coletivo pelo qual atuam? Fico pensando nisso enquanto escrevo esta pesquisa, que também se configura como algo excepcional – eu estou num lugar que poucos conseguem alcançar. O olhar aqui empreendido, do pesquisador que observa o campo pesquisado do qual participou, demanda um compromisso ético e

político muito forte, situado e posicionado no tempo, no espaço e na geografia do poder e dos privilégios que me alcançaram.

Da escrita do diário de reminiscências vieram as ideias e os possíveis caminhos por onde esta pesquisa poderia andar. Ainda antes do início do campo, recolhi informações, conversei com pessoas, atuei informalmente como pesquisador. Minha proposta era buscar insumos para alimentar a trajetória que eu buscava seguir. Dirigi-me ao futuro campo de estudos de maneira informal, apenas observando e registrando de leve as coisas que lá ocorriam. No ano que acessei a pós-graduação, os enfrentamentos pela defesa do Centro de Referência por parte dos/as jovens se acirraram, pois em 2016 o espaço foi tomado por uma ocupação que, como descrevo mais adiante, foi a gota d'água nos processos de enfrentamento entre o poder público e a coletividade juvenil. Resumidamente, a ocupação aconteceu porque os/as jovens envolvidos/as na questão do CRJ perceberam certa má vontade da Prefeitura em realizar um diálogo para que o Centro, recém-construído, mas subutilizado, pudesse receber atividades promovidas pela/para/com a juventude no espaço. Tendo em vista a falta de disponibilidade do poder público em construir coletivamente com os/as jovens a gestão do espaço (Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015), em maio de 2016 um coletivo de 42 jovens, vinculados a grupos juvenis diversos e também autônomos/as, decidiram ocupar o prédio querendo que ele fosse de fato aberto aos jovens com uma proposta de gestão participativa, que incluísse os/as jovens na administração do lugar. A ocupação gerou reverberações no campo político juvenil e no campo da institucionalidade: o Ministério Público de Minas Gerais entrevistou na questão ao promover uma audiência pública com vistas a encaminhar a questão da gestão do local; como premissa para que a ocupação cessasse, a Prefeitura foi instada a realizar um seminário que se propusesse a discutir a administração do espaço; nesse processo, foi proposto um comitê gestor paritário, com participação direta da juventude (houve uma proposta de comitê, feita pelo Governo de Minas em 2013, que determinava como representantes juvenis apenas os representantes dos conselhos estadual e municipal de juventude – falo disso mais adiante). Isso de alguma maneira influenciou os rumos que minha pesquisa iria seguir. Segui dentro do que aconselha Cecília Minayo: ir ao campo sem pretensões formalizadas e promover o desenho e o redesenho de hipóteses a partir da análise da realidade (Minayo, 2012).

Essa busca informal, somada às anotações do diário de lembranças, direcionou o caminho que eu deveria seguir. O próximo passo seria a busca por documentos, relatos, pessoas que dialogariam e que contribuiriam com o tema da pesquisa. A busca documental foi um processo que complementa o trajeto desta narrativa. A busca de documentos não se

resumiu às fontes consideradas “oficiais”, como publicações governamentais, atas de reuniões dos grupos estudados etc. Tendo em vista a acessibilidade da tecnologia e a possibilidade de se obter informações de variadas maneiras, é necessário que consideremos fontes “alternativas” como relevantes para a pesquisa – sites, blogs, vídeos no *Youtube* e outros canais de streaming, mídias sociais (*Facebook* e *Instagram*, por exemplo), dentre outras possibilidades. Dessa forma, a principal plataforma que utilizei para minhas referências documentais foi o site do Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte; esse grupo, na minha observação e análise, teve e ainda tem tido forte participação e incidência no debate sobre o CRJ. Antigamente nomeado como Fórum de Entidades Juvenis da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Fórum foi criado em 2004 por meio de uma articulação entre coletivos de juventude que já àquela época estavam engajados na discussão de políticas públicas de juventude. O impulso para a criação da rede foi, basicamente, fomentado por grupos como o Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a rede de jovens ativistas D.vErCidaDe Cultural. Como se verá no Quadro 1, a seguir, o Fórum foi o principal foco das minhas consultas, mas não o único.

Quadro 1: Indicativo de Sites pesquisados (continua)

DESCRIÇÃO	FONTE	SITE / LINK
Centro de Referência da Juventude – CRJ-BH	Belotur, s/d, <i>online</i>	http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/outro-servico/prefeitura/centro-de-referencia-da-juventude-crj-bh
Fórum das Juventudes da Grande BH: uma trajetória em favor dos direitos dos jovens	Blog Negro Belchior (Douglas Belchior)	http://negobelchior.cartacapital.com.br/forum-das-juventudes-da-grande-bh-uma-trajetoria-em-favor-dos-direitos-ds-jovens/
Juventudes querem gestão compartilhada do Centro de Referência	Câmara Municipal de Belo Horizonte (2015)	https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2015/10/juventudes-querem-gest%C3%A3o-compartilhada-do-centro-de-refer%C3%A2ncia
Artigo: Referência de coisa nenhuma	Conexão Periférica	https://conexaoperiferica.wordpress.com/2011/11/23/referencia-de-coisa-nenhuma/
DECRETO Nº 12.368 DE 05 DE MAIO DE 2006: Convoca a III Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte e dá outras providências	Diário Oficial do Município – DOM/Prefeitura de Belo Horizonte	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=945138
Edital de convocação para eleição de entidades interessadas em compor O Comitê Gestor do Centro De Referência Da Juventude De Belo Horizonte	Diário Oficial do Município – DOM/Prefeitura de Belo Horizonte	http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1170855

Quadro 1: Indicativo de Sites pesquisados (continuação)

DESCRIÇÃO	FONTE	SITE / LINK
Audiência pública sobre o Centro de Referência da Juventude de BH	Fórum das Juventudes (2011a)	http://forumdasjuventudes.org.br/audiencia-publica-sobre-o-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh
Carta aberta: por uma cidade amiga da juventude, com cidadania e dignidade!	Fórum das Juventudes (2011b)	http://forumdasjuventudes.org.br/carta-aberta-por-uma-cidade-amiga-da-juventude-com-cidadania-e-dignidade
Fórum participa de visita ampliada ao Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte	Fórum das Juventudes (2015a)	http://forumdasjuventudes.org.br/forum-participa-de-visita-ampliada-ao-centro-de-referencia-da-juventude-de-belo-horizonte
Intervenção do Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH na audiência pública de 19 de outubro de 2011, na Câmara Municipal de Belo Horizonte	Fórum das Juventudes (2011c)	http://forumdasjuventudes.org.br/wp-content/uploads/2011/10/documento_forum_audiencia_publica_19out201132.pdf
Juventudes querem gestão compartilhada do Centro de Referência da Juventude	Fórum das Juventudes (2015b)	http://forumdasjuventudes.org.br/juventudes-querem-gestao-compartilhada-do-centro-de-referencia
Lançamento oficial do Centro de Referência da Juventude de BH: conheça outra história	Fórum das Juventudes (2012)	http://forumdasjuventudes.org.br/lançamento-oficial-do-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh-conheca-outra-historia-12
Obras do Centro de Referência da Juventude avançam, mas sem projeto conceitual	Fórum das Juventudes (2014)	http://forumdasjuventudes.org.br/obras-do-centro-de-referencia-da-juventude-avancam-mas-sem-projeto-conceitual
Há mais de um pronto, Centro de Referência da Juventude ainda não foi inaugurado	Jornal da Floresta (2016)	http://jornaldaflorestabh.com.br/ha-mais-de-um-pronto-centro-de-referencia-da-juventude-ainda-nao-foi-inaugurado
Audiência Pública discute gestão compartilhada do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte	Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)	https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/audiencia-publica-discute-gestao-compartilhada-do-centro-de-referencia-da-juventude-de-belo-horizonte.htm
Facebook Ocupa CRJ	Ocupa CRJ	https://www.facebook.com/OcupaCRJ/
Centro de Referência da Juventude deve começar a funcionar em 90 dias	O Tempo Online	http://www.otempo.com.br/cidades/centro-de-referencia-da-juventude-deve-comecar-a-funcionar-em-90-dias-1.1326262
Governador e prefeito de BH 'entregam' espaço ainda em obras	O Tempo Online (2014)	http://www.otempo.com.br/hotsites/aparte/governador-e-prefeito-de-bh-entregam-espaço-ainda-em-obras-1.963991
Grupo ocupa prédio ocioso inaugurado há um ano e meio	O Tempo Online (2016a)	http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-ocupa-prédio-ocioso-inaugurado-há-um-ano-e-meio-1.1305585

Quadro 1: Indicativo de Sites pesquisados (conclusão)

DESCRIÇÃO	FONTE	SITE / LINK
Manifestantes ocupam Centro de Referência da Juventude de BH	O Tempo Online (2016b)	http://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-ocupam-centro-de-refer%C3%Aancia-da-juventude-de-bh-1.1305101
Democracia participativa em ação	Observatório Jovem (2006)	http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/de-mocracia-participativa-em-constru%C3%A7%C3%A3o
Seminário vai discutir gestão participativa do Centro de Referência da Juventude de BH	Oficina de Imagens	http://oficinadeimagens.org.br/seminario-vai-discutir-gestao-participativa-do-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh/
Centro de Referência da Juventude de BH recebe visita do Governo do Estado	Portal PBH (2014)	http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=184243&pIdPlc=&app=salanoticias
Centro de Referência potencializa ações da capital voltadas para jovens	Portal PBH (2012)	http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=68596&pIdPlc=&app=salanoticias
O CRJ de Belo Horizonte	Portal PBH (sem data)	http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=juventude&tax=27174&lang=pt_BR&pg=9961&taxp=0&
Centro de Referência da Juventude empossa comitê gestor	Prefeitura de Belo Horizonte	https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/noticias/centro-de-referencia-da-juventude-empossa-comite-gestor
Série Especial Políticas Públicas de Juventude: Vem aí a Conferência Municipal de Juventude de BH	Rede Jovem de Cidadania (2006a)	http://www.redejovemdecidadania.aic.org.br/boletim/boletim_ano_03_22.htm
Série Políticas Públicas de Juventude: Democracia participativa em construção	Rede Jovem de Cidadania (2006b)	http://www.redejovemdecidadania.aic.org.br/boletim/boletim_ano_03_26.htm
Centro de Referência da Juventude (Observação: o link foi acessado em agosto de 2016, quando o site ainda estava funcionando.)	Turma do Chapéu	http://turmadochapeu.com.br/centro-referencia-juventude/
Mitos e verdades sobre o Centro de Referência da Juventude (Observação: o link foi acessado em janeiro de 2017, quando o site ainda estava funcionando.)	Turma do Chapéu	http://turmadochapeu.com.br/mitos-e-verdades-sobre-centro-de-referencia-da-juventude/

Fonte: Dados da pesquisa

É necessário que se compreenda, para além da letra fria, o calor do momento no qual os documentos foram concebidos. Tanto os grupos de juventude quanto o poder público

instituído – no caso a Prefeitura de Belo Horizonte – disputam, por meio de documentos, o discurso acerca da construção histórica da política de juventude na capital. Certo é que precisamos analisá-los à luz de uma crítica ao documento como fonte fidedigna de uma realidade dada, uma crítica que percebe os registros documentais como verdadeiros e falsos ao mesmo tempo, pois eles são resultado “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (Le Goff, 1996, p. 548).

Paralelamente à pesquisa documental (que realizei para contextualizar o mote da pesquisa), empreendi um segundo momento de participação observante – ou observação participante. O primeiro momento, como relato acima, se deu durante a ocupação e suas repercussões posteriores. O segundo momento, ocorrido no contexto próprio da pesquisa (após a qualificação), se deu em um momento no qual os/as jovens e a Prefeitura discutiam a gestão do espaço, o projeto conceitual do CRJ e promoviam a eleição dos/as representantes da sociedade civil no comitê gestor, ente que ficaria responsável, junto com a Prefeitura, pela gestão do espaço. O comitê foi instituído após uma eleição feita em dezembro de 2016 que elegeu três coletivos como titulares e dois como suplentes²⁶. Nesse momento, a discussão principal empreendida pelo comitê (instituído e operante, mas ainda não oficialmente empossado – sua posse ocorreria somente em maio de 2017 por meio de publicação no Diário Oficial do Município) se relacionava à construção de um seminário de extensa duração para a elaboração do projeto conceitual do Centro de Referência. A observação que fiz se deu nos espaços de encontro, reuniões e discussões que tinham por objetivo pensar o formato do seminário – duração, convidados/as, temas etc. De certa forma, este segundo momento de observação participante acabou se aproximando não somente das discussões empreendidas pelos/as jovens no que tange à ocupação do espaço, mas também chegou perto das discussões mais gerenciais e institucionais sobre o espaço. Mergulhei um pouco mais no dia a dia do lugar, estabelecendo contatos com os/as integrantes da equipe de gestão e com jovens que frequentavam o lugar.

E foi nesse momento que comecei a pensar nas demais estratégias que empreenderia para a pesquisa. Iniciei um relato de campo, um diário sobre minha participação e minha observação dos trâmites e processos que ocorriam no lugar. Fui pensando também nas pessoas que eu entrevistaria mais adiante – e isso me fez elencar três critérios subjetivos e objetivos. O primeiro critério foi não entrevistar pessoas que estivessem na gestão administrativa do

26 Pretas em Movimento, Instituto Tucum e JCONEN como titulares; UJS e Fa.Vela como suplentes. Mencionei esse processo mais adiante.

espaço porque considero estar fazendo uma pesquisa sobre movimentos juvenis que incidem na construção de políticas públicas. O segundo critério surge a partir das minhas reflexões sobre política pública, que são construções de médio e longo prazo. Mesmo sendo uma política de juventude, o CRJ levou dez anos para sair do papel; posto isso, retomei ao meu diário de reminiscências e comecei a anotar (e a notar) os nomes das pessoas que, segundo minha percepção, foram importantes na questão da defesa do CRJ enquanto política pública de juventude. Cruzei as referências que tinha das reminiscências com as referências que fui construindo no momento presente, com as anotações de campo. Percebi que existe uma questão inevitavelmente intergeracional na pesquisa do Centro de Referência: dos nomes que fui elencando, parte deles não se situa mais na faixa de juventude, mas eram pessoas que à época eram jovens, militantes e atuaram como jovens militantes na questão do CRJ. De maneira sucinta, isso me fez pensar na importância de, ao lidarmos com o tema das políticas de juventude, termos atenção às questões de geração que atravessam a construção das políticas, pois sua implementação pode atravessar gerações até que atinja efetividade e alcance para o seu público.

Para falar do terceiro critério, necessito abrir um parêntesis. Como mencionei acima, comecei a acompanhar mais de perto as discussões tanto no âmbito dos movimentos juvenis quanto no lugar institucional referente à gestão e à administração do prédio. Em uma dessas reuniões me veio o *insight* para alimentar o perfil de pessoas entrevistadas. Na mesa, dentre alguns gestores/as do espaço, integrantes do comitê gestor e eu, como pesquisador participante, estava uma das pessoas que, posteriormente, eu elencaria como entrevistada. Tratava-se de uma jovem poetisa e feminista, que até o momento no qual ela pedira a palavra para comentar a pauta do dia (que era sobre questões sobre a elaboração do seminário que viria discutir o projeto do CRJ), eu não havia prestado atenção. Dentre diversos comentários feitos, ela menciona, durante a discussão, que havia ocupado o CRJ com outras pessoas e que ela tinha feito um movimento para enfrentar os machismos, os racismos e as fobias dentro da ocupação: escreveu diversos cartazes com dizeres feministas a respeito do direito ao corpo. Ali eu pensei: “opa, isso é pauta!²⁷”, evidenciando a necessidade de evidenciar esses processos dentro das movimentações políticas juvenis. Essa mulher me fez refletir sobre a escolha dos/as sujeitos/as a serem entrevistados/as, e acabei optando por conversar apenas com mulheres.

Essa escolha vem ao encontro de uma série de leituras, conversas, debates e discussões

27 Expressão típica entre jornalistas quando querem dizer que algum assunto pode render uma reportagem.

empreendidas no Núcleo Conexões de Saberes UFMG. Dentro do núcleo, empreendemos diálogos entre mulheres e política a partir da experiência de mulheres negras, prostitutas, faveladas, dentre outras, por meio de uma pesquisa ampla denominada “Gênero e Ação Política: subjetivação e resistência de mulheres negras, prostitutas, migrantes e faveladas”, em andamento até o presente momento. A participação tanto no núcleo quanto na pesquisa me fizeram questionar e pensar a minha condição de homem face às relações de gênero, e de como o sujeito homem subalterniza, por meio das relações de gênero, a sujeita mulher. Esse entendimento fez-me compreender e me situar de forma que eu poderia me contrapor, de alguma forma, ao que Carole Pateman chama de “contrato sexual”, o pacto estabelecido entre homens e mulheres por meio do qual nós, homens, submetemos as mulheres, relegando-as ao âmbito privado enquanto frequentamos o âmbito público (Pateman, 1993; Curiel, 2013). Como um compromisso político, a tentativa que faço com essa dissertação é evidenciar narrativas de mulheres no campo político da juventude que invertem e subvertem essa lógica, distorcendo as polaridades do contrato. Isso implica trazer outras interpretações sobre os papéis, as improvisações e a resistência das mulheres enquanto ativistas políticas (Silva Dias, 1994; Weller, 2005). Pautado por isso, elenquei como terceiro critério entrevistar mulheres que participaram ativamente em algum momento da história do CRJ. Junto a isso, promovi uma reflexão sobre os sujeitos que, no que tange à política e à participação, são mais visibilizados por pesquisas e estudos.

No Quadro 2, a seguir, relaciono as mulheres entrevistadas. Tive a preocupação de perguntar, durante a entrevista, se elas gostariam de ser identificadas ou se preferiam o anonimato. Todas foram convictas de que não teria problema, para elas, terem o nome visibilizado nesta pesquisa. O áudio de cada entrevista traz a anuência das entrevistadas a respeito disso. Desta forma, coloco abaixo nome e sobrenome das minhas entrevistadas, com uma minibiografia de cada uma (a idade aqui mencionada se refere a quantos anos cada entrevistada tinha na data da entrevista).

QUADRO 2: DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTADAS

(continua)

DATA DA ENTREVISTA	NOME	DESCRIÇÃO	QUANDO PARTICIPOU?
21/04/2017	Stefani Stradioto	21 anos, poetisa, militante feminista. Mora no Bairro das Indústrias, região oeste da cidade na divisa com o Barreiro. Teve uma trajetória de vulnerabilidades diversas. O sobrenome estrangeiro (que acabou tomando como codinome artístico) é dessa família, que disse ser do Sul sem especificar o local exato. Publicou um livro de poesias que inclusive me foi dado quando a convidei para fazer parte do rol de entrevistadas.	Em 2016, por meio da ocupação.

QUADRO 2: DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTADAS

(conclusão)

DATA DA ENTREVISTA	NOME	DESCRIÇÃO	QUANDO PARTICIPOU?
04/05/2017	Fernanda Godinho	33 anos, jornalista e educadora com graduação em Jornalismo pelo UNI-BH. Mora na região centro-sul de Belo Horizonte. Foi uma das fundadoras ao meu lado do Conexão Periférica, coletivo que coordenava o programa de rádio homônimo na UFMG Educativa. Participou do coletivo Juventudes Urbanas, que se conformou como “um coletivo de coletivos” coordenado por um projeto da Oficina de Imagens. Esteve na ocupação do CRJ ministrando oficina de audiovisual e de cobertura midiática.	Em 2011, quando o CRJ estava retornando à pauta; e em 2016, como oficina na ocupação.
13/05/2017	Áurea Carolina	32 anos, mestra em Ciências Sociais pela UFMG, cientista social e a vereadora mais votada de Belo Horizonte nas eleições de 2016, com a expressiva marca de 17.420 votos. Moradora da Regional Noroeste de BH, sua trajetória remonta aos inícios dos anos 2000, quando atuava na/pela cultura hip hop da cidade, participando do Coletivo Hip Hop Chama e do grupo Liricaos.	Nos três momentos delimitados por esta pesquisa: 2006, na proposição do CRJ na Conferência de Juventude; em 2011, enquanto integrante do Fórum das Juventudes; e em 2016, durante o processo de negociação da ocupação.
19/05/2017	Paola Abreu	30 anos, ativista pelos direitos da juventude e pela cultura. Moradora do Barreiro, à época da entrevista atuava como analista de mobilização da Secretaria Executiva do Fórum das Juventudes. É integrante do Coletivo Cabeçativa, que reúne uma galera do hip hop e dos saraus periféricos de Belo Horizonte e das suas bordas a sudoeste – Ibirité e Contagem, municípios que são limítrofes ao Barreiro.	Em 2006, enquanto integrante do D.vErCidaDe Cultural, na conferência de juventude; e em 2016, sendo uma das pessoas mais ativas dentro da ocupação.
11/07/2017	Sâmia Bechelane	28 anos, mestranda em Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no Reino Unido, jornalista e relações públicas com graduação pela UFMG. Durante a universidade passou por projetos de extensão voltados para a mobilização social, um deles o Polo Jequitinhonha UFMG. Envolveu-se com os debates sobre infância, adolescência, juventude e comunicação por conta da atuação em duas ONGs de Belo Horizonte dedicadas a esses assuntos: a Oficina de Imagens e a Associação Imagem Comunitária.	Em 2011, quando o CRJ volta à discussão, enquanto integrante do Fórum das Juventudes; e em 2016, atuando como integrante da ocupação.
29/07/2017	Luísa Nascimento	17 anos, estudante secundarista da Escola Estadual Olegário Maciel. É integrante do grêmio da escola e percussionista do bloco bRUTA fLOR, que sai no Carnaval de Belo Horizonte desde 2016. Composto apenas por mulheres, o bloco tem um nítido direcionamento feminista, dando foco a composições feitas por mulheres. Participa de diversos movimentos, mas sem ser orgânica.	Em 2016, durante a ocupação.
05/08/2017	Milena Badu	18 anos, é modelo e ativista desde os 15. Feminista negra convicta, ela não é vinculada a nenhum grupo – seus “corres” são independentes, apesar de estar sempre colando nos movimentos de mulheres e no hip hop.	Em 2016, durante a ocupação.

Fonte: Dados da pesquisa

Para as entrevistas, havia um roteiro previamente elaborado (em anexo), mas que poderia sofrer alterações ao longo da conversa – ou das conversas. Depois de realizar a primeira entrevista, fui para a segunda entrevista com o roteiro e com insumos, informações e questões da primeira para serem verificadas com a segunda pessoa entrevistada; a segunda entrevista deu insumos para a terceira, e assim por diante, construindo uma espiral cumulativa de informações coletadas. A apreciação das entrevistas se deu por uma análise hermenêutica, a arte da compreensão, a reconstrução histórica de um discurso (Jesus, Peixoto & Cunha, 1998). Trata-se basicamente de “ler” as entrevistas a partir do que as entrevistadas dizem e também a partir do que elas querem dizer, conjugando a sua fala com uma leitura de mundo embasada no contexto onde esse mundo se encontra. A hermenêutica, geralmente, leva em conta elementos da comunidade na qual o discurso é proferido, bem como a corrente de pensamento que subsidia a leitura (Morales, 2005). No caso desta pesquisa, para além de perceber os discursos de maneira fragmentada (numa oposição todo *versus* parte), executo uma hermenêutica situada/posicionada, que considera a interpretação de uma entrevista como a possibilidade de trazer à baila as concepções de mundo que as entrevistadas possuem, assim como as percepções de como esse mundo as forja. Com certeza se trata de uma consciência crítica e politicamente engajada, ainda que não o seja nos parâmetros estruturalistas e convencionais.

A hermenêutica sugere interpretações provisórias porém críticas, de modo a descortinar sentidos implícitos, à margem do normativo e do institucional, que podem ser vislumbrados por entre as linhas, ou nos intervalos intertextuais, de certa forma sempre subversivos da ordem, do permanente, cuja existência negam. Trata-se de apreender o ser através da experiência vivida e não através de Ideias, estaticamente, o que nos remeteria de volta ao discurso normativo de dominação masculina sobre as mulheres. (Silva Dias, 1994, p. 377)

Postas as definições metodológicas desta pesquisa, sigamos com a análise a partir do recorte temporal que aqui proponho no Quadro 3:

QUADRO 3: FASES DE CONSTITUIÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE

	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3
	Proposição	Retomada	Ocupação
Período	2006	2011 – 2016	2016 em diante
No CRJ	Proposição do CRJ enquanto política pública na 3ª Conferência Municipal de Juventude de Belo Horizonte	CRJ retorna à pauta, mas Prefeitura se fecha ao diálogo. A proposta do CRJ é apresentada a portas fechadas a alguns representantes juvenis. Ocorre a rearticulação de grupos e ativistas juvenis com o objetivo de buscar debate mais ampliado sobre a implementação do CRJ	Grupos e ativistas ocupam o prédio que estava pronto, mas sem funcionar direito. Determinou os rumos que o CRJ teria dali em diante. Consolidação do comitê gestor e do projeto conceitual do Centro.
Em BH	Gestão municipal incentiva a participação popular por meio das conferências	Carnaval de Rua é retomado na cidade como forma de manifestação pelo direito à cidade Primeiras movimentações do “Fora Lacerda”, movimento de contestação ao prefeito Márcio Lacerda.	Cidade presencia diversas ocupações em questionamento ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.
No Brasil	Vigoram as iniciativas em âmbito federal de promoção de políticas de juventude (Plano Nacional de Juventude)	Emenda Constitucional 65/2010 muda o texto do artigo 227 da Constituição, que passa a incluir a palavra “jovem” no seu conteúdo. “Jornadas de Junho”, protestos realizados em 2013 pelo Brasil adentro.	Processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e a edição de uma medida provisória de cortes na verba da educação estimulam a ocupação em escolas e universidades

Fonte: Dados da Pesquisa

2.2 Momento 1, em 2006: a hora da proposição

A Constituição de 1988 é um instrumento que contribui para a abertura de espaço na política brasileira no que tange à participação democrática. Aprovada em um contexto pós-Ditadura Civil-Militar, a nossa Carta Magna traz inovações que se referem “à criação de novos espaços institucionais de participação que buscam mesclar princípios da democracia direta com democracia representativa” (Machado, 2007, p. 15). Influenciando outras esferas públicas, como os Estados e os Municípios, a Constituição teria estimulado inovações no que tange à participação social e ao *accountability*, palavrinha estrangeira que, no campo das políticas públicas, se refere ao controle dos governantes pelos governados e do monitoramento das decisões do poder público (Machado, 2007).

O ano de 1993 é um marco em Belo Horizonte porque é quando a Prefeitura inicia a instalação de mecanismos institucionais de participação. A gestão do prefeito Patrus Ananias

(do Partido dos Trabalhadores - PT) buscou estabelecer como característica a participação popular. Dentro do rol de iniciativas, uma delas consistia no desenvolvimento de conselhos de políticas públicas²⁸, cujos representantes são escolhidos nas conferências temáticas (Machado, 2007). São elas que tanto elegem representantes que vão dialogar com o poder público sobre a construção de políticas para diversos setores da sociedade, quanto apresentam e escolhem as propostas que o Estado deve priorizar em sua execução. São canais institucionalizados de participação e que supostamente se configuram como mediadores entre a relação Estado-Sociedade, instituindo uma forma de “controle público” sobre a gestão do governo (Carneiro, 2006).

A Conferência Municipal de Juventude de 2006 foi realizada em duas etapas: uma etapa de pré-conferências nas nove regionais administrativas de Belo Horizonte, em 20 de maio, como momento de subsídio e sugestão para PPJs na cidade, bem como para eleição dos conselheiros regionais; e uma segunda etapa, feita no dia 11 de junho, na qual novos conselheiros foram eleitos (agora por áreas e temas) e foi feita a discussão e aprovação das propostas oriundas das pré-conferências. Um documento com 254 propostas foi gerado nesse encontro, e tais sugestões seriam tomadas como prioritárias pelo recém-eleito Conselho Municipal de Juventude. O CRJ é uma dessas propostas de políticas públicas elencadas no documento final da conferência.

Em 2006, Paola Abreu acompanhava as lutas políticas juvenis em Belo Horizonte por meio do D.vErCidaDe Cultural. Tratava-se de uma rede de agentes culturais juvenis resultado do projeto de Formação de Agentes Culturais Juvenis, desenvolvido pelo Observatório da Juventude da UFMG, programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação da Universidade. O projeto tinha o objetivo de potencializar ações que já eram desenvolvidas por jovens de periferias por meio de atividades socioculturais, voltadas para 15 comunidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Paola, pelo D.vErCidaDe, esteve presente nesse momento de proposição do CRJ e analisa como era na época a construção de políticas públicas para a juventude.

Em 2006, eu participei da conferência para que pudéssemos bater o martelo para a construção do CRJ. O D.vErCidaDe tinha isso, de pensar os espaços de participação democrática, espaços que

28 Carla Bronzo Carneiro define os conselhos como “espaços públicos (não estatais) que sinalizam a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública, apresentando um caráter híbrido, uma vez que são, ao mesmo tempo, parte do Estado e da sociedade” (Carneiro, 2006, p. 151). Os conselhos se caracterizam pela formação mista, geralmente paritária, com representações da sociedade civil e do Estado, e buscam a defesa e a proposição de ações e políticas para o público ao qual se destina.

faziam acontecer os direitos de juventude – até então você não tinha um recorte de juventude pensado para a cidade. Você tem espaços que pensavam os direitos da criança e do adolescente, mas juventude era um negócio que não se pensava. (Paola Abreu, entrevistada em 19 de maio de 2017.)

Leonardo Ladeira observa haver um perfil preponderante na conferência de jovens que afirmavam participar de algum movimento ou de serem atendidos por algum programa/política. A forma como foi divulgada a conferência pode ter contribuído para isso: o Fórum de Entidades Juvenis (atual Fórum das Juventudes), organização parceira na realização da conferência, promoveu uma mobilização e divulgou o evento entre programas da Prefeitura em escolas municipais e por meio da sua rede de entidades integrantes. Dentre os participantes, 43% tinham o Ensino Médio incompleto e 22% o Ensino Médio completo; 58% trabalhavam; e 68% do total participavam de algum movimento juvenil. Dos que afirmaram participar de movimentos, 45% eram atendidos por políticas públicas e 55% atuavam em movimentos sociais de juventude. Destes 55%, a maior parte era de integrantes de movimento estudantil (23%) e de grupos religiosos (21%). Ainda que o espaço das conferências seja importante para a deliberação de políticas, cabe citar que houve problemas que, inclusive, contribuíram para uma baixa na participação de delegados/as eleitos/as nas pré-conferências na própria conferência. A data e o local da Conferência foram alterados durante o processo, influenciando diretamente nessa participação – delegados/as eleitos/as nas pré-conferências podem não ter ficado sabendo da mudança; talvez isso justifique a evasão de 24% observada entre as pré-Conferências e a Conferência Municipal (Ladeira, 2008).

A análise desse perfil pode colaborar para pensarmos como se deram as deliberações no âmbito da conferência. Archon Fung traz dois conceitos que podem contribuir para esse entendimento: deliberações quentes e deliberações frias. Para Fung, as deliberações frias são caracterizadas por uma discussão com pessoas que debatem sem posições fixas e de maneira desapaixonada, com a mente aberta para a conversa – são debates “frios”, pouco intensos. Por outro lado, nas deliberações quentes, os participantes aproveitam a ocasião para “gritar” todas as demandas que o público deseja, investindo energia, tempo e conhecimento nas discussões (do Nascimento, 2010). São debates calorosos, intensos, apaixonados. Dessa forma, podemos concordar com Ladeira (2008) quando considera o espaço a conferência de juventude como um lugar de deliberações quentes.

Aos jovens atendidos por políticas públicas, interessava opinar sobre tais políticas, sugerir ampliação ou modificações nas mesmas. Aos movimentos sociais ligados à questão da juventude interessava especialmente formar agenda que pudesse interferir no poder público. Especial nesse sentido foi a participação de grupos de jovens que lutam pelo acesso a cultura, movimentos estudantis ou de lutas ligadas à diversidade sexual, igualdade racial, entre outros. (Ladeira, 2008, p. 09).

No mesmo período em que a política específica à juventude se consolidava em âmbito governamental federal – por meio da criação, no ano de 2005, da Secretaria Nacional de Juventude e do Plano Nacional de Juventude (documento orientador para a criação de políticas de juventude no país, nos estados e municípios) –, cabe também destacar as articulações empreendidas pelos jovens no nível da sociedade civil. Por exemplo, é de 2004 a criação do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (Fonajuves), organização que atua na articulação de redes, movimentos e coletivos que atuam com direitos juvenis e participação cidadã. É dentro desse esteio que advém o surgimento de grupos juvenis como o D.vErCidaDe Cultural (do qual Paola fazia parte) e do Hip Hop Chama, que dentre seus integrantes tinha Áurea Carolina, que também esteve na conferência de 2006 e é uma das entrevistadas desta pesquisa. Acreditando que hip hop é também uma forma de intervenção política, um grupo de jovens periféricos/as da Grande BH formou o Hip Hop Chama, coletivo que atuou na cidade não só com cultura, mas também com promoção de direitos. É dentro dessa proposta de se discutir direitos, me conta Áurea, que surge a ideia de se criar um equipamento público para a juventude metropolitana. Um equipamento que não fosse só de lazer, mas que contribuísse diretamente para a formação do/a jovem enquanto sujeito/a de direitos. Áurea faz uma importante marcação: a ideia de um centro de referência possui um histórico anterior, que é fruto de uma discussão entre grupos e coletivos juvenis.

A história é anterior à Conferência Municipal de Juventude. O Hip Hop Chama, originalmente, foi um evento para chamar juventude da cultura hip hop para pensar direitos [da juventude]. (...) Não me lembro se foi uma ou foram duas edições... Mas ali tinha já a origem dessa proposta de um centro de referência da cultura hip hop. Mas percebendo que a juventude dessa cultura é também uma juventude diversa, vimos que era necessário que pensar a juventude de forma ampla era muito mais inclusivo. A semente [do CRJ] estava ali com aqueles parceiros. O Hip Hop Chama depois se tornou um coletivo e continuou na pegada de direitos, de formação de ativistas. Vários cabulosos da nossa geração (Vanessa Beco, Larissa Borges, Roberto Raimundo, Rômulo Silva) passaram por ele, que era autogestionado. Então, em 2006, a proposta do CRJ já vinha com esse acúmulo, de outros momentos de debate político desses sujeitos: imaginado como um lugar de encontro das juventudes, para produção cultural, para ter acesso às políticas públicas de juventude. O CRJ seria esse lugar de ofertar condições e possibilidades de viver a cidadania sendo jovem. Desde o início eu já imaginava que era uma coisa de vocação multiuso, não seria unicamente um espaço cultural, de lazer. Seria um lugar de tornar juventude agente fundamental da cidadania. (Áurea Carolina, entrevistada em 13 de maio de 2017.)

Compreendendo a formulação do CRJ como exemplo de políticas públicas, percebe-se uma disputa anterior ao próprio processo institucional de conferência que enriquece o debate e promove a construção de subsídios para o embate e para a defesa do Centro como política pública a ser priorizada. Entretanto, a canalização de energias ficou apenas no escrito, na proposta escrita, sem materialidade. Após a conferência, os grupos juvenis empenhados na defesa do Centro não conseguiram fazer o devido *lobby* para concretizar a proposta, não

conseguiram tirá-la do papel, não conseguiram fazer com que o Centro de Referência existisse de fato. A desarticulação do Fórum de Entidades Juvenis (atual Fórum das Juventudes) foi um dos fatores que contribuíram para o não acompanhamento da implementação da política pública.

Além disso, as conferências temáticas possuem um grave problema: defendem-se quantidades exorbitantes de propostas as quais o poder público não dará conta de executar e a sociedade civil não conseguirá acompanhar a execução. Foram mais de 200 propostas elencadas na Conferência Municipal de Juventude, um número pouco razoável em face da capacidade de execução de políticas por parte do poder público. Existe, dessa forma, uma crescente necessidade de se discutir a efetividade das conferências – independentemente do tema e da abrangência territorial, temos que constantemente nos perguntar: é possível ainda fazer propostas nesses espaços e acreditar que elas vão sair do papel? Os resultados das conferências estando sendo devidamente “incorporados aos textos e estratégias das políticas públicas”? (IPEA, 2013, p. 08)

2.3 Momento 2, em 2011: “vamos pelas vias institucionais”

Levando-se em consideração a crítica acima, relato a trajetória que se configura a partir de 2011, com a Prefeitura de Belo Horizonte ressuscitando a proposta do Centro de Referência.

É a partir de deste momento que me integro à discussão. Nesse ano, eu atuava em outros dois coletivos, o Conexão Periférica e o Juventudes Urbanas, os quais já mencionei na introdução deste trabalho. Na época, o Juventudes Urbanas se apresentava como “um coletivo de coletivos”, agregando grupos que já atuavam pela defesa dos direitos juvenis na cidade e na Grande BH. Em agosto de 2011, esse coletivo recebe a notícia de que o prefeito Márcio Lacerda (do Partido Social Brasileiro - PSB) havia organizado um “almoço de notáveis” para discutir a proposta de um Centro de Referência da Juventude. Esse evento se constituiu em uma reunião feita a portas fechadas no prédio da Prefeitura, sem divulgação ampla e com convite a um número restrito de pessoas para a apresentação do que viria a ser o Centro de Referência.

Enquanto participantes do Juventudes Urbanas, nos organizamos para entender o que estava acontecendo. Eu, particularmente, encontrava-me verde, sem saber direito da discussão do Centro de Referência e sem sequer saber dessa trajetória que descrevi no item anterior.

Nesse processo de articulação, os integrantes do Juventudes Urbanas entraram em

contato com antigos participantes do Fórum de Entidades Juvenis (atual Fórum das Juventudes). O Fórum, dessa forma, realiza uma reunião aberta em setembro de 2011 no Centro Cultural da UFMG, evento que marca a retomada da rede. Daí em diante, as ações empreendidas no que tange ao debate pelo CRJ foram coordenadas, majoritariamente, pelo Fórum das Juventudes (rebatizado no final de 2011) e eu acabo me integrando a essa rede.

O termo “almoço de notáveis” foi usado por nós para questionar o caráter elitista do convite: sem uma consulta ampliada à comunidade, a Prefeitura convidou o que ela considerou serem “lideranças juvenis” na cidade para debater essa política pública. Era um deboche à Prefeitura, não às pessoas convidadas para o almoço. Lideranças juvenis históricas e importantes na cidade, como os componentes da Família de Rua (coletivo de integrantes da cultura hip hop que organizam, em Belo Horizonte, o Duelo de MCs), foram convidados para esse encontro. A questão, como Sâmia Bechelane pontua, não foi com as pessoas convidadas, mas com a forma pela qual se deu tal convite: o almoço foi um evento pouco publicizado e restrito a alguns convidados (organizações e ativistas) com diferentes trajetórias de juventude.

[...] a Prefeitura, não sei com qual critério e com uma noção de participação muito distorcida, convida para um almoço privado com o prefeito representantes de organizações juvenis, até históricos, para apresentar um projeto arquitetônico pronto. Minha questão não é com as pessoas que foram convidadas, até porque várias são figuras históricas para juventude em BH e em Minas Gerais. Minha questão foi como o poder público conduziu a questão. Você chamar um grupo seletivo a partir de critérios nada transparentes para discutir projeto pronto ou apenas para levantar opiniões me parece muito, muito amador e lamentável. O próprio grupo das pessoas que participaram levou críticas ao projeto, ao processo... (Sâmia Bechelane, entrevistada em 11 de julho de 2017)

A crítica que Sâmia traz ao processo é sobre como o Centro estava sendo concebido pelo poder público: de maneira restrita e particularizada. Para essa reunião, a Prefeitura já havia criado uma planta arquitetônica do espaço, sem a construção de um projeto conceitual. Há que se mencionar que a apresentação dessa planta baixa se deu não apenas nesse “almoço dos notáveis”, mas em outras ocasiões que revelam uma iniciativa particularista e de loteamento de interesses. Falo mais sobre isso daqui a pouco.

Essa atitude do poder público municipal revelava uma mudança na participação e na construção de políticas públicas. Se antes havia uma luta e uma defesa institucional por uma “Belo Horizonte democrática e popular” (Machado, 2007), desta vez as portas da participação mostravam-se semiabertas, com restrições à livre circulação. O ex-empresário e então prefeito Márcio Lacerda (do Partido Social Brasileiro - PSB) gerenciava a cidade com ênfase na eficiência administrativa em detrimento da estruturação de um projeto político coletivo, aos moldes do que eu considero um híbrido entre a Administração Pública Gerencial (Paes de

Paula, 2005) e o gerenciamento tecnicista-burocrata. Belo Horizonte, na gestão Lacerda, tornou-se uma “cidade-empresa”:

A questão fundamental é que se a *pólis* é o lugar da democracia, o mesmo não se pode dizer da empresa, o lugar por excelência do despotismo do chefe ou, pelo menos, dos principais acionistas. O pretexto de dar mais poder ao chefe/ prefeito/líder carismático geralmente é justificado pela necessidade de flexibilidade na gestão, a fim de poder reagir com rapidez à competição e à evolução do ambiente externo. Essa agilidade e poder de decisão, entretanto, impõem metodologia e tempos rígidos definidos *a priori* segundo as “necessidades” da competição e da inserção no mundo globalizado. Assim, liberdade de decisão e cronogramas rígidos podem significar, respectivamente, diminuição do controle social sobre os atos da administração e **inviabilização dos canais de participação**, caracterizando uma submissão da política à performance eficaz e, portanto, à técnica. Se na cidade democrática o governo local presta conta dos seus atos à população, na empresa o CEO presta contas aos acionistas segundo sua participação em cotas da empresa. **Na cidade gerida como uma empresa, o direito à cidade é proporcional à capacidade de investimento do cidadão.** (Oliveira, 1999, pp. 152-153. Negritos meus.)

Pegando esses escritos de Fabrício Oliveira, tendo a concluir que a consequência de se gerir uma cidade como empresa é pernicioso: abrem-se caminhos para negociatas e conchavos sem a devida publicidade e transparência pela qual deveria primar uma gestão pública. E, na questão do CRJ, a opacidade ficava cada vez mais evidente à medida que os grupos juvenis avançavam no debate.

No meio do caminho havia uma atuação de bastidores empreendida pela Subsecretaria de Juventude do Governo do Estado de Minas Gerais, que possuía afinidades político-partidárias com a gestão municipal e que se colocara como parceira na construção do CRJ²⁹. O governo, liderado por Antônio Anastasia (do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), possuía como subsecretário de juventude Gabriel Azevedo, que promovia outros encontros restritos com entidades e coletivos, realizando promessas de “loteamento” do equipamento caso a proposta colocada fosse apoiada. O relato de Fernanda Godinho mostra para nós um pouco desse comportamento promovido pelo subsecretário. À época, Fernanda coordenava um projeto de promoção da saúde chamado *Pode Crê*, que tinha parceria com o governo estadual, e me relatou ter presenciado movimentos nada republicanos do então gestor.

Eu estava começando a ter o meu primeiro contato na Subsecretaria de Juventude, tendo que ir lá para discutir mais especificamente sobre o [projeto] Pode Crê enquanto integrante do Grupo Viver. E foi aí pela primeira vez que eu tive conhecimento do CRJ, isso era 2009 ou 2010. Eu me lembro de estar no gabinete do subsecretário com ele mostrando um projeto arquitetônico, ainda só no papel, do

29 O governo do estado era comandado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. Em tese, esse partido era de oposição ao Partido dos Trabalhadores, o PT, que tinha a vice-prefeitura de Belo Horizonte. A cidade era gerida por um empresário indicado pelo Partido Social Brasileiro, o PSB, a partir de uma aliança entre PT e PSDB.

CRJ. Era o projeto pronto. “Aqui vai ser um centro de referência da juventude e eu gostaria que vocês participassem e nos ajudassem da construção com a gente.” Ele falava que gostaria que o Vhiver tivesse uma sala lá... (...) [Com o Fórum das Juventudes] consigo entender que a questão do CRJ é muito mais complexa do que eu imaginava. Que existia a proposta do centro, que era uma demanda dos movimentos sociais, mas que a criação não era dialogada com os movimentos sociais: o cara [Gabriel Azevedo] tá ali, pensando no CRJ sem dialogar com a juventude da cidade, inclusive se articulando entre alguns movimentos específicos da cidade que ele conhece, oferecendo o espaço do CRJ, “vendendo” o espaço no meu entendimento. (Fernanda Godinho, entrevistada em 04 de maio de 2017.)

Avalio que o comportamento desse gestor vai diametralmente contra a noção de elaboração de políticas públicas. O processo, além de ser uma “decisão político-social” (ou seja, articulada entre poder público e sociedade civil), é uma ação que depende de “informações, precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade” (Puppim de Oliveira, 2006, p. 273). Em setembro de 2011, discordando da forma como esse processo estava sendo conduzido, o Fórum das Juventudes consegue, por meio de uma incidência política, promover uma audiência pública com fins de discutir o equipamento. Em diálogo com um vereador da Câmara Municipal, foi programada uma audiência pública em outubro para forçar a participação popular na construção do CRJ.

É de se questionar as falas dos representantes governamentais nessa audiência. A primeira foi do representante da Prefeitura, o então Secretário de Governo Josué Valadão, que afirmou que a juventude é um assunto que a Prefeitura tinha “muito carinho”, a despeito de não ter uma verba específica em seu orçamento; o mesmo secretário Valadão afirmou que o CRJ é, antes de tudo, um conceito, mas não explicou quais eram seus elementos; o Secretário de Políticas Sociais, Jorge Nahas, disse que existia uma proposta de prédio sem um projeto conceitual que o balizasse – já existia o Gerente do CRJ, o espaço para o prédio e que somente depois disso é que seu conteúdo seria pensado; o Assessor Especial do Prefeito para Assuntos de Juventude e futuro gerente do CRJ, André Rubião, comunicou ter sido convidado a ocupar tal posto porque o prefeito teria recebido propostas para retomar as políticas públicas de juventude em BH – mesmo existindo uma Coordenadoria Municipal de Juventude no organograma da Prefeitura, o que mostra uma esquizofrenia tremenda no trato do poder público com as políticas juvenis (Fórum das Juventudes, 2011b). Para que o prefeito tem que ter um “assessor especial” tendo uma coordenadoria específica para a área?

Sabendo da dificuldade que é dos/as jovens de participarem de uma audiência pública num dia de semana à tarde, promovemos enquanto Fórum das Juventudes uma ação para tentar visibilizar a pauta do Centro de Referência entre outros jovens. A principal ação foi inspirada no *siluetazo*, uma ação política e estética promovida em Buenos Aires, Argentina,

que visava simbolizar os desaparecidos políticos da ditadura militar no país. Tendo como mote “fazer visível o invisível”, nos inspiramos nessa ideia para tentar promover uma representação dos/as jovens que não poderiam se fazer presentes na audiência. Produzimos com o apoio de organizações integrantes do Fórum várias silhuetas, conforme a foto abaixo, com o lema “A juventude está de olho”. Saímos com as silhuetas impressas pela cidade, mais especificamente nos concentrando em dois pontos que subjetivamente consideramos ser de maior trânsito de jovens: a Praça da Estação, na região central – um lugar de fluxo intenso de diversas pessoas – e nas imediações do PlugMinas, projeto do governo do estado que consistia numa escola de arte, gestão e tecnologia para jovens de 15 a 24 anos. Abordávamos os/as jovens explicando do que se tratava a ação e pedíamos que eles/as escreviam seus desejos, anseios e demandas enquanto sujeitos/as jovens. Depois de preenchidas, levamos as silhuetas ao Plenário JK, onde ocorreu a audiência e penduramos as silhuetas pelas paredes da sala. Isso deu a impressão de o espaço estar mais cheio do que sua lotação e, para além disso, foi uma forma de transmitir o recado desses jovens no espaço da audiência.



Figura 6: Registro da audiência pública, realizada em 19 de outubro de 2011. Note-se, ao fundo, as silhuetas, que ainda seriam utilizadas em outras ocasiões.

Fonte: Site do Fórum das Juventudes.

O principal encaminhamento da audiência foi a criação de uma comissão paritária, composta por membros da Prefeitura e de entidades da cidade (dentre estas o Fórum das Juventudes), para acompanhar a implementação do Centro. Foram realizados apenas dois encontros dessa comissão, que se dissolveu após as entidades da rede do Fórum das Juventudes decidirem se retirar da negociação ao perceberem a indisposição da Prefeitura em dialogar. Uma carta divulgada em 28 de novembro de 2011 pelo Fórum aponta os elementos para a saída:

Após participar de duas reuniões da comissão, nos dias 1º e 9 de novembro [de 2011], percebemos que a PBH [Prefeitura de Belo Horizonte] não está disposta a dialogar e, para a nossa surpresa, não é a cabeça do projeto. O Governo de Minas dirigiu todas as discussões, na figura do subsecretário estadual da juventude, Gabriel Azevedo, que afirmou que **a obra deverá ser licitada até março de 2012, independentemente dos trabalhos da comissão**. Cabe ressaltar que a PBH já havia comunicado que a obra do CRJ custará aos cofres públicos R\$ 14 milhões, dos quais mais de 2/3 (R\$ 10 milhões) serão financiados pelo Governo de Minas, por meio da Subsecretaria Estadual da Juventude, cuja verba anual, segundo o próprio subsecretário, é de R\$ 16 milhões. Isso quer dizer que a maior parte do orçamento da Subsecretaria está voltada para apenas uma cidade e, dentro desta, para apenas um equipamento. (...) Em repúdio à manipulação das discussões e à falta de transparência, nos retiramos da comissão por testemunhar um processo arbitrário e antidemocrático. Queremos deixar claro que **a nossa saída não significa que estamos nos ausentando das discussões sobre o CRJ e as políticas de juventude como um todo**. Muito ao contrário, seguiremos atuando nessa direção e fazendo valer o nosso direito à participação democrática. (Fórum das Juventudes, 2011a, *online*. Negritos meus.)

Confirmava-se a dificuldade que os grupos juvenis organizados tiveram para incidir na pauta do CRJ naquele momento. O prefeito Márcio Lacerda e o subsecretário Gabriel Azevedo foram duas figuras, segundo Áurea Carolina, que inviabilizaram a participação popular.

Não tinha conversa com o Lacerda: o cara era absolutamente indisponível para participação popular. E foi assim até o final da gestão dele, somando ao fator Governo Estadual. A Subsecretaria de Juventude, da qual o Gabriel Azevedo era o gestor, teve uma participação muito complicada também. Na primeira audiência pública [realizada em 19/10/2011] foi pactuada a formação de um comitê para discutir a proposta do CRJ. E o Fórum foi para a [segunda] reunião desse comitê e teve uma manobra lá do Governo, o Gabriel fez uma manobra para expulsar a juventude: levou uma turma dele para inviabilizar a nossa presença nesse comitê. (...) A gente viu que ali não tinha como, era só manipulação mesmo e estávamos sem força de incidência. Em 2012 passamos a colocar mais energia na construção de ações autônomas. Nós por nós para nós. Damos um tempo na parte de controle social porque não tinha como a Prefeitura ter minimamente uma conversa honesta, sabe? (Áurea Carolina, entrevistada em 13 de maio de 2017)

No período que se sucede – 2012 a 2016 –, houve certas tentativas de diálogo, de conversa, de incidência política na construção do CRJ. Mesmo com as obras em andamento, com toda a ingerência do poder público, com todas as dificuldades e golpes... Mesmo assim os grupos de juventude que se acercaram da pauta do CRJ nesse período (em especial o Fórum das Juventudes) decidem continuar com a incidência política por meio do que Sâmia

chama de “vias institucionais democráticas de participação”. A escolha foi feita mesmo diante de movimentações particularistas por parte dos gestores envolvidos na construção do CRJ.

O Fórum teve tentativas institucionais de conduzir o diálogo: era o momento da conferência de juventude, em 2011. O grupo disse para o poder público: estamos insatisfeitos, mas vamos tentar as vias institucionais. O grupo chamou uma audiência pública com apoio de vereadores que já estavam próximos ao movimento. O grupo pressionou pela formação de uma comissão paritária no âmbito da Coordenadoria Municipal de Juventude... Não é que não tenhamos tentado, a gente tentou bastante as vias institucionais, embora a PBH ainda continuar tentando utilizar dessas formas de participação pouco transparente, digamos. Ligações, às vezes para pessoas chave do grupo do Fórum dizendo “vem aqui no gabinete, vamos olhar o projeto, vamos conversar” ou essas aproximações... Figuras [do governo] se aproximavam para tentar levantar uma ou outra informação com objetivos nada claros... É isso: a gente continuou com as vias institucionais democráticas: conferência, audiência, comissão etc., muito embora a PBH tenha continuado com essas formas [não republicanas] – o almoço foi só uma delas. (...) Ao longo do tempo, o tema voltou de diferentes maneiras e a partir de diferentes aproximações do poder público também. Às vezes mudava o gestor, aí gestor marcava reunião com diferentes organizações juvenis e com o Fórum [das Juventudes] em si; **aí esse gestor ia às reuniões e não anotava uma linha das nossas conversas, dizendo que ele estava levantando subsídios para a retomada do CRJ na PBH..** É tão amador e primário e óbvio o descompromisso, o desrespeito com a gente ali... Esses gestores diziam que se reuniram com um tanto de organizações da sociedade civil, que tantas pessoas participaram, porém nem uma linha das nossas conversas era registrada. Acredito que ou a memória dessas pessoas é sensacional ou elas de fato não tinham real compromisso e respeito com a gente. (Sâmia Bechelane, entrevistada em 11 de julho de 2017. Negritos meus.)

Outros embates/debates se sucederam ao longo desse período, de maneira mais morna, sem muita incidência direta. Nesse tempo, houve duas visitas técnicas ao espaço em construção, a participação em uma audiência pública especialmente dedicada à discussão sobre o orçamento do município para que o CRJ pudesse ter verba e a realização de outra audiência pública, realizada depois do prédio pronto, para questionar a gestão do espaço.

Em paralelo, os governos municipal e estadual se articulavam e estabeleciam entre si acordos e parcerias para a viabilização (um tanto acelerada) do CRJ. Estado e Município firmaram um convênio no início de 2013, que tinha prazo de 24 meses e se destinava a formalizar uma “cooperação mútua” para construir e implantar o Centro. No tempo que esse convênio vigorou, dois termos aditivos³⁰ foram assinados. Um deles, com data de 07 de novembro de 2013, tinha como objetivo prorrogar o prazo de validade do convênio, mudando de 24 para 48 meses o prazo de execução da obra do Centro, e criar um Comitê Gestor do espaço. Esse comitê seria composto por:

- a) dois representantes da Secretaria Estadual de Esportes e Juventude³¹: o secretário de esportes e o subsecretário de juventude;

30 Termo aditivo é um acordo elaborado pelo poder público com a finalidade de alterar itens de contratos, convênios ou outros pactos firmados pela Administração Pública.

31 Secretaria que, naquela época, abrigava a Subsecretaria de Juventude.

- b) dois representantes da Prefeitura: o secretário de governo e o coordenador municipal de juventude;
- c) o presidente do Conselho Estadual de Juventude;
- d) o presidente do Conselho Municipal de Juventude³².

A representação da sociedade civil neste espaço caberia tão somente aos conselhos, que são, na verdade, entidades mistas (contam com representações governamentais e civis). Um segundo termo aditivo foi assinado, mas desse eu falo mais à frente. Os fatos até agora relatados dão um pouco da dimensão e do histórico que subsidiará os próximos acontecimentos. Se antes estávamos em um âmbito institucional, acredito que o que se sucede em 2016 se encontra em um lócus oposto – ou complementar.

2.4 Momento 3, em 2016: “a gente chegou na tampa!”

Ao apagar das luzes de 2014, Prefeitura e Governo Estadual fazem um lançamento do CRJ mesmo estando ele ainda em obras. Trago a notícia abaixo na íntegra (um texto da coluna Aparte, do Jornal O TEMPO) porque eu acredito que ela seja digna de nota.

Governador e prefeito de BH ‘entregam’ espaço ainda em obras

Prestes a deixar o cargo, o governador Alberto Pinto Coelho participou, na segunda-feira [15 de dezembro de 2014], de uma visita ao Centro de Referência da Juventude (CRJ) acompanhado do prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda. Na ocasião, o encontro foi divulgado pelas assessorias de comunicação do Estado e da prefeitura, mas um dia depois, o local foi novamente fechado por tapumes e continua em obras.

O ex-governador de Minas e senador eleito Antônio Anastasia também estiveram presentes (sic) na visita ao CRJ, assim como o Subsecretário da Juventude, Gabriel Sousa Marques de Azevedo. Na ocasião uma placa de agradecimento ao governo de Minas foi fixada em nome do prefeito Marcio Lacerda. A assessoria de comunicação da prefeitura informou que a atividade fazia parte da agenda do governo do Estado e negou que a placa de agradecimento tivesse sido feita pela prefeitura, embora seja assinada por Lacerda.

O CRJ é uma parceria entre o governo de Minas e a Prefeitura de Belo Horizonte, que será responsável pela gestão do espaço. Questionados pelo Aparte, ambos reconhecem que a construção não foi finalizada, embora a placa faça referência à “entrega do Centro de Referência da Juventude a esta capital nas comemorações do seu 117º aniversário”.

Segundo a prefeitura, a inauguração do espaço será no primeiro trimestre de 2015, ainda sem data definida. Já o governo de Minas informa que os tapumes que atualmente se encontram no local “serão retirados tão logo o espaço seja aberto ao público, o que ocorrerá brevemente, aguardando apenas o acabamento do auditório”. (O TEMPO, 20 de dezembro de 2014. *Online*.)

32 Conforme documentação consultada na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, em 31 de outubro de 2017. Este ente substituiu, desde 2015, a Secretaria de Esportes no que tange às questões sobre o Centro de Referência.



Figura 7: Foto publicada pelo jornal O Tempo, registrando a “inauguração” do CRJ. Segurando as cordinhas do pano, Márcio Lacerda (à esquerda) e o governador em exercício Alberto Pinto Coelho. Ao lado de Lacerda, o ex-governador e senador eleito Antônio Anastasia. Ao lado de Pinto Coelho, o subsecretário Gabriel Azevedo.

Fonte: O Tempo

O imbróglio da falsa inauguração causou certa comoção entre os grupos integrantes da rede do Fórum das Juventudes. Se houve inauguração, o prédio estava pronto, e se estava pronto, por que não colocar para funcionar? Acerca do funcionamento, houve uma nova mobilização pelo o que os grupos chamaram de “gestão compartilhada”, ou “gestão colaborativa” do CRJ. Esse anseio por uma forma de gerir o espaço com participação social/popular segue uma orientação dos movimentos sociais que clamam por uma incidência maior tanto na proposição de políticas públicas (o que de alguma forma acontece nas conferências, por exemplo) quanto na sua execução. Cada vez mais a participação não é um assunto apenas de mobilização social ou sobre democracia, mas também de políticas públicas e gestão administrativa (Frey, 2004). Ressalte-se aqui que não me refiro ao termo no âmbito individualizante (Dagnino, 2004), característico da noção de protagonismo. O que se vê aqui são vários processos coletivos de incidência e conflito político, e a busca por uma gestão na qual a sociedade civil possa ter peso e influência segue nesse raciocínio. Lembro-me que à época que essa notícia foi divulgada eu atuava como integrante da Secretaria Executiva do Fórum das Juventudes. Ao abrir na internet a coluna “Aparte”, do jornal O Tempo, deparei-me com a foto da falsa inauguração, e rapidamente repassei a informação aos demais integrantes da rede. Era fim de ano e, naquele momento, não tivemos forças suficientes para interferir nisso.

Publicamente, não houve consenso institucional sobre o que era o evento. O Governo do Estado dizia que se tratava de um repasse à Prefeitura, enquanto que a Prefeitura anunciou o evento como uma “visita às obras” (Portal PBH, 2014, online). A confusão é tamanha que, em uma visita coordenada pela Coordenadoria de Juventude municipal em 2015, o representante da Gerência do CRJ, Gustavo Dias, afirmara posteriormente que o evento de inauguração foi “equivocado” e que a placa comemorativa já teria sido retirada do espaço (Fórum das Juventudes, 2015a). Sobre isso, retomo a questão do convênio, ressaltando que esse documento teve dois termos aditivos. O segundo aditivo, datado de 28 de novembro de 2014, causa estranhamento ao revogar a existência do comitê gestor (criado pelo primeiro aditivo) e ao determinar que a gestão e a administração do CRJ sejam feitas exclusivamente pela Prefeitura. Some-se a essa desconfiança o fato de o termo aditivo ter origem a partir de um ofício, com data de 20 de outubro e encaminhado pela Prefeitura à Subsecretaria de Juventude, solicitando tanto a dissolução do comitê quanto o repasse administrativo.

Pelo teor, dá a entender que isso se deu motivado pelo resultado nas eleições estaduais, nas quais houve derrota do candidato apoiado pelo prefeito. De 2003 a 2014, o estado de Minas Gerais foi governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo duas gestões de Aécio Neves (2003-2010) e uma gestão de Antônio Anastasia (2011-2014). As eleições de 2014 colocaram Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT, que é um partido supostamente de oposição ao PSDB), no comando do Palácio Tiradentes, derrotando em primeiro turno o candidato tucano Pimenta da Veiga. Márcio Lacerda (do Partido Social Brasileiro - PSB), eleito à Prefeitura em 2008 a partir de uma aliança entre o então governador Aécio Neves (PSDB) e o então prefeito Fernando Pimentel (PT), tinha afinidades políticas com o projeto de poder tucano mesmo tendo como vice-prefeito, no período de 2009 a 2012, o petista Roberto de Carvalho. Lacerda foi reeleito em 2012, mas seu vice já não era do PT. Essa solicitação da Prefeitura em revogar a criação do comitê gestor e de se apoderar totalmente da gestão do Centro de Referência me faz pensar duas questões:

- Por que (ou para que) retirar do Estado a participação na gestão do CRJ, que esteve desde o início em sua construção, neste momento em que ele será gerido por um partido (supostamente) de oposição à Prefeitura? Penso que a resposta pode estar no “simples” fato de haver uma rivalidade partidária, na qual o antagonismo entre partidos e políticos supera o desejo pela promoção de políticas para a população. O pior dessa história é que se trata de uma política defendida em um ambiente coletivo e público tal como uma conferência de juventude, e é de se lamentar ver que o espaço depois de criado se torna brinquedo do poder público.

- As políticas públicas são públicas de fato? Acredito que esse episódio contribuiu para um entendimento pessoal das políticas como instrumentos utilizados pelas gestões como forma de autopromoção. A Prefeitura, ao requisitar a execução exclusiva do Centro de Referência, alija o Estado de participar da sua gestão. (Posteriormente, o Estado recorreu a essa exclusão e foi novamente incluído na gestão.) Não vejo fundamento para que tal tipo de ação seja feita, ainda mais com o fato de o CRJ ter se tornado um equipamento de atendimento metropolitano.

Ao longo de 2015, o Fórum segue com a proposta de monitorar o funcionamento do CRJ e de reivindicar, pelas vias institucionais, um modelo de gestão que pudesse incluir a juventude nas decisões e ações sobre o Centro. Uma nova audiência pública foi realizada em outubro de 2015 cobrando uma efetiva implantação do equipamento com a participação direta da sociedade. Durante o evento, foi defendido um modelo de gestão que pudesse envolver os jovens a partir de eixos orientadores que deveriam ser debatidos coletivamente. O principal encaminhamento da audiência, que foi proposta e Para tanto, foi encaminhada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara dos Vereadores a criação de uma comissão mista (composta pela Prefeitura, Conselho Municipal de Juventude e sociedade civil) para planejar e executar um seminário no qual seria deliberada a melhor forma de gestão para o CRJ. Previsto para abril de 2016, o evento não aconteceu como combinado.

Com o descumprimento do prazo pela Prefeitura em realizar o seminário, os grupos juvenis perceberam que não havia mais por onde dialogar. Paola Abreu fala exatamente desse sentimento de desgaste e cansaço, que culminou na ocupação do CRJ no dia 23 de maio de 2016, em uma sessão extraordinária do Conselho Municipal de Juventude.

Não tinha mais por onde dialogar. Você já fez audiência pública, você já fez carta aberta, várias reuniões no Conselho [Municipal de Juventude], tudo isso desde 2014 quando era para ter sido entregue a obra, e nada foi feito? A gente se articulou com vários coletivos da cidade (...) e nós decidimos que íamos ocupar. Como estratégia, fomos para a reunião do conselho cobrando uma posição da Prefeitura. E aí, como eles nem imaginavam que podia acontecer qualquer coisa, que **a gente já estava na tampa**, eles foram lá achando que falando qualquer coisa daria certo. Falaram que precisavam esperar o prefeito; aí respondemos que enquanto o prefeito não dá o aval, a gente ocupa. E foi nessa reunião, dentro do auditório, com 42 jovens, que fechamos as portas, entramos e falamos: “o CRJ é nosso!”. (Paola Abreu, entrevistada em 19 de maio de 2017. Negrito meu.)



Figura 8: Imagens da ocupação do CRJ. O espaço era autogerido e havia uma programação cotidiana intensa, com oficinas, palestras, apresentações culturais etc.

Fonte: Facebook Ocupa CRJ

A ocupação da qual o CRJ foi palco são ecos das ocupações estudantis promovidas entre 2015 e 2016, que são ressonâncias das Jornadas de Junho de 2013. Nesse período, os estados de São Paulo, Goiás e Paraná foram tomados por diversas ocupações realizadas de maneira autônoma por estudantes secundaristas que protestavam contra reformas educacionais empreendidas nos estados sem uma consulta popular. Um vídeo publicado pelo site “Passa Palavra” ressalta o caráter político e estratégico da ocupação, mas segundo Januário e demais (2016), não somente o vídeo foi inspiração para as ocupações, mas também a cartilha *Como ocupar um colégio?*, do coletivo O Mal Educado, inspirada numa experiência argentina de luta juvenil, a *Frente de Estudiantes Libertários*, que por sua vez foi inspirada na Revolta dos Pinguins, ocorrida no Chile em 2006, sobre a qual já escrevi em capítulo anterior.

As vias institucionais, pelo o que se pode perceber, encontravam-se esgotadas e com isso posto foi necessária uma articulação entre grupos para uma incidência mais expressiva e radical. E a ocupação foi a saída para isso. Havia duas palavras de ordem que regiam o movimento: “CRJ sem juventude não rola” e “Nada de nós sem nós”. Por lá, passaram cerca

de 300 jovens – um terço desse número só dos que dormiam no espaço. O #OcupaCRJ³³ reverberou pela cidade e pela região dos municípios próximos, convocando jovens de diversas classes sociais, raças e localidades para habitarem o prédio com as suas respectivas identidades.

Parte deles eram jovens de grupos, como aqueles ligados ao Fórum das Juventudes [da Grande BH] ou mesmo à UNE, UMES ou UJS [agremiações estudantis ligadas a partidos políticos], com uma participação mais estruturada; mas havia também os jovens autônomos, que vieram somar com os mais diversos sentidos: por influência de amigos; para sair da condição de trajetória ou moradia nas ruas; outros somente para dormir, etc. Alguns eram jovens trabalhadores, muitos deles em exercício durante o dia e dormindo lá à noite. Houve também os jovens em situação de rua, que souberam da ocupação, entraram para conhecer e acabaram ficando. Grande parte dos jovens eram produtores culturais independentes, muitos com vocação musical (DJ, MC) corporal (dançarinos, *bboys*) e demais expressões artísticas populares (poetas, grafiteiros, esportista de *slackline* etc.). (Everton & Dayrell, 2016, *online*).

A ocupação “serviu” também para dar visibilidade às questões do Centro de Referência. Se antes houvera um esforço por parte, principalmente, do Fórum das Juventudes em visibilizar essa pauta, o #OcupaCRJ volatizou de maneira mais intensa a questão. A movimentação aglutinou jovens periféricos, negros, homossexuais, do funk, do hip hop... Mas também serviu para construir um repertório político no que tange à construção de políticas públicas juvenis. Foram 28 dias de equipamento tomado. A desocupação se deu em 20 de junho, após uma negociação entre ocupantes e Prefeitura mediada pelo Ministério Público de Minas Gerais. Dois foram os combinados para a saída: a abertura imediata do CRJ (em 90 dias) e a realização do seminário que discutiria o modelo de gestão para o espaço.

33 Vários posts publicados no Facebook sobre a ocupação se concentram nessa hashtag: <https://www.facebook.com/hashtag/ocupacrj?fref=ts> (recuperado em 25 de agosto de 2016).



Figura 9: Mesa de reunião da equipe responsável pelo seminário do CRJ.

Fonte: Bruno Vieira / registro pessoal

A fotografia acima é bem representativa desse processo: em uma mesa grande, central, bem ao estilo escritório, há vários/as jovens, cada um com seu estilo. A imagem pode ser lida dentro da minha defesa sobre a necessidade de pensarmos nos/as jovens enquanto partícipes ativos da construção de políticas públicas. Se antes somente “alvo”, agora também agente, desmontando sistematicamente a ordem adultocrática e situando o/a jovem como sujeito/a de direitos.

2.5 O pós-ocupa: nada seria como antes

É muito doido ver galera de altas quebradas colar aqui. E tem várias atividades rolando aqui, por exemplo, um cursinho pro ENEM pra galera periférica, é só colar; sua existência é uma conquista. E a coisas que são desenvolvidas aqui. Ele [o CRJ] tá sendo um espaço que tá realmente contemplando a juventude; e como ele funciona, as ações que estão sendo feitas para a manutenção do espaço são uma grande conquista. (...) Então alcança uma galera que procura de rua, as mulheres, a classe LGBT, é um espaço para a galera colar e ter acesso às discussões atuais e importantes. Eu acho que essa é a maior conquista: não adianta fazer um espaço pra juventude que tem que seguir só as resoluções das leis. Porque se fosse isso a galera não ia se sentir contemplada. E eu acho que o massa do CRJ é exatamente a tentativa de contemplar os diversos setores da juventude. (Luísa Nascimento, entrevistada em 29 de julho de 2017.)

Início esta seção com a fala da Luísa Nascimento sobre o público e os projetos que o CRJ tem recebido após a ocupação. Do tempo da saída dos jovens do espaço até a primeira entrevista para esta pesquisa passou-se quase 10 meses, período no qual acompanhei os desdobramentos da ocupação. Nesse tempo, o CRJ foi aberto ao público jovem,

contemplando o que Luísa relata acima; houve uma tentativa de seminário para discutir a gestão do espaço; a representação civil do comitê gestor foi eleita; e um novo seminário foi construído para elaborar o projeto conceitual do CRJ.

Abro um parêntesis para falar sobre essa questão do projeto conceitual. Em 2013, a Prefeitura contratou uma consultoria de Recife, a C.E.S.A.R., para realizar um “diagnóstico” sobre a juventude na capital e o que essa juventude gostaria que houvesse em um centro específico para esse público, formatando um “projeto conceitual” do Centro de Referência. Tal processo, à época, foi muito criticado. Assim como no “almoço de notáveis” as críticas não foram para pessoas convidadas, as críticas a este diagnóstico não foram direcionadas à empresa contratada, mas à forma como a Prefeitura estava realizando o processo: com as obras do CRJ em andamento e, como já mencionei anteriormente, conduzindo a implementação de tal política pública de maneira nada transparente. Fecho o parêntesis.

A proposta era que se montasse um comitê gestor composto pela Prefeitura, pelo Governo do Estado e pela sociedade civil por meio dos coletivos de juventude. Além disso, houve a formação de grupos de trabalho temáticos para que propostas fossem elencadas e encaminhadas a uma audiência pública organizada, dessa vez, pelo Ministério Público uma semana depois. O seminário, chamado *#crjénosso: as juventudes construindo seu espaço* foi pactuado para acontecer nos dias 5 e 6 de agosto de 2016. O seminário trouxe, no primeiro dia, apresentações de casos de experiência em gestão compartilhada que poderiam inspirar um modelo para o CRJ. Além disso, houve a divisão em grupos de trabalho temáticos que ficariam responsáveis em desenvolver ações e estratégias para a construção do projeto conceitual do espaço.



Figura 10: Imagens do #crjénosso, primeiro seminário realizado para a eleição do comitê gestor e para a discussão da gestão do espaço
 Fonte: Bruno Vieira / registro pessoal

No segundo dia, haveria a apresentação dessas propostas e a eleição do comitê gestor, mas isso não aconteceu porque foi um dia de tensões e discussões internas muito fortes. Eu percebia no ar um conflito entre, principalmente, os grupos juvenis ligados a partidos políticos e os/as jovens autônomos. Os/as jovens de partido, em especial a União da Juventude Socialista (UJS, ligada ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB), demonstravam um desejo muito forte por ocupar uma cadeira no comitê gestor. Uma resolução publicada no Diário Oficial do Município datada de 02 de agosto de 2016³⁴ dizia que, para se candidatar a

34 Recuperado de <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1166698>, em 22 de janeiro de 2018.

uma vaga do comitê gestor, era necessário apresentar documentos comprobatórios da atuação da entidade / do coletivo no que tange a ações com juventude, bem como RG e CPF do representante e duas cartas de recomendação de outras entidades. A organização do seminário indeferiu a candidatura da UJS alegando falta de documentos. A UJS, por outro lado, sentindo-se golpeada, convocou todos/as os/as participantes do segundo dia de seminário e abriu uma assembleia com fins de discutir a situação. No momento que cheguei, uma representante da comissão organizadora estava com a palavra, tentando explicar a situação e propondo saídas para a questão – uma delas, a admissão de que a comissão organizadora errou em vetar a candidatura da UJS e propor a inclusão do grupo no rol de entidades votantes. Isso não foi suficiente para acalmar os ânimos, pois mencionei acima que os/as jovens autônomos estavam, de certa forma, incomodados com o que eles disseram ser uma postura agressiva, de querer ocupar a qualquer custo uma das cadeiras do comitê. A própria postura desnecessariamente combativa da UJS foi um combustível para as animosidades – por exemplo, relato a fala de um jovem da agremiação que afirmou, com todas as letras, que somente as pessoas que dormiram na ocupação do CRJ poderiam falar alguma coisa a respeito do CRJ. Isso me doeu profundamente; eu não dormira no lugar, mas acompanhara a questão desde 2011 – não seria eu uma pessoa com certa legitimidade para falar do assunto? Outras pessoas que não dormiram, mas que se somaram à luta, deveriam ser descartadas do processo? Fiquei incomodado, mas ali naquele momento mantive a postura de observador crítico e não pedi a palavra.

Isso que eu relatei ocorreu somente pela manhã; na parte da tarde, as atividades retornaram, mas o clima permaneceu tenso. Uma das jovens, negra e moradora de uma das ocupações urbanas de Belo Horizonte, pediu a palavra e solicitou a retirada das bandeiras que estavam no palco do auditório por não concordar com a partidarização do encontro – as diversas entidades presentes, como UJS, são conhecidas por colocarem suas bandeiras onde elas se encontram; não foi diferente no seminário: várias bandeiras de juventudes partidárias de esquerda, principalmente, estavam abertas e bem visíveis ao público. Na verdade, eu acredito que esse pedido não tenha sido somente de retirar as “bandeiras partidárias”, mas também teria a ver com trazer à tona questões de identidade e identificação que extrapolam o partidarismo. Havia, na minha análise, o desejo de hasteamento de outras “bandeiras”, de lutas mais amplas (como o enfrentamento ao racismo, ao machismo e afins). Esse pedido da jovem para retirar as bandeiras partidárias foi o estopim para uma discussão que culminou em confronto físico. Uma agitação tomou conta do auditório e, rapidamente um dos jovens avessos ao partidarismo de UJS e afins desceu do lugar onde estava no auditório e arrancou as

bandeiras. Tratava-se de um jovem da cultura rastafári, que se identificava como autonomista (sem vínculos institucionais). Depois disso, só me lembro de eu no meio da multidão tentando separar as pessoas: instalou-se uma briga principalmente entre os autonomistas e os partidários. Os trabalhos ficaram inviabilizados e a eleição do comitê gestor foi adiada.

Havia certo receio de que uma reocupação acontecesse – uma fonte que não quis ser identificada, participante dos grupos juvenis, me relatou haver um “medo tácito” de o CRJ ser novamente tomado pelos grupos juvenis, e que tal medo teria contribuído em duas coisas: certa celeridade na resolução das questões e, ao mesmo tempo, boicote a alguns grupos (que participaram diretamente da ocupação) na participação de comissões de trabalho que encaminhariam as questões relacionadas ao CRJ. Interessante notar que tal temor estava situado na Prefeitura, especificamente na Coordenadoria de Juventude, instância responsável pelas políticas de juventude na cidade, mas que pouco incidiu na implementação do CRJ porque a Prefeitura (e o prefeito Lacerda) decidiu criar um cargo de “Gerente do Centro de Referência da Juventude” que era vinculado diretamente ao gabinete do prefeito, num formato institucional que não contemplava a Coordenadoria – que se vinculava à Secretaria de Governo.

Nova data foi elencada para a eleição do comitê gestor: 17 de dezembro. Antecedendo a essa data, a Prefeitura publicou um chamamento público para grupos, coletivos e entidades juvenis (ou que lidam com juventude) para se candidatarem a uma vaga ao comitê. No dia marcado, os representantes dos grupos compareceram ao auditório do CRJ, onde foi feita a escolha; cada um/a apresentou seu coletivo ou sua entidade e, num processo que lembra as conferências, estimulou as pessoas presentes a votar. Lembro que nesse dia a votação ocorreu da seguinte forma: cada instituição/coletivo/entidade poderia votar em três outras instituições/coletivos/entidades, com a exigência de não votar em si mesma. Os três grupos mais votados seriam os representantes da sociedade civil no comitê. Ao final das apresentações, os representantes das instituições/grupos/coletivos foram à urna votar. A contagem dos votos foi feita nesse dia mesmo, de maneira pública e aberta a todos/as os/as presentes – cada representante de grupo acompanhou de perto a apuração.

Foram eleitas três entidades, todas com representação de pessoas periféricas: o coletivo Pretas em Movimento, a Juventude da Coordenação Nacional de Entidades Negras (JCONEN) e o Instituto Tucum, de Santa Luzia. Dessas, apenas uma é ligada a partidos (a JCONEN ao Partido dos Trabalhadores - PT). Há uma diferença entre o comitê gestor agora eleito e aquele outro comitê proposto pelo Governo Estadual e pela Prefeitura em 2013, que é a ampliação da participação da sociedade civil. No formato anterior, a representação da

sociedade civil se limitava aos conselhos estadual e municipal de juventude. Agora, três representações de coletivos fazem parte da gestão do espaço, não havendo somente a participação de entes institucionais.



Figura 11: Registro do dia da votação do comitê gestor
Fonte: Bruno Vieira / registro pessoal

Outro desdobramento da ocupação que enfim foi concretizado é o seminário, que foi realizado em três etapas: Cola no CRJ, Desembola CRJ e Mostra CRJ. O Cola no CRJ foi um evento de um dia, realizado em 1º de abril de 2017, no espaço do Centro de Referência. Aberto a toda a juventude, ao poder público, a grupos e coletivos em geral, seu objetivo principal foi promover uma coleta de informações sobre a percepção dos/as jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre quais tipos de ações, atividades e programas o CRJ deveria conter no seu escopo. Foi o primeiro momento de estabelecimento dos eixos de atuação do CRJ, do seu conteúdo e das suas prioridades. A segunda etapa consistiu no Desembola CRJ, sendo um momento de aprofundamento das diretrizes apontadas no dia anterior. Foi um encontro de dois dias (8 e 9 de abril) e que foi mais restrito: cerca de 100 pessoas – dentre jovens integrantes de coletivos, gestores públicos e especialistas em políticas públicas – se reuniram para esmiuçar as propostas elencadas no evento anterior já indicando as categorias de análise que formatariam os eixos de atuação.

Nos dois eventos foram definidos e estruturados os seis eixos orientadores da política: Arte e Cultura; Trabalho e Renda; Educação; Qualidade de Vida; Direitos Humanos; e Redes, Parcerias e Modelos de Gestão. Cada eixo foi coordenado por um grupo de trabalho que, de abril a agosto, realizou encontros, discussões e debates (presenciais e não presenciais). Esse

momento mais intenso se constituiu como um aquário de criação coletiva que desembocou no terceiro evento da série, o Mostra CRJ. Em 31 de agosto, o evento apresentou a compilação realizada nos meses anteriores das diretrizes e das propostas elaboradas nos grupos de trabalho, no Desembola e no Cola. O documento final, validado no encontro, serviu de base para a construção do projeto a ser executado no Centro de Referência a partir de janeiro de 2018. Certo estou de que isso foi um fruto direto da ocupação – e não somente eu que digo, mas diversas pessoas com quem conversei informalmente e que são, inclusive, da gestão da Prefeitura.



**Figura 12: Registro do Cola (acima) e do Desembola (abaixo).
Fonte: Bruno Vieira / registro pessoal**

Por meio do histórico aqui realizado é possível percebermos as diversas formas pelas quais os grupos juvenis se articulam politicamente. Coloco em evidência o Centro de Referência da Juventude como um estudo de caso que, a meu ver, conforma e comporta diversos tipos de atuação política, tanto pelas vias institucionais quanto fora dela. Entretanto, o mais interessante nessa história é a reorganização interna dos grupos para que realizem a incidência conforme o momento. O acúmulo é um elemento que engrossa o caldo, que contribui de maneira determinante para uma conclusão distinta do que poderia se esperar: se há um grupo, uma rede, uma coletividade que possui trajetória na construção de propostas, na resolução de conflitos, no controle social, isso contribui fortemente para um “encaminhamento encaminhativo”, concreto. No caso do CRJ, o Fórum das Juventudes traz esse acúmulo – mas de nada adianta um grupo acumular experiências se elas não podem ser devidamente compartilhadas com as demais coletividades envolvidas. Além disso, é necessária uma atenção contínua tanto para o perigo do loteamento institucional quanto para a efetividade da gestão participativa, que só faz sentido quando temos uma galera para além do comitê envolvida.

...a ocupação [poderia] ter um ápice e uma saída depois sem conseguir pactuar, por exemplo, a questão do Comitê Gestor, que isso quem trazia era o Fórum. Não era pauta orgânica de outros movimentos a gestão compartilhada. Compreendendo a falência dos mecanismos tradicionais de participação - as conferências, as audiências e o conselho - o que a gente precisava ter uma outra experiência de influenciar por meio da participação as PPJ. (...) Os outros grupos abraçaram e tomaram como pauta própria a gestão compartilhada porque dizia de uma democratização do espaço. Não era só abertura imediata – poderia ter sido assim: abre as portas, mas como é que vai ser? Tinha crítica ao loteamento de espaços, que era a “tendência Lacerda”, que não tá resolvido hoje, que o [Alexandre] Kalil [prefeito eleito em 2016] pode muito bem querer lotear o CRJ se a gente não ficar esperto. O comitê gestor é o espaço que pode ajudar a democratizar, mas ainda é insuficiente. Só com a vitalidade da ocupação contínua dos jovens é que vamos garantir uma gestão realmente democrática. (Áurea Carolina, entrevistada em 13 de maio de 2017.)

A participação institucional, como foi visto nesta trajetória, compreende um dos âmbitos nos quais se dá o ativismo juvenil. Trata-se, neste caso, de um tipo de atuação que foi constantemente ressignificada a partir tanto dos embates entre os grupos juvenis e o poder público como pelas influências políticas e sociais pelas quais nosso país passa nos últimos anos. O estímulo à participação, no caso do Centro de Referência, se deu pelas vias institucionais tanto no momento da proposição quanto na negativa do poder público em conceder acesso à participação da construção do equipamento. De alguma forma, podemos dizer que se o poder público age estimulando a participação, isso é bom; se ele age desestimulando a participação, isso também é bom, pois promove um sentimento de contestação que é canalizado por meio do ativismo que se manifesta de diversas maneiras. No

próximo capítulo, pretendo lançar mão de algumas lentes que podem nos ajudar a perceber o ativismo e suas facetas. Lançarei mão de algumas categorias de análise, como a “subjetividade ativa” proposta por María Lugones, que entende a resistência como um movimento não apenas reativo.

3. RESISTÊNCIAS, EXISTÊNCIAS E INSISTÊNCIAS: CORPOS JUVENIS NA PRÁTICA POLÍTICA

Nesta seção, pretendo fazer uma análise da trajetória de luta pelo Centro de Referência da Juventude aludindo a como o movimento em torno do equipamento se configura, no âmbito do ativismo juvenil, como um processo de resistências subjetivas frente a um trâmite objetivo. É possível que mais atenção aqui seja dada à ocupação (3º momento) por ter sido o processo que, a meu ver, acelerou a retomada do equipamento pela juventude mais como um desemboque de todo um processo político anterior que como um fato isolado. O que se vê hoje do lugar, que é frequentado por uma juventude múltipla e diversa, é fruto da batalha empreendida e iniciada no dia 23 de maio de 2016 cujo repertório vem de antes.

É possível que visualizemos o ativismo juvenil por um prisma que perceba a organização dos grupos, coletivos e redes por meio de significantes comuns que os/as jovens trazem em seus repertórios pessoais e subjetivos (Delgado Salazar & Arias Herrera, 2008). Como visto no capítulo anterior, houve uma diversidade de sujeitas/os, de grupos, de redes, de pessoas envolvidas no processo de ocupação do CRJ. Há, dessa feita, um significante-mor comum que os une, que é o equipamento público construído, mas podemos visualizar também outros significantes que reúnem esses jovens. A incidência política realizada pelos grupos de juventude para fomentar debates sobre o Centro se dá em âmbitos distintos, mas complementares.

O âmbito da participação institucional se dá de maneira mais forte em 2006 por meio da conferência. Entretanto, reflexos de uma contemporaneidade mais fluida contribuem para o surgimento de intervenções como a Praia da Estação, manifestação surgida em janeiro de 2010 que, a princípio, contestava um decreto do prefeito Márcio Lacerda que proibia eventos na Praça da Estação, situada no Centro de Belo Horizonte. Surgida de maneira espontânea, a movimentação encabeçada por jovens da cidade consegue derrubar o decreto, sentido inicial da sua existência; mas, além do decreto, o evento – que basicamente consiste em as pessoas irem à praça trajadas como se estivessem na praia, com canga, sunga, short, protetor solar, biquíni etc. – se somou ao calendário político da cidade ao propor de maneira festiva a discussão política sobre ocupação dos espaços públicos. Ainda que manifesta no âmbito do lúdico, a Praia da Estação – horizontalizada na sua organização e um para-raios de pessoas de tudo quanto é espectro político – reflete ao mesmo tempo um “descrédito” à participação institucional (ou, talvez, uma ressignificação dessa participação).

Entretanto, o respeito aos grupos de juventude em relação aos processos formais de

participação e incidência não foi um valor compartilhado pela Prefeitura. Com todo um contexto já anteriormente mencionado de sentimento de não representatividade, com cada vez mais vontade da juventude promover uma democracia direta e influenciar diretamente a política pública, o espaço se converte numa ocupação, numa reivindicação radicalizada por um instrumento político que já era da juventude desde o começo.

3.1 Ocupar e Resistir: subjetividade ativa como parte do rolê

O elo que une #YoSoy132, Revolução dos Pinguins, Jornadas de Junho e a luta pelo Centro de Referência da Juventude, a meu ver, está no binômio ocupar-resistir. Nos processos políticos contemporâneos que lutam por mudanças sociais, essas duas palavras de ordem representam um questionamento à ordem vigente, ao *status quo*. Os/as jovens, de alguma maneira, estão constituindo uma forma de ativismo que converge em formas de gestão e organização que não reproduzam o adultocentrismo, caso da experiência da ocupação do Centro de Referência.

Dentro de um contexto de profunda descrença com os âmbitos decisórios formais da política (como Câmaras, Congressos, Assembleias Legislativas), vistos como simulacros (fingimentos) de processos democráticos e representativos, temos uma atuação juvenil criativa que ressignifica constantemente o fazer político. A resistência empreendida pelos grupos juvenis envolvidos na pauta do Centro de Referência da Juventude são ecos de um conjunto local e global de forças e mobilizações que se apresentam como contestatórios da ordem vigente (capitalista, neoliberal, adultocentrada). Os esforços na constituição da ocupação do CRJ remetem aos desafios empreendidos pelos/as estudantes secundaristas que promoveram diversos movimentos em 2015 e em 2016. Em São Paulo, os/as discentes questionavam as medidas do governo de “reorganizar” o Ensino Médio por meio de fechamento de escolas. Foi uma forma de protestar contra a “reorganização”, que era empreendida pela Secretaria de Educação sem diálogo com os principais afetados: as famílias e os estudantes (Januário *et al.*, 2016). Em Goiás, alunos/as ocuparam 27 colégios como forma de se contrapor ao novo modelo de gestão proposto pelo governo estadual, que transferia a administração das escolas para Organizações Sociais – o que configura, na prática, uma terceirização da administração (Agência Brasil, 2016). No Paraná, cerca de 300 escolas foram ocupadas como protesto à reforma do Ensino Médio em curso pelo governo Michel Temer – a medida, editada pelo mandatário da presidência, previa alterações no conteúdo do antigo Segundo Grau que não foram debatidas profundamente com movimentos estudantis, especialistas e com as escolas

afetadas (El País, 2016).

No que tange ao conjunto local, os enfrentamentos com a prefeitura municipal que remontam à gênese da Praia da Estação; a retomada do Carnaval de Rua como uma forma de protesto-festa, que reivindica pela livre utilização dos espaços públicos na cidade; a constituição de um movimento chamado “Fora Lacerda”, que aglutinou diversos atores e atrizes sociais dos movimentos sociais belorizontinos (como movimentos da cultura, pela moradia digna, dos usuários do transporte coletivo) contra a gestão privatista da cidade; a repercussão das Jornadas de Junho ocorridas na cidade, que resultam na construção de grupos de trabalho que tinham por objetivo dar materialidade às reivindicações das ruas (como o Tarifa Zero, movimento social surgido do grupo de trabalho que discutia mobilidade urbana); todo esse cenário foi um caldeirão para que, em nível municipal, a ocupação do Centro de Referência se fizesse ecoar pela cidade e pela sua região metropolitana.

O processo de ocupação (da) política não acontece somente quando um grupo se estabelece fisicamente em um prédio, em um edifício, em um lugar. No âmbito da política, esse lugar (esse lócus) é tanto objetivo e concreto quanto subjetivo e abstrato. Na análise aqui empreendida, posso dizer que os grupos juvenis “ocupam” o CRJ desde 2006, quando o prédio sequer existia. O fato de estarem articulados³⁵ para construir uma política que eles acreditavam à época ser fundamental para a juventude metropolitana já nos diz de algo que não se refere somente às práticas mais recentes de se fazer política. Ocupar espaços institucionais, no que tange à participação formal – mesmo sendo um espaço chato e enfadonho –, é uma forma de atuação que é tão importante quanto a ação direta. A presença de jovens que em 2006 propuseram o CRJ foi determinante para que, pelo menos no papel, o Centro tomasse forma. Desde sua propositura, mas mais intensamente a partir de 2011, a ocupação de espaços institucionais foi a estratégia de resistência dos coletivos face à opacidade governamental. Foram cinco anos de uma incidência que não resultou em uma ação direta na época, mas conformou e subsidiou politicamente a ocupação que viria em seguida.

Fato é que tivemos, em 2016, 28 dias de #OcupaCRJ marcados por diálogos, enfrentamentos e mobilizações tanto no âmbito externo quanto internamente. Um dos objetivos da ocupação era o comprometimento do poder público por uma gestão do espaço que pudesse ser colaborativa e com articulação constante com a sociedade civil. Dentro da ocupação isso já era prática por meio da autogestão, forma de organização que se dava pelos jovens com os jovens, buscando o mínimo de influência dos poderes institucionalizados. A

35 Engajados e organizados são termos que necessitam revisão, pois podem remeter a formas tradicionalistas e rígidas de atuação política.

busca era por uma implicação geral e coletiva pela manutenção do espaço, evitando uma “a-gestão”, um comprometimento zero por parte dos/as ocupantes.

Dentro de uma ocupação, aconteceu tudo o que tinha que acontecer, é isso. Quando você vai tramar em coletivo, construir alguma coisa em coletivo, é realmente um desafio. E por ser juventude nós temos muita fome e muita sede de construir, de fazer, às vezes não sabe como e vai descobrindo na marra, assim. Acho que essa coisa de se perceber, de se perceber no coletivo, de ver... Esses pontos relacionados aos privilégios, aos direitos, acho que vem muito desse trabalho em coletivo, por perceber e problematizar essas coisas. (Luísa Nascimento, entrevistada em 29 de julho de 2017)

Para isso, Milena Badu relata que o formato de grupos de trabalho foi uma saída para que houvesse uma organização mínima, mas sem hierarquizações entre os grupos. Essa organização interna é fruto de intensas negociações e tensões – muitas delas visando não só conter os conflitos externos (com a Prefeitura e a Guarda Municipal, que queriam expulsar os/as jovens nos primeiros dias de ocupação), mas também dirimir as tretas internas.

O CRJ é enorme, aí numa assembleia que participei a gente decidiu criar GTs [grupos de trabalho]. Tinha comunicação, limpeza, portaria, segurança de noite e de dia, cozinha... Foi tudo autogestionado. E teve uma galera que começou a fazer programação, não era um GT, mas convidava artistas independentes para ocupar o espaço. E o nosso dia era assim: a gente acordava, fazia o que tinha que fazer e depois quem saía para trabalhar saía e voltava... (...) Tinha essa preocupação [de ter critérios de raça, gênero etc.], mas foi tudo brigado, não foi conversado... Porque tinha homem que não sabia dar uma descarga, sabe? Aí a gente falava “parça, se você não der descarga não vai ter ninguém pra dar descarga pra você”; se você não limpar seu espaço ninguém vai limpar, porque rolou essa coisa de mulher na cozinha, homem sem fazer nada... Aí a gente fez a sugestão de cuidar cada um do seu espaço, porque a gente tava virando mãe dos caras que estavam lá. (Milena Badu, entrevistada em 05 de agosto de 2017.)

Dentro desse processo que Milena relata, é possível perceber uma contestação a uma hierarquia social dada, de que às mulheres cabem um tipo de tarefa e aos homens, outra – ou nenhuma no que tange ao seu comprometimento pessoal com o espaço. Questões de gênero, raça, orientação social e outros marcadores ficaram evidentes dentro do processo da ocupação, como abordo a seguir.

O corre era diário: participar de uma ocupação não está apenas no âmbito do divertimento, do oba-oba. Ela é sempre “o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado” (O Mal Educado, 2015, p. 02). Uma ocupação não ser uma festa porque um embate diário tem que ser empreendido contra o poder público e o poder da mídia, que apresentam os/as jovens manifestantes como “vagabundos que não querem estudar” (Januário *et al*, 2016, p. 12). Stefani Stradioto confirma esse argumento, relatando que estar numa ocupação significa uma luta cotidiana de sobrevivência da própria movimentação, do próprio rolê político reivindicatório.

A gente não tava lá só de férias, de colônia de férias. Colônia de férias que você não come, que você não sabe a hora que você vai comer porque depende tudo de doação, do seu corre para você e para mais 100 pessoas... Que você acorda todo dia 8 horas da manhã para poder debater o que a gente vai fazer junto no espaço... (...) Tudo era dividido. Desde a galera que fazia o rango até a limpeza. A gente decidia tudo na plenária. Na questão da representatividade, foi uma questão de proatividade. Não teve uma vez que tinha só mulher na cozinha, até porque a gente não ia deixar isso. (...) Em todos os atos que rolou lá a gente se organizou em equipes. Foi uma organização sem dificuldade de fazer, mas com dificuldade para manter. Cumprimos com diversas demandas, como segurança e tal. (Stefani Stradioto, entrevistada em 21 de abril de 2017)

A disputa por uma boa convivência, na qual todas as pessoas ocupantes se tornem igualmente implicadas na manutenção do espaço, é um fator de coesão interna à ocupação. E quando não há esse comprometimento as tensões aumentam. Uma ocupação é um espaço no qual as tensões sociais podem se agravar porque se torna um lugar restrito, onde a convivência cotidiana pode despertar e revelar processos e relações sociais que ocorrem fora dela. O episódio que Stefani nos relata tem bastante a ver com essa configuração conflituosa: para poder enfrentar os machismos que aconteciam lá dentro, ela recorreu a um método simples, porém eficaz.

Lá teve uma hora que eu tive que colocar cartaz. Querendo ou não, nossa cultura é estupidamente machista. E no CRJ não era diferente: a juventude é machista, transfóbica, racista... Então temos que começar a questionar o amiguinho sobre se isso que ele faz é interessante. Muitas vezes eu vi uns caras olhando pras minas de uma forma nada confortável. Ela não é um pedaço de carne. As coisas me incomodavam, como falas machistas. Nas batalhas de MC que fazíamos lá dentro, altos caras mandavam várias coisas machistas (“cê faz rap igual uma mina”, e tal). (...) Começamos a falar não só do machismo sexual, mas outras formas onde ele tá infiltrado. Eu comecei a fazer esses cartazes pra todo mundo: pra meus amigos que falam merda, pra quem eu não conheço que fala merda e pra quem eu não conhecia já se politizar e dizer que não é assim que resolve as coisas. E era um machismo tão bosta que eram coisas como a cor do batom da mina, a roupa da mina... Ela quer te dar e tal... (Stefani Stradioto, entrevistada em 21 de abril de 2017.)

Tanto na fala de Milena quanto na de Stefani é possível perceber traços de uma resistência que visa enfrentar algum tipo de “poder” configurado a priori, que parte não tanto de um “saber como resistir”, mas “saber a que resistir”. A ação de Stefani se apresenta no âmbito público sem se configurar e se estruturar como um evento, um momento – como uma assembleia, por exemplo. Acredito que tais ações, irrisórias do ponto de vista do senso comum e não organicamente estruturadas do ponto de vista político tradicional, podem se apresentar como uma resistência, e esta se projetar no campo político como ação política. Se numa primeira mirada colar cartazes não parece uma atitude política/politizadora, consideremos o entorno: estamos falando de uma ocupação, com jovens de formações sociais, políticas e culturais distintas e diversas, que se convergem num espaço de convivência a fim de (pelo menos a priori) lutar por uma pauta comum. A questão do contexto onde se dá a resistência é importante, porque é isso que nos fará compreender o seu processo, as suas

motivações, o seu procedimento (*modus operandi*).

Resistir é um verbo cujos sinônimos são não sucumbir, não ceder, conservar-se firme a alguma situação. Se uma pessoa resiste, ela resiste a algo, a alguém – daí, não existe resistência no vazio. No âmbito da política, resistência pode ser compreendida como a possibilidade de enfrentamentos múltiplos, diversos e não definidos a priori em face de um poder dado, de uma hierarquia ou de uma opressão previamente estabelecidas. Não se trata necessariamente de uma reação, de um enfrentamento direto, mas de um *processo criativo de existência dentro da negação de presença*. Se aos/às jovens lhes é impedida a participação na construção da política pública chamada Centro de Referência da Juventude, a resposta a essa situação não está apenas na reação ao impedimento, mas na criação, na inventividade de forma que interferem, direta ou indiretamente, nessa interdição. O poder exercido contra a juventude é adultocêntrico e a resistência empreendida a esse poder é construtora, capaz de estabelecer narrativas para subverter ou minimamente interferir, enfrentando abertamente o poder (Marcial, 2013).

Esse processo se relaciona com o que María Lugones chama de subjetividade ativa, uma forma de captar o mínimo agenciamento daqueles e daquelas que resistem a opressões várias e que cuja subjetividade é reduzida pelas compreensões hegemônicas que tendem a apagar qualquer possibilidade de agência sobre si próprio/a.

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. (Lugones, 2015, p. 940)

A questão aqui colocada se refere a o que é considerado como resistência. Absorvendo uma discussão enveredada por Alberto Quijano sobre a colonialidade³⁶ do poder e do saber, Lugones intersecciona tal discussão com sua teorização sobre os processos de opressão de

36 A vertente dos estudos sobre colonialidade se embasa em pesquisas que vislumbram como as formas de poder exercidas pelos colonizadores ibero-americanos na América Latina até hoje nos afetam. A principal discussão é entender como os exploradores portugueses e espanhóis, ao impor suas sabedorias e seus modos de compreender o mundo, geraram impactos subjetivos e objetivos nas relações sociais, de poder e de produção do conhecimento por aqui. A colonialidade seria uma perpetuação da colonização propriamente dita, que determinou hierarquias e opressões em diversos âmbitos da sociedade. Pode ser que tenha a ver, de maneira grosseira, com o “complexo de vira-lata”, expressão brasileira que se remete à forma como nós, brasileiros/as, tendemos a valorizar o que é do exterior (leia-se EUA e Europa) e desmerecer o que produzimos internamente.

gênero para poder tecer uma (nova) inteligibilidade epistêmica sobre esses processos de desigualdade³⁷. A resistência empreendida pela juventude nos seus processos de militância se situa numa tensão entre “sujeitificação” – a formação do sujeito – e a “subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento para que a relação opressão \leftrightarrow resistência seja uma relação ativa” (Lugones, 2015, p. 940), sem a noção moderna de que o sujeito tem que ter ciência completa do seu agenciamento. A resistência se pauta por “interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial”, interações não exclusivas às relações sociais, mas a toda a “vida social entretecida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades” (Lugones, 2015, p. 936). Dentro de tal perspectiva que visa elucidar esses processos de resistência, pautam a importância de se verificar e reconhecer as múltiplas e heterogêneas reações de sujeitos às diversas formas de subalternização – pois, identificando-as, conseguimos minimamente visualizar tensões, embates, confrontos e tentativas de “des-subalternização” (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016). Na experiência que Milena teve na ocupação, a subjetividade ativa se manifesta na sua autoconsciência de até onde ela consegue agir, influenciar, atuar.

Eu acho que foi mais de observar as coisas e interferir até onde eu podia. Eu não podia salvar todo mundo lá dentro e nem tinha diálogo com todo mundo. Então o que eu fazia era dialogar com quem eu conseguia... As assembleias começaram a ser muito maçantes e desgastantes, eu nem sempre ia nelas porque às vezes começava 8 horas e terminava 2 da manhã, e era um assunto só... Tipo alguém que pegou comida de alguém de madrugada... Então eu mais observei, tentar cooperar com o que eu pedia. Nas redes [da internet] eu pedia ajuda com arrecadação de doação e foi assim que tentei atuar, porque até então eu nunca tinha participado de uma ocupação. Eu fui aprendendo mais que me posicionando. (...) [A ocupação como ação política] funciona, mas tem que ter um direcionamento. Se a galera não tiver isso, a galera se perde muito fácil: qual é o propósito? É fazer com que isso aqui se torne o quê? Vai ser só um espaço que vamos expor arte ou vamos fazer curso? E por mais que as assembleias fossem chatas eram muito importantes para a nossa convivência. A ocupação é uma militância visível, na fala a gente não vê as coisas acontecendo. Quando vemos um espaço sendo reconstruído, é isso, uma militância visível, sabe? (Milena Badu, entrevistada em 05 de agosto de 2017.)

Esse aprendizado político, talvez a conta-gotas, é um exemplo que traz em seu bojo a noção de ação política não apenas como um ato radical, explosivo, mas também como algo que pode ser construído a partir de si para o outro dentro do cotidiano de vivências. Isso se contrapõe à noção de “protagonismo juvenil”, que é calcada na individualização do sujeito e que parte de um paradigma neoliberal que foca no indivíduo e não na coletividade da qual o sujeito faz parte. Essa concepção individualista pode ser situada também como uma resultante

37 A principal crítica ao texto de Quijano é o fato de ele não elencar as relações de gênero como parte do processo de construção da colonialidade, dando foco somente na raça. Não que ele esteja errado, mas sua análise se torna incompleta ao tocar de maneira superficial nas questões entre homens e mulheres, porque nesta relação também existe todo um processo subalternizante que não pode ser esquecido.

do processo do esvaziamento semântico dos termos “participação” e “empoderamento”, somado a uma concepção individualizante da ação política e a um apaziguamento dos conflitos. Como apontam Udi Mandel Butler e Marcelo Princeswal, essas palavras tiveram seus significados originais, relacionados com o engajamento crítico e com a problematização das relações de poder, esgotados por conta do demasiado uso delas por agências governamentais ou multilaterais e ONGs. Principalmente no que tange à participação, temos que perceber suas dinâmicas como históricas, “que dependem das normas de sociabilidade, de formas de organização social, de inovações tecnológicas e dos específicos contextos culturais que incluem valores e ideais, crenças, símbolos e rituais” (Butler & Princeswal, 2012, p. 106). Essas dinâmicas históricas, devidamente contextualizadas, nos darão insumos para compreender os diversos processos de resistência e atuação política.

3.2 As insistências (das) feministas na oKupação³⁸ da política

Disputas por uma sociedade menos injusta se configuram, a partir de tais relatos, em âmbitos micro e macro políticos, em instâncias privadas (particulares) e públicas. Retomamos a tônica feminista de “o pessoal é político”, de que o âmbito interno e o externo são amalgamados, unidos por uma liga social que preserva as nossas particularidades enquanto sujeitos, mas ao mesmo tempo nos projeta na sociedade enquanto seres dessa coletividade. O ambiente da ocupação, externamente, reivindicava uma política pública digna para a juventude; internamente, enfrentava seus próprios demônios por meio de reformulações e questionamentos internos. As ocupações (assim como outros espaços de convivência coletiva) têm se tornado microcosmos de experiência de novas relações, tratos e combinados, objetivando expurgar os ranços colonialistas (machistas, racistas, lgbtfóbicos) da ação política. E a politização, nesse sentido, não precisa ser formal ou formalizada.

O processo de ocupação tem muitas camadas. Eu às vezes fico focada no institucional, de implicação para a democracia no sentido geral. Mas para ser sustentável institucionalmente precisa ser uma democracia que vem da convivência, e a convivência é enfrentar todas as opressões que nos atravessam. Por isso que a centralidade das lutas feministas, antirracistas, contra homofobia, transfobia, veem nas ocupações como um microcosmo da convivência, das pessoas trazendo uma discussão estrutural, sistêmica, das violências, para as relações de intimidade, de construção política num pequeno espaço que diz desse sistema. E aí as mulheres são as líderes fundamentais sem dúvida nenhuma. (Áurea Carolina, entrevistada em 13 de maio de 2017.)

38 Segundo Igor Oliveira, os coletivos de juventude de tendência anarquista utilizam a letra K na grafia das palavras para simbolizar posições antagônicas e de enfrentamento. e de contestação. Seria uma forma de provocar um estranhamento, um incômodo às normas da sociedade, das instituições e afins (Oliveira, 2012).

O espaço da ocupação, dessa forma, constitui-se num ambiente de disputas as quais são fundamentais para a política. Isso foi fundamental também para a desconstrução da percepção negativa sobre o que é “política”, no sentido mais amplo – para além do arraigado conceito de que política é coisa de político safado, ou que é somente espaço de poder.

... os embates vinham do lugar da falta de compreensão da pólis, porque os meninos falam de política e pensam nesse lado vicioso, de poder. Por exemplo, o próprio termo gestão compartilhada: umas pessoas sabiam, outras não. A gente entendeu que a gente precisava trocar experiência. E, além disso, troca de experiência para coisas mínimas. Você tinha pessoas que sabiam pensar estratégias para pressionar a Prefeitura a partir de entendimento de como a gestão pública funciona; outras pessoas não tinham, mas essas que não tinham a gente também precisava delas para garantir a participação. O período da ocupação mesmo tenso foi riquíssimo para todos nós. (...) foi tendo uma compreensão de uma nova construção política, que aquilo que todos nós chegamos ali e entendemos como política era equivocado. Em algum momento meu entendimento era equivocado, o de alguém era equivocado diante a realidade que tínhamos de juventude pensando pautas de juventude. (Paola Abreu, entrevistada em 19 de maio de 2017.)



**Figura 13: Manifestação secundarista em São Paulo / SP.
Fonte: Marlene Bergamo/Folhapress – 15/11/2015**

A foto acima foi tirada durante o movimento de ocupação das escolas estaduais contra a reforma educacional empreendida pelo Governo do Estado de São Paulo. A imagem de uma garota negra, aliada com a reunião descrita nos parágrafos anteriores, me fez refletir sobre a participação das mulheres nos movimentos de juventude e, mais do que isso, sobre como elas (por meio do feminismo) incidem sobre a condução própria de tais movimentos, provocando enfrentamentos cotidianos ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo (Menezes &

Rodrigues, 2014).

A motivação e a participação das jovens mulheres no exercício de se colocarem enquanto sujeitas atuantes pode ser atribuída à construção de “marcos de interpretação” pelos quais elas estabelecem formas de agir politicamente. São elementos compartilhados que se fazem presentes nas narrativas dos grupos juvenis “que orientam e definem o horizonte e a justificativa de suas ações, bem como sustentam a celebração de alianças e acordos entre diferentes grupos, organizações e movimentos sociais com quem estabelecem propósitos comuns³⁹” (Delgado Salazar & Arias Herrera, 2008, p. 279. Tradução minha.). O exemplo dos cartazes de Stefani vai ao encontro de tal raciocínio, pois tratam de uma ação que questiona, além do processo macropolítico instalado, os seus próprios processos internos de opressão (conscientes ou inconscientes). Questionamento a comportamentos machistas, racistas, homofóbicos e afins estão “ocupando a ocupação” numa proporção tão importante quanto as pautas que, em tese, unem todos os outros manifestantes.

Nas assembleias eram as mulheres que direcionavam as ações. Só que sempre aconteceu um silenciamento muito grande: quando não era de um homem com uma mulher, era de uma mulher branca com uma mulher preta, e uma galera que tinha discurso igualitário, que achava que o machismo não estava acontecendo ali dentro, que era coisa da nossa cabeça, que tava todo mundo de boa, sabe? Esses conflitos foram todos resolvidos por mulheres e mulheres negras, que deram o norte. No final das contas os homens que estavam lá também não eram muito informados. Eram muito machistas, mas não eram os “desconstruídos da porra”. E a gente tinha que trabalhar com isso, que se não a gente não ia conviver. (Milena Badu, entrevistada em 05 de agosto de 2017.)

Enfrentam as mulheres jovens, dentro das movimentações políticas juvenis nas quais atuam, um esforço no enfrentamento à dicotomia público/privado, que diz de uma ordem dada sobre quem deve frequentar os espaços públicos e quem deve permanecer na órbita da casa. Retomando as análises de Rousseau sobre o pacto social, Carole Pateman observa tal dicotomia a partir de um contrato estabelecido entre homens (os indivíduos do sexo masculino) e o Estado, nos quais os homens abrem mão, “fraternalmente”, de certos direitos “naturais” para o Estado, a fim de estabelecer certa harmonia social (Curiel, 2013). Mulheres (as indivíduos do sexo feminino) não participam de tal pacto e apenas se submetem a ele porque se encontram em condição de pré-cidadania, sem autoridade sobre si mesmas. Pateman percebe que o contrato sexual é o que embasa tal contrato social a partir da dicotomia entre o âmbito público – acessado pelos homens – e o âmbito privado, restrito às

39 No original: “Es de notar que estos elementos compartidos que se hacen presentes en las narraciones de las y los jóvenes paulatinamente se convierten en sus referentes de fundamentación que orientan y definen el horizonte y la justificación de sus acciones, como también sustentan la celebración de alianzas y acuerdos entre diferentes grupos, organizaciones y movimientos sociales con quienes establecen propósitos comunes.”

mulheres. Esse contrato impede que haja participação política e cidadã das mulheres e explica a pouca quantidade de mulheres na política em geral. Como mostram Menezes e Rodrigues (2014) em seu estudo sobre mulheres jovens no *hip hop*, tal dicotomia exige enfrentamentos cotidianos, pois “as ordens morais de sexo/gênero presentificam-se das mais variadas formas” (p. 706), porque tal espaço é um campo hegemonicamente masculino. Não só o *hip hop*, mas “a rua” em geral é dos homens. A nós, nos foi dado o público, a rua, a circulação; a elas, o privado, a casa, a restrição.

Entretanto, apenas a divisão entre público e privado não dá conta de compreender as questões relacionadas ao enfrentamento das opressões de sexo/gênero, pauta primeira do feminismo. Ochy Curiel observa que foi graças a essa vertente feminista, que ela chama “feminismo liberal” – ou também “feminismo hegemônico” –, que muitas mulheres desnaturalizaram a relação histórica de subordinação e conseguiram participar do âmbito público tal como os homens (Curiel, 2013). Em uma perspectiva crítica, Curiel (2017) percebe o caráter universalizante dessa vertente, que colocava todas as mulheres como vítimas de um mesmo tipo de opressão patriarcal – melhor dizendo: sob essa noção, o patriarcado é único, homogêneo e atinge as mulheres (como uma categoria universal/única) de maneira igual. As propostas de saída desse patriarcado passariam pela constituição de espaços estritamente femininos, uma separação política, ambientes construídos apenas por mulheres, fora do referencial masculino. Mas Curiel questiona até que ponto esse separatismo não é “um lugar de gente branca, privilegiada de classe, que podem lograr um tipo de autonomia desse tipo” (Curiel, 2017, *online*). Ao encontro de tal argumento, convido para a reflexão de, ao estudarmos e analisarmos a categoria juventude, que tenhamos atenção à importante articulação entre raça, classe, sexo e poder também entre jovens, de forma a revelar como as estruturas de uma sociedade dominante (Cardoso, 2014) são reproduzidas por esse grupo etário. Creio haver em curso, por meio das jovens feministas, uma construção de um trilha político juvenil pelo qual se enfrenta as opressões e se propõe novas formas de sociabilidade e convivência para todas as mulheres – afro-latino-americanas, como diria Lélia González:

É inegável que o feminismo como teoria e prática tem desempenhado um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas perguntas, não só estimulou a formação de grupos e redes, mas desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar sua análise em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento de nossas lutas como movimento. (González, 1988b, *apud* Cardoso, 2014, p. 974)

A saída, dentro de uma perspectiva que visa desnaturalizar as relações sociais impostas, está em compreender as múltiplas relações e opressões que nos perpassam enquanto sujeitos, opressões tais originadas pelas relações coloniais de poder, de saber e de ser e que nos deixaram profundas sequelas. Não seria mais o caso de se pensar em uma política de identidades, mas em identificações (Aguilera, 2016) e em propostas de transformação social que visem o fim das desigualdades sociais por meio do fim das opressões produzidas (Curiel, 2017). Stefani, por exemplo, foi estudante de um projeto chamado Oi Kabum!, uma escola de arte e tecnologia que existia no espaço físico do PlugMinas⁴⁰, ao lado de outros projetos de formação juvenil. Lá havia também o projeto Valores de Minas⁴¹, que teve em 2015 sua continuidade ameaçada, o que levou os/as jovens a se mobilizarem contra o seu fechamento ocupando o local (O Tempo, 2015). Stefani não era integrante do Valores de Minas, mas se solidarizou com a causa e passou a integrar o *Fica Valores*, nome pelo qual ficou conhecido o movimento reivindicatório pela manutenção do programa. Ela fez parte de um movimento que pleiteava a continuidade de um projeto do qual ela não fazia parte.

Quando eu fui participar do CRJ, eu fui porque todos os meus amigos estavam indo. A informação chegou para mim pelo Facebook. A galera mandando que tava ocupando, que os Guardas Municipais não estavam deixando, aí eu disse “demorô, é nós”. E tem uma coisa muito doida aqui em BH que hoje eu faço parte do Valores de Minas, mas eu nunca participei do Valores de Minas. (...) quando estudei na Kabum, conseqüentemente conheci as pessoas do Valores de Minas. Eu já tinha amigos em comum lá antes de entrar. E foram as mesmas pessoas que ocuparam o CRJ comigo foram as pessoas que participaram da ocupação do Valores... Eles tinham consciência política de ocupação (...) Tínhamos ocupado o Valores antes e aí rolou o CRJ, fomos todo mundo. (Stefani Stradioto, entrevistada em 21 de abril de 2017.)

Isso pode confirmar o que estou tentando dizer sobre novas práticas, novos formatos de atuação/ativismo que não passam por um vínculo necessário, por uma institucionalidade compulsória – e também pela questão identitária: Stefani não precisava *ser* do Valores de Minas para *defender* o Valores de Minas. Não quer dizer apenas de um lugar que o outro vai defender a causa por mim, mas comigo. O que me leva a refletir sobre as formas contemporâneas de participação nas diversas lutas sociais, da necessidade de focalizarmos ambígua e simultaneamente a identidade e as identificações como essenciais ao processo político. O debate se situa não na negação da identidade tampouco na sobrevalorização da

40 Centro de formação e experimentação digital voltado para a juventude, em cuja estrutura há diversos núcleos que estão no mesmo espaço físico. Os núcleos têm parceria de empresas privadas e instituições da sociedade civil para desenvolverem suas atividades. A Oi Kabum era uma escola de tecnologia e de audiovisual encabeçada pela empresa Oi de telefonia e pelo seu instituto de responsabilidade social, o Oi Futuro.

41 Núcleo do PlugMinas que oferece a jovens aulas de arte em diversas linguagens, além do estudo em disciplinas teóricas como Literatura, Filosofia e Linguagens.

identificação (que é fluida e que ocorre de acordo com o momento).

Uma política de identidades tem como foco presumido a constituição a priori de atributos culturais que tendem a uniformizar os sujeitos. Em um primeiro momento ela é deveras necessária para a reivindicação pessoal e coletiva de indivíduos principalmente no que tange à busca de direitos, mas sua universalização é precária. Ter apenas a identidade como processo de consciência de si enquanto sujeito alocado num coloide social é um imperativo da modernidade que busca no ser o “seu cerne imutável e constante, do que nos mantém na segurança da mesmice e nos protege dos caos, da loucura, da irracionalidade, da ilusão, da diferença e da mentira” (Magro, 2003, p. 15). Dentro disso, como fica o debate geracional nas relações entre jovens militantes e não jovens que apoiam o movimento? Como podemos realizar um debate entre pessoas de diversos setores sociais que se encontram afins a uma luta? Sobre isso, Milena e Fernanda fazem dois relatos complementares sobre a questão geracional na ocupação: Milena afirmando que só foi ocupar porque os mais novos tinham legitimidade nas decisões e Fernanda ponderando que, por ser mais velha, se sentiu sem abertura para participar de alguns processos lá dentro.

Inicialmente era para eu passar duas horas no CRJ, eu não fui com a cabeça de, tipo, vou ocupar o espaço. Só que acabei ocupando o espaço pela forma de diálogo que o espaço acolheu, porque foi o único espaço aqui em BH que eu tinha visto que não tinha a galera da antiga militância, mas a galera que chegou agora, que tava conhecendo e construindo, era um espaço nosso e que a gente estava mapeando as coisas... Porque aqui tem essa cultura de os mais velhos falam e os mais novos não têm legitimidade, e dentro do CRJ os mais novos tinham essa legitimidade dentro das assembleias. (Milena Badu, entrevistada em 05 de agosto de 2017.)

Dormi algumas vezes, mas em momentos eu senti que estava muito difícil para mim, especificamente, participar, porque eu não era jovem mais, eu era branca, classe média alta, e isso incomodava eles, eu percebia. Mas a minha participação foi mais nas oficinas: fizemos uma discussão sobre gestão compartilhada, fiz uma oficina com eles de audiovisual e fizemos um minidocumentário para discutir como a ocupação funcionava. Todo esse processo foi feito com eles e minha participação era mais pontual nas formações. Chegou um momento que pra mim ficou bem difícil de participar. Primeiro que tava muito pesado e segundo que não tinha abertura para mim, tinha jovens dormindo lá e eles se sentiam com mais direito de decisão. Eu boto fé e respeitei isso. (Fernanda Godinho, entrevistada em 04 de maio de 2017.)

O que dizer desse conflito geracional? Que devemos retornar ao debate identitário e dizer que só pode falar de jovem quem é jovem? Ou propiciar espaços para que o pessoal mais velho também possa contribuir com a luta? Por um lado, quando se fala em deixar a juventude falar por si própria, é uma forma de contestar a ordem adultocrática imposta socialmente que considera o jovem um “vir a ser”, um cidadão em formação, um potencial adulto. Por outro lado, negar a participação de pessoas fora da faixa etária juvenil pode se conformar, também, numa reafirmação do particularismo identitário sobre a juventude –

etário ou simbólico. Compreendo a necessidade de o/a jovem estar na linha de frente, na ponta da atuação enquanto sujeito político, e se representando nos espaços de poder. Mas, ao mesmo tempo, penso numa configuração de como é possível conseguirmos aliados à luta que são não jovens, que irão se somar à empreitada, mas sem tomar a frente, sem atropelar as decisões que devem ser tomadas pela juventude.

Apresenta-se também nesses dois relatos um conflito relacionado aos marcadores sociais os quais venho falando desde o início deste texto. Podemos perceber, aliada à questão geracional, que o conflito explicitado por Milena e principalmente por Fernanda colocam em questão as suas respectivas origens sociais. A tensão geracional acerca do adultocentrismo repercutiu na condição de Fernanda enquanto sujeita branca e classe média, que se traduz, possivelmente, na discussão sobre lugar de fala (Ribeiro, 2017): quem pode falar e em que espaços se pode falar?

Aqui empunho um debate mais uma vez fronteiriço: não jogar fora a identidade, mas de compreendê-la dentro de um processo mais amplo – que certamente remete ao lugar de fala. Oscar Aguilera chama a atenção para esse aspecto abordando o paradoxal fato de, se houve momentos da história nos quais as ideias universais fecharam toda possibilidade de reivindicação identitária, hoje estaríamos assistindo a uma “reinstalação de particularismos” que negam a possibilidade da tensão e negam também haver hierarquias no que tange a tais construções. Dessa forma, não seria o caso de falarmos apenas em “identidades”, que seriam talvez apaziguadoras, mas em identificações, que sempre dependem dos outros sujeitos e das contingências, de uma “construção eminentemente relacional” (Aguilera, 2016, p. 62). É necessário que haja movimentos identitários como reforços reivindicatórios de direitos e de reconhecimento e que, em última instância, sejam exclusivistas – só pode participar do movimento negro quem é preto; do feminista quem é mulher; do LGBTQIA+ quem é LGBTQIA+. Aliado a esse processo, é importante verificar o transbordamento desse discurso para que se consiga atingir a um número maior de pessoas afins às causas e às lutas – não se trata, por exemplo, de brancos no movimento negro, mas nas lutas antirracistas; de homens não no movimento feminista, mas nos embates anti-machistas; de héteros não nas movimentações LGBTQIA+, mas nos enfrentamentos anti-lgbtfóbicos.

Por fim, pergunto: poderia ser o feminismo uma forma de se enxergar a condição juvenil? Aproximar gerações pode contribuir para o próprio entendimento do que é ser jovem nos tempos atuais. Há uma tendência de se abordar os estudos sobre juventude – no que tange à política e à cultura, por exemplo – tendo como foco os jovens do sexo masculino; às mulheres jovens do sexo feminino restaria apenas o olhar direcionado sobre a sexualidade

(Weller, 2005). Ainda há o elemento que é a não percepção ou não reconhecimento da identidade “feminista-jovem”, tanto porque o feminismo identificara outras identidades (“feminista-negra”, “feminista-lésbica”), quanto pelo fato de que a própria noção de juventude como categoria e a sua relevância para estudo é algo recente (Zanetti, 2011). Se desejarmos entender a juventude e como ela é vivida de fato pelas/os adolescentes e jovens, será necessário ampliar o olhar sobre a condição juvenil, incluindo perspectivas feministas / de gênero, para que saíamos da arraigada tendência de enxergarmos a juventude apenas sob os dois prismas antagônicos anteriormente citados. Um olhar diferenciado sobre os movimentos e as culturas juvenis “amplia as perspectivas de análise e de compreensão dos significados construídos no interior desses movimentos” (Weller, 2005, p. 115).

CONSIDERAÇÕES FINAIS?

As considerações que aqui escrevo não são conclusivas, mas analíticas, reflexivas e perceptivas. Tendo em vista a multiplicidade de formas pelas quais os grupos juvenis realizam suas articulações, acho perigoso chegar aqui e concluir algo, como se fosse uma sentença definitiva. Esta pesquisa se pôs a refletir sobre a articulação entre ativismo juvenil e políticas públicas a partir da leitura de caso do Centro de Referência da Juventude. Tal política, que surge no âmbito institucional em 2006, é reflexo de mobilizações anteriores feitas por grupos culturais que pensaram num lugar que pudesse aglutinar diversas atividades para os jovens. Em 2011, a Prefeitura e o Governo Estadual, de maneira torta e sem transparência, voltam com isso para a pauta do dia, fazendo com que a juventude que lá atrás se mobilizou em propor o equipamento retorne à discussão. A trajetória de incidência política institucional acumulada nesse tempo fez com que a ocupação, que irrompe como última alternativa para forçar um debate, tenha subsídios que vão fomentar a discussão sobre o espaço. O resultado disso é uma política pública usável e gerida pelo público a que se destina. A política pública está funcionando não graças ao poder público, mas ao conflito entre poder público e movimentações juvenis (organizadas ou não).

Esse processo, no entanto, não foi simples. Parece que dentro dos grupos há sempre harmonia, quando o que ocorre na verdade é uma disputa sempre presente de discursos, falas e ações. O âmbito da atuação política (*politics*), por definição, é conflituoso, demanda negociações contínuas entre diversos atores. Tais negociações levam a consensos construídos e colegiados que não significam unanimidade plena tampouco anulação dos conflitos – pois negar o conflito é contribuir à própria anulação ou negação do político e da democracia.

Uma democracia em bom funcionamento demanda um embate intenso de posições políticas. Se faltar isso, há o perigo de que a confrontação democrática seja substituída por uma confrontação dentre outras formas de identificação coletiva, como é o caso da política da identidade. Muita ênfase no consenso e a recusa de confrontação levam à apatia e ao despreço pela participação política. Ainda pior, o resultado pode ser a cristalização de paixões coletivas em torno de questões que não podem ser manejadas [*managed*] pelo processo democrático e uma explosão de antagonismo que pode desfiar os próprios fundamentos da civilidade.

É por essa razão que o ideal de uma democracia pluralista não pode ser alcançar um consenso racional na esfera pública. Esse consenso não pode existir. Devemos aceitar que cada consenso existe como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta alguma forma de exclusão. Ideias de que o poder poderia ser dissolvido por meio de um debate racional e de que a legitimidade poderia ser baseada na racionalidade pura são ilusões que podem colocar em risco as instituições democráticas. (Mouffe, 2005, p. 21)

Corroborando com o argumento de Chantal Mouffe sobre a dificuldade de estabelecermos a política como um processo puramente racional, María Lugones traz a chave da subjetividade ativa para entender os processos de resistência (política) também fora do âmbito plenamente racional. Por se tratar de subjetividade que se projeta num campo político por meio de uma ação, esta ação não precisa ser completamente inteligível como ação política a priori – os cartazes anti-machistas produzidos por Stefani são um nítido exemplo disso.

E é uma subjetividade projetada por um grupo social, uma categoria de pessoas, cujas ações não são vistas no âmbito político. As mulheres, cuja construção social se dá no âmbito do privado, cada vez mais se projetam e buscam reconhecimento no âmbito público, na esfera pública, historicamente dominada pelos homens. São, além de mulheres, feministas e jovens⁴². São atrizes políticas que estiveram ou ainda estão envolvidas na pauta de políticas públicas de/para/com a juventude, independentemente do âmbito na qual se encontram – Áurea foi eleita vereadora, Fernanda é educadora, Luísa é percussionista e cantora, Milena é modelo e participante do hip hop, Paola é produtora cultural, Stefani é poetisa, Sâmia é jornalista. Em seus respectivos lugares, cada uma dessas mulheres é atuante politicamente, independentemente de haver ou não vínculos institucionais. Cada uma delas tem uma importante parcela na construção do Centro de Referência da Juventude, que só de setembro a dezembro de 2016 (logo após a ocupação) registrou 16 mil jovens no espaço⁴³.

Essa participação feminina/feminista se relaciona também com uma mudança no foco e na forma de atuação. Se antes existia um guarda-chuva unificador das pautas (luta de classes, enfrentamento ao racismo etc.), há agora diversas microfissuras que tensionam e provocam reformulações na forma como que tais movimentos se organizam internamente e como eles se projetam externamente. O fato de as mulheres incorporarem as lutas feministas à pauta do Centro de Referência não anula o embate pelo equipamento. A participação das mulheres nos movimentos de juventude, por meio do feminismo, incide sobre a condução própria de tais movimentos, provocando enfrentamentos cotidianos ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo (Menezes & Rodrigues, 2014).

Só falar de classe, só falar de raça, só falar de gênero não dá conta mais. A análise deve se pautar pelas duas lentes que tentei elencar aqui: a interseccionalidade e a decolonialidade; a primeira, que promove uma leitura de mundo (hermenêutica) entrecruzada com diversos elementos e de acordo com o contexto. A segunda lente é uma perspectiva de

42 Algumas das entrevistadas não se situam mais na faixa etária considerada como jovem, mas sua atuação política desde a juventude se pauta no âmbito do feminismo.

43 Conforme relatório de atividades cedido pela gerência do CRJ.

análise que vislumbra valorizar nossas próprias produções (acadêmicas ou não), nosso próprio texto, nossa própria fala. Não à toa que escrevi este texto em primeira pessoa, pois a perspectiva decolonial também permite que os sujeitos tenham voz, independentemente de serem subalternos ou não. A pergunta de Gayatri Spivak, se “pode o subalterno falar”, nessa perspectiva se torna vazia, pois o subalterno já fala – o que temos que entender é como ele fala, para quem e que sujeitos/as lhes dão ouvidos.

Outro aspecto que é necessário ressaltar é a necessidade de os/as pesquisadores/as em juventude considerarem a necessidade de um giro epistemológico na condução das pesquisas. Se os estudos anteriores concebiam o/a sujeito/a jovem apenas como fonte de informação, o esforço necessário na contemporaneidade é de percebê-lo, nas palavras de Oscar Aguilera, como “co-construtor” do conhecimento em produção:

Para conhecê-lo como um sujeito político com capacidade de refletir sobre seu ambiente, as próprias metodologias com as quais vimos trabalhando vão se orientando para esses modelos mais de pesquisa/ação participativa, inclusive, que tinham desaparecido dos nossos modos de fazer ciência social ou humanas, então há um componente metateórico que tem uma especificidade epistemológica e metodológica inegável em todo este processo. Ora, isso não se produz de modo homogêneo, temos que reconhecer não só a ênfase disciplinar, mas a produção de síntese e articulações interdisciplinares, que há dez anos teriam sido impensáveis. Há dez anos ainda existiam sólidas muralhas que separavam o que é sociologia, antropologia e psicologia, citando apenas três disciplinas. Hoje em dia essas muralhas, em boa parte dos que se dedicam a estudar juventude e movimentos sociais, estão muito debilitadas. Esses muros estão a ponto de cair em algumas situações, e o que surge é uma nova sensibilidade pesquisadora que assume precisamente que produzir conhecimento sobre a juventude supõe um compromisso com a transformação das mesmas condições que vivem os jovens, não somente em termos de denúncia, mas também em termos de ações cotidianas de transformação. (Oscar Aguilera, em entrevista a Mayorga, 2014, p. 39)

Mereceria ser aprofundado aqui as questões relacionadas com a efetividade das conferências no que tange às suas propostas para o campo das políticas públicas. Sinalizei na pesquisa que boa parte das ações que propomos (a maioria, provavelmente) não são convertidas em ações governamentais; e acredito que este seja um ponto de necessário aprofundamento, mas que não foi possível nesta pesquisa. Outro ponto que não foi devidamente focalizado é a questão da raça como um elemento constitutivo dos marcadores sociais de juventude. Foquei-me no gênero, mas enxergo a necessidade de ter melhor articulado gênero com raça. Observo que, em momentos posteriores, poderei me aprofundar nesse debate, porque isso vai ao encontro de uma fala que eu fiz no Seminário Pela Vida das Juventudes, promovido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em outubro de 2017: construir políticas públicas de juventude é pensar nelas como ações de promoção e defesa da vida da galera jovem, principalmente preta, pobre, periférica. A pergunta que terei que futuramente responder é: como as políticas direcionadas aos jovens devem atuar em defesa da

vida dos/as jovens? Para onde vão os corpos que não foram vitimizados nem pela cadeia, nem pelo caixão, nem pela cadeira de rodas? Qual é o papel do Estado na preservação dessas vidas? Essa análise fica para uma próxima pesquisa.

Eis que finalizo esta pesquisa com uma percepção da minha trajetória e de como ela se conecta às lutas juvenis na cidade. Não sendo uma autobiografia, o que este trabalho faz é trazer as minhas reminiscências como parte do processo político que se constituiu no período de 2011 a 2015, quando estive mais próximo da militância juvenil. Não sou mais jovem – finalizei esta dissertação com 31 anos. Mas sigo, de alguma forma, sensível às questões juvenis e cada vez mais atento às interseções de raça, classe, gênero, orientação sexual, origem, cultura, trabalho e afins. Espero que este trabalho possa estimular a produção de novos relatos e a sistematização de outras/novas trajetórias, sejam no âmbito juvenil ou não.

REFERÊNCIAS

- Abad, M. (2002). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, 10(16). Recuperado em 05 de dezembro de 2017, de <https://doi.org/10.4067/S0718-22362002000100005>
- Abramo, Helena W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), pp.25-36.
- Agência Brasil. (2016). *Contrários a novo modelo de gestão, estudantes ocupam 27 escolas em Goiás*. Recuperado em 12 de janeiro de 2018, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias>
- Aguilera Ruiz, Oscar. (2009). Los estudios sobre juventud en Chile: coordenadas para un estado del arte. *Última década*, 17(31), 109-127.
- Aguilera Ruiz, Oscar. (2016). *Movidas, movilizaciones, y movimientos: cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy*. Ril Editores.
- Albuquerque, Carolina Abreu. (2013). *Ei, polícia, a praia é uma delícia!": rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação* Dissertação Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 168 págs.
- Alvarado, Sara Victoria; Gómez, Ariel Humberto; León, María Cristina Sánchez. (2014). Jóvenes y participación política en el mundo contemporáneo: de la apatía a la antipatía por modos hegemónicos de vida. In: Vommaro, Pablo A., Alvarado, Sara Victoria (orgs). (2014). *En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.
- Anzaldúa, Gloria (2005). La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 704–719. Recuperado em 10 de novembro de 2017, de <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Aparicio, Julio; Barranquero, Alejandro; Gómez, María Carmen; & González, Adrián (2008). La dominación “adultocrática” en el discurso de los medios. In: *I+ C Investigar a comunicação: Actas y memoria final: Congreso Internacional Fundacional AE-IC*, Santiago de Compostela.
- Barreira, Irllys Alencar F. (2014). Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 4(1), 145.
- Barreiro, Rafael G.; Malfitano, Ana Paula S. (2014) Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. *Última Década*, (40), jul.

- Belotur (sem data). *Centro de Referência da Juventude – CRJ-BH*. Recuperado em 13 de outubro de 2016, de <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/outro-servico/prefeitura/centro-de-referencia-da-juventude-crj-bh>
- Benedicto, Jorge. (2016) La ciudadanía juvenil: un enfoque basado en las experiencias vitales de los jóvenes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14 (2), pp. 925-938.
- Bernardino-Costa, Joaze; & Grosfoguel, Ramón. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24.
- Borelli, Silvia Helena S; Oliveira, Rita de Cássia A. (2010) Jovens urbanos, cultura e novas práticas políticas: acontecimentos estético-culturais e produção acadêmica brasileira (1960-2000). *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 15(50), 57-69.
- Borges, Larissa; Mayorga, Claudia. (2012). Juventude negra: memórias de lutas e conquistas políticas. In: Matilde Ribeiro. (Org.). *As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 195-218.
- Bourdieu, Pierre. (1983). A juventude é apenas uma palavra. (Entrevista) Extraído de: Bourdieu, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 112-121.
- Brasil. *Política Nacional de Juventude*. (2005). Recuperado em 08 de outubro de 2016, de <http://www.secretariade governo.gov.br/iniciativas/juventude/politica-nacional>
- Butler, Judith. (2013). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 0(11), 11–42. Recuperado em 06 de dezembro de 2017, de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>
- Butler, Udi Mandel; Princeswal, Marcelo & Abreu, R. (2012). Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. *O Social em questão*, 27, pp. 101-126.
- Cabalin, Cristian. (2013). La Disputa por la Educación en Chile: Neoliberalismo y Movimientos Estudiantiles. In: *Congreso la Asociación de Estudios Latinoamericanos*, Washington. Recuperado em 07 de novembro de 2017, de <http://movimientoestudiantil.cl/wp-content/uploads/2015/12/107-La-Disputa-por-la-Educaci%C2%A2n-en-Chile-Neoliberalismo-y-Movimientos-estudiantiles-Cristian-Cabalin.pdf>
- Câmara Municipal de Belo Horizonte. (2015). *Juventudes querem gestão compartilhada do Centro de Referência*. Recuperado em 16 de outubro de 2017, de <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2015/10/juventudes-querem-gest%C3%A3o-compartilhada-do-centro-de-refer%C3%A2ncia>

- Capella, Ana Cláudia N. (2006). Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 61, p. 20-40.
- Cardoso, Cláudia Pons. (2014). Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 965-986.
- Carneiro, Carla Bronzo L. (2006). Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. In: Saravia, Enrique; Ferrarezi, Elisabete (orgs.). *Políticas Públicas – Coletânea* (vol. 2). Brasília: ENAP.
- Cassab, Clarice. (2010). Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. *Perspectiva*, 34(128), pp. 39-51.
- Castro, Lucia Rabello de. (2012). Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola. In: Mayorga, C.; Castro, L. R.; Prado, M. A. M. (orgs.) *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 63-97.
- Castro, Mary Garcia. (2007). Políticas públicas de juventude: questões de participação. In: Mayorga, Cláudia; Prado, Marco Aurélio M. (Org.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, p. 179-197.
- Cejas, Monica. (2011). Desde la experiencia: entrevista a Ochy Curiel. *Andamios*, 8(17), pp. 181-197.
- Chacón, Judith L. (2015). Jóvenes, política e identidad: reconfiguración de la Política Pública de Juventud del municipio de Sibaté a partir de las prácticas culturales. *Infancias y Juventudes Latinoamericanas*. Manizales: Centro Editorial CINDE - Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud - Fundación Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano, CINDE - Universidad de Manizales; Buenos Aires - Argentina: CLACSO. ISBN: 978-958-8045-32-0.
- Coletivoz (2008). *Manifesto da Voz Coletiva*. Recuperado em 05 de janeiro de 2018, de <https://coletivoz.blogspot.com.br/2008/08/manifesto-da-voz-coletiva.html>
- Costa, Ozanira F. (2009) *Políticas públicas de juventude: uma construção possível?* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 154 págs.
- Curiel, Ochy. (2013). *La nación heterossexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica.
- Curiel, Ochy. (2017). Ochy Curiel. *Feminismo decolonial: prácticas políticas transformadoras*. Conferencia. (Videoconferência). Recuperado em 18 de outubro de 2017, de <https://www.youtube.com/watch?v=B0vLLIncsG0>

- Dagnino, Evelina. (2004) Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.
- D.vEr-Cidade Cultural. Recuperado em 05 de setembro de 2017, de <https://d-vercidadecultural.blogspot.com.br/>
- Dávila León, Oscar. (2004). Adolescencia y Juventud: de las nociones a los abordajes. *Última Década*, 21, pp. 83-104.
- Dayrell, Juarez; Gomes, Nilma Lino. (s/d). *A juventude no Brasil*. Artigo Recuperado em 02 de julho de 2016, de http://www.researchgate.net/publication/267771482_A_JUVENTUDE_NO_BRASIL
- Delgado Salazar, Ricardo & Arias Herrera, Juan Carlos. (2008). La acción colectiva de los jóvenes y la construcción de ciudadanía. *Revista argentina de sociología*, 6(11), 272-296.
- do Nascimento, Iara Marques (2010). Câmara Itinerante: espaço aberto para a deliberação e participação popular. *Verso e Reverso*, 24(55), 18-26.
- El País (2016). *Secundaristas no Paraná ocupam 300 escolas e põem governador sob pressão*. Recuperado em 12 de janeiro de 2018, de https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.html
- Everton, Sebastião; Dayrell, Juarez. (2016). *Ocupa CRJ: “Onde a quebrada se junta!”: CRJ sem juventudes não rola!* Recuperado em 03 de julho de 2017, de <http://www.anped.org.br/news/ocupa-crj-onde-quebrada-se-junta-crj-sem-juventudes-nao-rola>
- Faria, Cláudia Feres. (2010). Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva?. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 187-204. Recuperado em 18 de janeiro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200012>
- Feixa, Carles & Nilan, Pam. (2009). Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. *Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho*, 31.
- Feixa, Carles. (2014). Movimentos juvenis, participação política de jovens e políticas públicas de juventude na Ibero-américa e no Caribe. (Editorial) *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 12(2).
- Fórum das Juventudes. (2011a). *Audiência pública sobre o Centro de Referência da Juventude de BH*. Recuperado em 19 de setembro de 2017, de <http://forumdasjuventudes.org.br/audiencia-publica-sobre-o-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh/>

- Fórum das Juventudes. (2011b). *Carta aberta: por uma cidade amiga da juventude, com cidadania e dignidade!* Recuperado em 21 de agosto de 2016, de <http://forumdasjuventudes.org.br/carta-aberta-por-uma-cidade-amiga-da-juventude-com-cidadania-e-dignidade/>
- Fórum das Juventudes. (2011c). *Intervenção do Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis da Grande BH na audiência pública de 19 de outubro de 2011, na Câmara Municipal de Belo Horizonte.* Recuperado em 22 de janeiro de 2017, de http://forumdasjuventudes.org.br/wp-content/uploads/2011/10/documento_forum_audiencia_publica_19out201132.pdf
- Fórum das Juventudes. (2012). *Lançamento oficial do Centro de Referência da Juventude de BH: conheça outra história.* Recuperado em 19 de setembro de 2017, de <http://forumdasjuventudes.org.br/lancamento-oficial-do-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh-conheca-outra-historia-12/>
- Fórum das Juventudes. (2014). *Obras do Centro de Referência da Juventude avançam, mas sem projeto conceitual.* Recuperado em 19 de setembro de 2017, de <http://forumdasjuventudes.org.br/obras-do-centro-de-referencia-da-juventude-avancam-mas-sem-projeto-conceitual/>
- Fórum das Juventudes. (2015a). *Fórum participa de visita ampliada ao Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte.* Recuperado em 19 de setembro de 2017, de <http://forumdasjuventudes.org.br/forum-participa-de-visita-ampliada-ao-centro-de-referencia-da-juventude-de-belo-horizonte/>
- Fórum das Juventudes. (2015b). *Juventudes querem gestão compartilhada do Centro de Referência da Juventude.* Recuperado em 22 de janeiro de 2017, de <http://forumdasjuventudes.org.br/juventudes-querem-gestao-compartilhada-do-centro-de-referencia/>
- Freitas Neto, José Alves de. (2011). A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. *Revista Ensino Superior Unicamp*, jun.
- Frey, Klaus. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, (21).
- Frey, Klaus. (2004). Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? *Política & Sociedade*, 3(5), 118-138.
- Gabarrón, Luis R.; Landa, Libertad Hernández. (2006). O que é a pesquisa participante? In: Brandão, Carlos Rodrigues; Streck, Danilo Romeu (orgs.). *Pesquisa Participante: o saber da partilha* (2a. ed.). Aparecida/SP: Ideias e Letras, pp. 93-121.
- García, Martha C. (2012). Movilización estudiantil por la defensa de la educación superior en Colombia. *Anuario del Conflicto Social*, (2).

- García, Rodrigo Gómez; Treré, Emiliano. (2014). The #YoSoy132 movement and the struggle for media democratization in Mexico. *Convergence*, 20(4), 496-510.
- Geertz, Clifford. (1989). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, pp. 03-21.
- Giovanni, Julia (2003). Jovens, feministas, em movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. *Estudos Feministas*, 11(2), 655. Recuperado em 25 de junho de 2017, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000200024>
- Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 0(5), 7-41. Recuperado em 10 de novembro de 2017, de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Hart, S. (2009). The ‘problem’with youth: young people, citizenship and the community. *Citizenship studies*, 13(6).
- Hirata, Helena (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73.
- IBGE (2010). *Censo 2010*. Recuperado em 05 de janeiro de 2018, de <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31>
- IPEA. (2013) Nota técnica: Experiências de Monitoramento dos Resultados de Conferências Nacionais. Recuperado em 14 de outubro de 2017, em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131002_notatecnicadiest07.pdf
- Januário, Adriano; Campos, Antônia M.; Medeiros, Jonas; & Ribeiro, Márcio M. (2016). As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, (9). Recuperado em 14 de outubro de 2017, em <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>
- Jesus, Maria Cristina P. de; Peixoto, Marisa Ribeiro B.; Cunha, Mércia Heloísa F. (1998) O paradigma hermenêutico como fundamentação das pesquisas etnográficas e fenomenológicas. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 6(2), abr.
- Jornal da Floresta. (2016). *Há mais de um pronto, Centro de Referência da Juventude ainda não foi inaugurado*. Recuperado em 17 de outubro de 2017, de <http://jornaldaflorestabh.com.br/ha-mais-de-um-pronto-centro-de-referencia-da-juventude-ainda-nao-foi-inaugurado/>

- JUBRA. (2014). *Apresentação: VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira: os jovens e seus outros*. Recuperado em 29 de junho de 2016, de <http://www.jubra.nipiac.psicologia.ufrj.br/jubra-apresentacao> (recuperado em)
- Ladeira, Leonardo C. (2008) Desafios e potencial da participação democrática: uma análise do caso da Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte. *Trabalho apresentado na ANPAD-Associação nacional de Pesquisa em Administração*, [ca. 2006].
- Le Goff, Jacques. (1996) Documento/Monumento. In: Le Goff, Jacques. *História e memória* (4a, ed.). Campinas: Editora Unicamp, pp. 535-553.
- Lima, Luciana Leite, & D'Ascenzi, Luciano. (2013). Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(48), 101-110. Recuperado em 03 de dezembro de 2016, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400006>
- Lugones, M. (2015). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Machado, Ana Flávia M. (2007) *Belo Horizonte "Democrática-Popular": uma análise descritiva das instituições de participação popular em Belo Horizonte* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 277 págs.
- Magro, Viviane Melo de Mendonça. (2003). *Meninas do grafitti: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas*. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Marcial, Rogelio. (2013) Jóvenes Contemporáneos: entre las nuevas tendencias y las viejas insistencias. In: Menezes, Jaileila de A.; Costa, Mônica R.; Santos, Tatiana C. dos. (orgs) JUBRA: *Territórios interculturais de juventude*. Ed. Universiária da UFPE. pp. 21-36.
- Maroy, Christian (1997). A análise qualitativa de entrevistas. In L. Albarello, F. Digneffe, J. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. Saint-George (Eds.), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (pp. 117-155.) (L. Baptista, Trad.). Lisboa: Gradiva (Obra original publicada em 1995).
- Martins, Marcos Francisco (2011). Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, 22(3), 131-148
- May, Tim. (2004) Observação participante: perspectivas e prática. In: May, Tim. (2004). *Pesquisa Social: questões, métodos e processos* (3a. ed.). Porto Alegre: Artmed Editora. pp. 173-203.
- Mayorga, Cláudia. (2013) Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, 18(2), pp. 343-350.

- Mayorga, Cláudia. (2014) Jovens nas ruas: as manifestações no México, Chile e Brasil. (Entrevista) *DesIdades: revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude*, 01(1), Rio de Janeiro: UFRJ. Recuperado em 22 de janeiro de 2017, de http://desidades.ufrj.br/open_space/jovens-nas-ruas-as-manifestacoes-no-chile-mexico-e-brasil/
- Mayorga, Cláudia; Avelino Cátia Cristina; Oliveira, Diogo; Alves, Everton C; Lopes, Leonardo S; Souza, Luciana Maria; Albuquerque, Luciana P. de; Santos, Thiago R.; Silva, Viviane Angélica; Silva, Amanda F. (2010). Protagonismo juvenil: a politização do jovem ou a redução da ação política? In: Barbosa, Jorge Luiz; Silva, Jailson de Souza; Sousa, Ana Inês (orgs). *Políticas públicas e juventude*. (Coleção Grandes Temáticas das Conexões de Saberes). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. pp. 27-34.
- Mayorga, Cláudia; Castro, Lucia R. de; Prado, Marco Aurélio M. (2012). Juventude e os paradoxos da política. In: Mayorga, C.; Castro, L. R.; Prado, M. A. M. (orgs.) *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Belo Horizonte: Contracapa.
- Mayorga, Cláudia; Ribeiro, Lucas J. (2016). Que Brasil Queremos? O que dizem os/as jovens – com a palavra, o Fórum das Juventudes da Grande BH, Movimento Tarifa Zero, Rede AfroLGBT, Juventude Rural. *InterFaces: Revista de Extensão da UFMG*, 4(2), pp. 05-35.
- Medeiros, Josué (2014). Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, 27(51).
- Melo, Thalita M. (2014). *Praia da Estação: carnavalização e performatividade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 168 págs.
- Mendonça, Érika de Sousa. (2016) *Entre políticas de adesão e políticas de transformação: construções e expressões de subjetivação política em jovens militantes*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 272 págs.
- Menezes, Jaileila de Araújo; Colaço, Veriana de Fátima R.; Adrião, Karla Galvão. (2018). Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia da UFC*, 9, p. 8-17, 2018.
- Menezes, Jaileila de Araújo; Rodrigues, Maria Natália Matias. (2014). Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 12 (2), pp. 703-715.
- Minayo, M. Cecília de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), pp. 621-626.

- Miranda, João Vítor S. (2017). O conflito de interpretações nas Esquerdas a respeito das Manifestações de Junho de 2013. *Revive - Revista de Ciências do Estado (Belo Horizonte)*, 2(2), p. 422-435.
- Moraes, Gerson L. de (2005). Paul Ricoeur: uma hermenêutica enriquecida. *Último Andar*, (13), 45–52.
- Moreira, Jacqueline de Oliveira; Rosário, Ângela Buciano do; Santos, Alessandro Pereira dos. (2011) Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Revista PSICO (Porto Alegre) PUC-RS*, 42(4), pp. 457-464.
- Mouffe, Chantal. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, (25), 11.
- Neves, Sofia, & Nogueira, Conceição. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412. Recuperado em 12 de janeiro de 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722005000300015>
- Neves, Vanessa Ferraz Almeida. (2006) Pesquisa-ação e Etnografia: Caminhos Cruzados. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1) (São João Del Rey/MG). Recuperado em 02 de julho de 2016, de http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Pesquisa-Acao_e_Etnografia..._-_VFA_Neves.pdf
- O Mal Educado. (2015). *Como ocupar um colégio*. (Publicação independente) Recuperado em 17 de outubro de 2017, de <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>
- O Tempo. (2014). *Governador e prefeito de BH 'entregam' espaço ainda em obras*. Recuperado em 17 de outubro de 2017, de <http://www.otempo.com.br/hotsites/aparte/governador-e-prefeito-de-bh-entregam-espa%C3%A7o-ainda-em-obras-1.963991>
- O Tempo. (2015). *Estudantes do Valores de Minas promovem ocupação para manter o projeto*. Recuperado em 18 de outubro de 2017, de <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/estudantes-do-valores-de-minas-promovem-ocupa%C3%A7%C3%A3o-para-manter-o-projeto-1.1177859>
- O Tempo. (2016a). *Grupo ocupa prédio ocioso inaugurado há um ano e meio*. Recuperado em 26 de outubro de 2016, de <http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-ocupa-pr%C3%A9dio-ocioso-inaugurado-h%C3%A1-um-ano-e-meio-1.1305585>
- O Tempo (2016b). *Manifestantes ocupam Centro de Referência da Juventude em BH*. Recuperado em 26 de outubro de 2016, de <http://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-ocupam-centro-de-refer%C3%Aancia-da-juventude-de-bh-1.1305101>

- Oliart, Patricia; Feixa, Carles (2012). (2012). *Introduction: Youth studies in Latin America— On social actors, public policies and new citizenships*. *Young*, 20(4), 329-344.
- Oliveira, Fabrício Leal de. (1999). A Metáfora Cidade-Empresa no Planejamento Estratégico das Cidades. *Cadernos IPPUR (Rio de Janeiro)*, ano XIII, 1, p. 141-161.
- Oliveira, Igor T. M. (2012) *Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 249 págs.
- Oliveira, Igor; Hermont, Catherine. (2014). Juventudes e participação política. In: Corrêa, Licínia M.; Alves, Maria Zenaide; Maia, Carla L. (orgs.). *Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio* (Caderno 11). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Paes de Paula, Ana Paula. (2005) Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 45(1), janeiro-março.
- Pais, José Machado. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social (Lisboa/Portugal)*, 25(105-106), pp. 139-165.
- Pateman, Carole (1993). *O contrato Sexual* (1988). *Tradução de Marta Avancini*. São Paulo: Paz e Terra.
- Pereira, Alexandre Barbosa. (2007) Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. *Ponto Urbe*, 1, 2007. Recuperado em 22 de janeiro de 2017, de <http://pontourbe.revues.org/1203>
- Pinzani, A. (2013). Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. *Lua Nova*, (89).
- Portal PBH. (2012). *Centro de Referência potencializa ações da capital voltadas para jovens*. Recuperado em 14 de outubro de 2017, de <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=68596&pIdPlc=&app=salanoticias> (recuperado em)
- Portal PBH. (2014). *Centro de Referência da Juventude de BH recebe visita do Governo do Estado*. Recuperado em 17 de outubro de 2017, de <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=184243&pIdPlc=&app=salanoticias>
- Portal PBH. (s/d). *O CRJ de Belo Horizonte*. Recuperado em 14 de outubro de 2017, de http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomi aMenuPortal&app=juventude&tax=27174&lang=pt_BR&p g=9961&taxp=0&

- Portantiero, Juan Carlos (1978). *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria, 1918-1938* (No. 378.1981 P6).
- Puppim de Oliveira, J. A. (2006). Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública-RAP*, 40(2).
- Queiroz, Luiza Sabino; Brasil, Flávia de Paula Duque (2009). O novo arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte com foco na participação em seu Conselho Deliberativo. In *XXXIII Encontro da ANPAD*. São Paulo/SP. Recuperado em 12 de janeiro de 2018, de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS1639.pdf>
- Rebughini, Paola. (2005). A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. In: Melucci, Alberto. *Por uma Sociologia Reflexiva: Pesquisa qualitativa e Cultura*. Petrópolis: Vozes.
- Rede Jovem de Cidadania (2006a). *Série Especial Políticas Públicas de Juventude: vem aí a Conferência Municipal de Juventude de BH*. Recuperado em 22 de setembro de 2016, de http://www.redejovemdecidadania.aic.org.br/boletim/boletim_ano_03_22.htm
- Rede Jovem de Cidadania (2006b). *Série Políticas Públicas de Juventude: Democracia participativa em construção*. Recuperado em 22 de setembro de 2016, de http://www.redejovemdecidadania.aic.org.br/boletim/boletim_ano_03_26.htm
- Ribeiro, Djamila. (2017). *O que é lugar de fala?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento.
- Rodríguez, Ernesto. (2011). Políticas de juventud y desarrollo social en América Latina: bases para la construcción de respuestas integradas. In *VIII Foro de Ministros de Desarrollo Social de América Latina*, San Salvador, 11. Recuperado em 02 de outubro de 2017, de <http://www.celaju.net/wp-content/publicaciones/2012/11/PPJ-y-DS-en-ALC-version-final.pdf>
- Sancho, Guiomar R. (2012). México, # yosoy132:!! No había nadie haciendo el movimiento más que nosotros! *Anuario del conflicto social*, (2).
- Scott, Joan W.; Klanovicz, Jó; & Funck, Susana Bornéo. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30. Recuperado em 08 de dezembro de 2017, de <http://www-jstor-org.ez27.periodicos.capes.gov.br/stable/43596434>
- Silva Dias, Maria Odila Leite da. (1994). Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos feministas*, 373-382.

- Souza, Celina. (2002). *Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas*. São Paulo: Fundação Luís Eduardo Magalhães. Recuperado em 28 de setembro de 2017, de <https://xa.yimg.com/kq/groups/22690463/755780646/name/Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas+CONCEITOS+TIPOLOGIAS+E+SUB%C3%81REAS.pdf>
- Souza, Celina. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias (Porto Alegre)*, ano 8, 16, jul/dez, p. 20-45.
- Souza, Luciana M.; Marçal, Marina M.; Lino, Tayane R.; Mayorga, Cláudia; Prado, Marco Aurélio M. (2012) Entre a nomeação e a instituição: reflexões a partir da juventude rural no sindicato. In: Mayorga, C.; Castro, L. R.; Prado, M. A. M. (orgs.) *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Belo Horizonte: Contracapa.
- Sposito, Marília P.; Carrano, Paulo C. R. (2003) Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, pp. 16-39.
- Trevisan, A. P., & van Bellen, H. M. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 529-550.
- True, James L.; Jones, Bryan D.; Baumgartner, Frank R. (2006) Punctuated-Equilibrium Theory: Explaining Stability and Change in Public Policymaking. In: Sabatier, Paul A. *Theories of the Policy Process*. Boulder, CO: Westview Press. Recuperado em 30 de novembro de 2016, de https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/True_Jones_Baumgartner_2006_chapter.pdf (recuperado em)
- UOL. (2013) *Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil*. Recuperado em 08 de novembro de 2017, de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm> (recuperado em)
- Valenzuela Arce, J. M. Remolinos de viento: juvenicidio e identidades desacreditadas. In: Valenzuela, J. M. (org.) (2015) *Juvenicidio: ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España*. Barcelona: Ned Ediciones.
- Vieira, Carlos Eduardo (2012). Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, 8(1 [16]), 63-85.
- Vommaro, Pablo A. (2013). *Las relaciones entre juventudes y políticas en la América Latina contemporánea: una aproximación desde los movimientos estudiantiles*. Recuperado em 30 de novembro de 2017, de <http://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/9468>
- Weller, Wivian. (2005). A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos feministas*, 13(1), pp. 107-126.

Zanetti, Julia P. (2011). Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *Cadernos Pagu*, 36, pp. 47-75.

Zibas, Dagmar. (2008). A revolta dos pinguins e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*, 13(38), 199-220.

Zucchetti, Dinora Tereza; Bergamaschi, Maria Aparecida. (2007) Construções sociais da infância e da juventude. *Cadernos de Educação (Pelotas/RS)*, 28, pp. 213-234.

ANEXOS

Anexo 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____
 _____ anos, RG nº _____, fui convidada/o a participar, como voluntária/o, da pesquisa intitulada "*Ativismo Juvenil e Políticas Públicas: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG*", conduzida por Bruno Vieira e Cláudia Mayorga. Este estudo tem por objetivo principal compreender a relação entre ativismo juvenil e políticas públicas de juventude a partir da análise do processo de implementação do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG, no período de 2006 a 2016, por meio de entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante.

Minha participação na pesquisa se refere a contribuir no entendimento da trajetória do ativismo juvenil em Belo Horizonte. A conversa será gravada e posteriormente transcrita como forma de facilitar a análise das informações. Estou ciente que minha privacidade será respeitada. Minha participação não é obrigatória, sendo que a qualquer momento eu poderei desistir de participar e retirar meu consentimento. Minha recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Fui informada/o que os resultados da pesquisa serão enviados por e-mail ou entregues pessoalmente após publicação acadêmica. Os únicos riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são a de não inclusão parcial ou total de minha entrevista. Caso a entrevista provoque em mim algum tipo de desconforto subjetivo, poderei ser encaminhada/o ao Plantão Psicológico do Serviço de Psicologia Avançada da UFMG. A pesquisa não me acarretará despesas e nada me será pago pela participação. Fui informada/o que em caso de dúvidas poderei entrar em contato pelos telefones (31) 99167-5181 (Vivo) / 99343-8365 (Tim) e pelo e-mail brunovieira.comunica@gmail.com.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2017.

 Assinatura da/o Participante

 Assinatura do Pesquisador

Anexo 2: Roteiro básico de perguntas

- Como você se envolveu no ativismo sobre as questões da juventude?
- Você está vinculado a algum grupo / coletivo?
- Como se deu a sua inserção e participação no coletivo ao qual você está vinculado?
- Em que outros espaços você já participou antes de ocupar o CRJ?
- Se foi o primeiro espaço, o que te motivou a ocupar?
- Se não foi o primeiro espaço, a sua motivação em ocupar se relaciona com sua militância anterior?
- Como é a organização e dinâmica interna do grupo/coletivo do qual você participa? (quais as bandeiras, como se organizam, qual é histórico do grupo etc.) **(Desdobrar para formas de funcionamento, articulações, parcerias etc.)**
- Como o grupo do qual você participa decidiu ocupar o CRJ? Por quê?
- Qual o objetivo do grupo ao ocupar o CRJ?
- Qual a proposta de seu grupo para o CRJ?
- Qual é o seu entendimento sobre política pública de juventude?
- Como você vê a relação entre juventude e política pública?
- Você acha que o CRJ dialoga com a juventude da RMBH? Por quê?
- Passados alguns meses após a ocupação, você acha que ela deu certo? Por quê?